

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Educação**

**Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social**

JEFERSON REIS SANTOS

**O FAZER PEDAGÓGICO E A DOCÊNCIA NOS PRÉ-VESTIBULARES SOCIAIS  
PARA PESSOAS TRANS\***

Belo Horizonte

2021

Jeferson Reis Santos

**O FAZER PEDAGÓGICO E A DOCÊNCIA NOS PRÉ-VESTIBULARES SOCIAIS  
PARA PESSOAS TRANS\***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, cultura, movimentoso sociais e ações coletivas.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Paula Vencato

Belo Horizonte

2021

S237f Santos, Jeferson Reis, 1994-  
T O fazer pedagógico e a docência nos pré-vestibulares sociais para  
pessoas trans\* [manuscrito] / Jeferson Reis Santos. - Belo Horizonte,  
2021.  
159 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação.  
Orientadora: Anna Paula Vencato.  
Bibliografia: f. 143-154.  
Anexos: f. 155-159.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Relações de gênero --  
Teses. 3. Exame vestibular -- Relações de gênero -- Teses.  
4. Vestibulandos -- Transexuais -- Teses. 5. Transexuais -- Teses.  
6. Inclusão em educação -- Relações de gênero -- Teses.  
I. Título. II. Vencato, Anna Paula. III. Universidade Federal de  
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 378.1056

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**  
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**O fazer pedagógico e a docência nos pré-vestibulares sociais para pessoas trans\***

### **JEFERSON REIS SANTOS**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 25 de agosto de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Anna Paula Vencato - Orientador  
UFMG

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda  
UFMG

Prof(a). Megg Rayara Gomes de Oliveira  
UFPR

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

*Não mais calvário*

*Arrebatamos das mãos do senhor*

*As chaves das nossas cadeias*

*Dancemos engenhosas e aprendamos a voar  
(eu não vou morrer)*

*Para respirarmos submersas em águas vivas*

*Superabundantes*

*(Eu não vou morrer – Ventura Profana)*

*Para todos, todas e todes que lutam todos os  
dias.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Anna Paula Vencato, minha orientadora, que topou embarcar nessa comigo e, com sua leitura atenta e cuidadosa e seus valiosos conselhos, tanto sobre essa dissertação quanto sobre todas as dimensões da vida acadêmica, me fez acreditar que era possível concluir esse trabalho. Muito obrigado, Anna!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição fundamental para a pesquisa brasileira, que, sob o processo 88882.347996/2019-01, forneceu os meios materiais para que este trabalho fosse realizado.

A Megg Rayara Gomes de Oliveira, Guilherme Almeida, Shirley Miranda e Renata Aspis, pessoas a quem admiro e que, para a minha felicidade, aceitaram participar da banca de avaliação desse trabalho.

A todas as pessoas que formam a Faculdade de Educação da UFMG. As professoras Ana Gomes, Nilma Lino Gomes, Valéria de Oliveira, Lucinha Alvarez, Barbara Ramalho, e, novamente, Shirley Miranda e Anna Vencato, e ao professor Leôncio Soares, pela condução das disciplinas que continuam me ajudando a pensar a educação. A Gilson Mathias e Joalice Martins que me ajudaram nos “perrengues” de última hora. A secretaria do colegiado pelo pronto apoio sempre. Aos espaços de luta como o ações, o pré-acadêmico social, e o condis, experiências fundamentais para a construção do programa e da universidade que queremos.

As seis pessoas que aceitaram compartilhar suas experiências. Raul Capistrano, Bela Berenguer, Isabella Silva, Josivan Vieira, Jacson Caldas e Maria Angélica. Cada momento de entrevistas foi um imenso prazer. Esse trabalho não existiria sem vocês. Espero que logo a gente possa tomar os vinhos e cervejas que prometemos!

Agradeço a minha mãe Cláudia e a minha mãe Tânia pelos vinte e sete anos, até o momento, de carinho, amor, afeto e apoio. Há uma marca de cada uma de vocês em todos os momentos da minha trajetória.

A minha avó Lígia, a minha avó Narciza, e ao meu avô Manoel, vocês são, cada uma/um a seu jeito, referências fundamentais para mim. A minha irmã Amanda, a quem tenho a felicidade de acompanhar em seu processo de crescimento, mesmo estando geograficamente distante. Ao meu padrasto, Kim, pelo apoio que me deu, especialmente quando mudei para Belo Horizonte.

A João Rodrigues pelos anos de amor tranquilo, riso solto e apoio compartilhado. Você é uma fonte de inspiração e admiração para mim.

A Luma Gomes, minha amiga que me acompanha há anos, uma das primeiras pessoas com quem conversei sobre essa pesquisa enquanto caminhávamos pela beira-mar e que esteve presente desde lá até aqui – e para além!

A Desirée e Lunna, pelo amor construído ao longo dos anos de graduação, pelo apoio, pelos incentivos. Volta e meia comentamos sobre a importância que o nosso encontro teve para a permanência no curso de História da UFBA, hoje sei o quanto a presença de vocês é importante em tudo que faço.

A Vinicius e Neto por nossas conversas cotidianas que nunca parecem se esgotar e que fizeram com que eu me sentisse menos sozinho nesse período de isolamento social.

A Pedro, Cauã, Douglas, Nathan, Luan, Luiz, Renata, Adriana, Bruno e outras pessoas amigas que tornaram esse momento um tanto mais fácil.

A Polly pelo enorme apoio que me deu ainda no processo de seleção. A Neilton e Fernanda pelas contribuições e pelas tantas madrugadas do trio “conexão RJ-BA-MG” no karaokê. A Trinidad pelas aulas de espanhol que tornaram-se um momento de troca, desabafo e comemoração. A Agatha pelas tantas piadas internas e reclamações divididas.

As pessoas com quem dividi casa/apartamento nesse período. Vocês fizeram a mudança para BH muito menos complicada. Agradeço, especialmente, a Débora pelas sextas de vinho e a Tamyres e D. Rosana pela presença sempre carinhosa – espero logo conhecer Capelinha!.

Ao Gira/UFBA. Agradeço especialmente a Felipe Fernandes, um exemplo de sagacidade intelectual, que primeiro me mostrou as possibilidades de trabalhar com o que me motivava, e a Shirlei Silva, sempre uma pura poesia onde quer que vá.

Aos ricos espaços de educação que conheci nessa vida, como a Escola Comunitária Luiza Mahin; o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva (apesar do nome); o Pré-Vest na UFBA; o cursinho Equalizar. Aos cursinhos para pessoas trans e travestis, especialmente os que aqui conheceremos um pouco: TransEnem-BH; Transviando o ENEM; Transvest; TransEducação; Transcender; Trans+.

E a minha Bahia pela régua e compasso. Sempre.

## RESUMO

A partir dos anos 2000/2010, as análises e denúncias sobre a expulsão escolar de pessoas trans e travestis ganharam centralidade no trabalho realizado pelo movimento social e em produções acadêmicas. Nesse contexto, a partir de 2015 é possível identificar a criação de cursinhos pré-vestibulares sociais que atendem a população trans de forma exclusiva ou prioritária. Para este trabalho, foram feitas entrevistas semiestruturadas com seis pessoas - duas mulheres trans, uma mulher cis, um homem trans, um homem cis e uma pessoa não-binária - que participam ou participaram desses cursinhos, dando centralidade em nossa análise à docência nesses projetos. Além disso, os registros presentes nas redes sociais e a experiência docente do autor também foram consideradas nessa composição. Ancorada nas propostas das “epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos (2009) e na “pedagogia das ausências e emergências” de Nilma Lino Gomes (2017) - além de dialogarmos com a teoria queer, a teoria decolonial e o transfeminismo - essa dissertação considera que tal experiência social, como uma resposta à precariedade das vidas trans, traz importantes contribuições para a educação.

Palavras-chave: trans; pré-vestibulares; educação;

## ABSTRACT

From the years 2000/2010, the analysis and denunciations about school expulsion of transgender and transvestite people have gained centrality in the work done by the social movement and in academic productions. In this context, from 2015 on, it is possible to identify the creation of a series of a social pre-college preparatory course that serve the trans population in an exclusive or priority way. For this work, semi-structured interviews were conducted with six people - two trans women, one cis woman, one trans man, one cis man and one non-binary person - who participate or have participated in these courses, giving centrality in our analysis to the teaching in these projects. Moreover, the records present in social networks and the teaching experience of the author were also considered in this master's thesis. It is firmly anchored in the proposals of Boaventura de Sousa Santos' (2009) "epistemologies of the South" and Nilma Lino Gomes' (2017) "pedagogy of absences and emergencies" - in addition to dialoguing with queer theory, decolonial theory, and transfeminism - this master's thesis considers that such a social experiment, as a response to the "precarity" of trans lives, brings important contributions to education.

Keywords: transgender; social pre-college preparatory; education.

## LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ANPed – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia

ASTRAL – Associação Nacional de Travestis e Liberados

CELLOS – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

DPE – Defensoria Pública do Estado

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

IFBA – Instituto Federal da Bahia

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

PT – Partido dos Trabalhadores

VEM – Vale Eletrônico Metropolitano

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

PROUNI -Programa Universidade Para Todos

SISU – Sistema de Seleção Unificada

## SUMÁRIO

1. Uma xícara de café e dois dedos de conversa – ou: uma tentativa de introdução .....	11
2. Pré-vestibulares para quem? Para quê?.....	24
Pré-vestibulares para quem? .....	25
Pré-vestibulares para quê?.....	31
3. Panorama dos pré-vestibulares sociais no Brasil e a emergência dos cursinhos para pessoas trans .....	34
4. Dos encontros: Elas, eles, elus e eu.....	40
5. Elas, eles, elus e os cursinhos .....	47
Josivan Vieira – Transviando o ENEM.....	47
Jacson Caldas – Projeto Transcender .....	53
Raul Capistrano - Transenem .....	59
Maria Angélica – Transvest.....	66
Isabella Silva – Pré-ENEM Trans+ .....	71
Bela Berenguer - Transeducação.....	75
6. Situações-limite, sonhos possíveis .....	78
7. Colonialidade do saber, ecologia de saberes .....	88
8. “Que fazer” e aplicação edificante do conhecimento.....	97
9. Espaço seguro pra ela é outra coisa, né? .....	103
“É aquela velha história, me chame pelo meu nome” .....	106
“Era nossa prioridade, sabe?” .....	108
Falhas na segurança .....	112
“Você vai ter que se virar e olhar” .....	112
“Ele se infiltrou, se inseriu e mudou, sabe?” .....	113
10. O imperativo do conteúdo e suas brechas.....	114
Transbiografias .....	119
A banalidade da transfobia.....	120
Breve tratado travesti sobre o silogismo aristotélico .....	121
Transgredindo a educação .....	122
11. O caminho se faz entre o alvo e a seta – morte e luto nos cursinhos.....	122
12. Dois relatos estranhos .....	128
Cuírizando a ida ao banheiro – tão corriqueira que causou estranhamento.....	129
Cuírizando o corpo cis – experiências de inversão.....	135
Considerações finais.....	140

## 1. Uma xícara de café e dois dedos de conversa – ou: uma tentativa de introdução

*Brasil é o que acontece quando a milícia do presidente executa Marielle, quando a Marinha tenta obstruir o direito do Quilombo do Rio dos Macacos às suas terras, quando o Amapá tem a eletricidade e a dignidade roubadas pela Isolux, quando o irmão do grande herdeiro explora suas minas de diamante, quando o cerrado e a floresta queimam, quando uma de nós se suicida, quando uma travesti é assassinada, a cada tiro da polícia, de qualquer polícia, pública ou privada. O Brasil é o que asfixia e mata. O Brasil é a chacina.*

*Toda a beleza e todo respiro que existe vieram a ser apesar do Brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda brutalidade, que estas palavras fogem. Elas fogem para a beleza, mesmo que para isso tenham de passar por campos em chamas. A meta não é tanto o outro lado, mas o aqui, esse aqui para onde estamos indo e onde já estamos. O aqui de onde viemos.*

(Jota Mombaça – Não vão nos matar agora: carta às que vivem e vibram apesar do brasil<sup>1</sup>)

Recorro às palavras cortantes de Jota Mombaça na esperança que elas me ajudem a iniciar a nossa conversa, para além de cumprir algumas exigências de uma dissertação, a saber: informar às possíveis pessoas leitoras<sup>2</sup> desse texto sobre o que *exatamente* é essa pesquisa, qual o problema sobre o qual me debrucei, quais foram as estratégias metodológicas e escolhas teóricas e mais uma série de perguntas cujas respostas, creio, podem traçar um quadro inicial do que deve ser encontrado nas próximas páginas.

Quero ter esse ponto de partida para tentar compartilhar com as possíveis pessoas leitoras como eu me sinto em relação a esse trabalho – ou, melhor, o porquê escolhi pesquisar o que pesquisei.

Eu me sinto sufocado. Não é uma condição perene, sem tréguas, mas é relativamente constante. Vêm sendo assim por toda a minha vida. Com algum esforço, consigo fazer uma

---

<sup>1</sup> Mantive Brasil grafado em letras minúsculas na citação, tal como aparece no texto original de Mombaça.

<sup>2</sup> Em relação as marcas de gênero na linguagem, utilizarei o substantivo “pessoas” como em “pessoas leitoras” em diferentes momentos do texto. Além disso, em consonância com a luta histórica das pessoas trans e travestis em serem reconhecidas/dos/des e tratadas/dos/des com o gênero que reivindicam, utilizarem o feminino, o masculino e o neutro em outros momentos.

tradução aproximada desse sufoco em uma breve pergunta: “*por que não estamos fazendo algo?*”. A sensação de imobilidade frente aos horrores me desespera. Não consigo assumir uma posição resignada à espera de um paraíso que não creio que virá como em um passe de mágica. Apesar disso, consigo sempre encontrar pessoas que estão, sim, “*fazendo algo*”. Não importa se falamos da escravidão moderna, do regime nazista, do neocolonialismo ou de qualquer outro recorte temático, espacial ou temporal, sempre foi possível encontrar resistências macro e micropolíticas, práticas que vão desde o repartir o escasso alimento e empreender estratégias de guerrilha até recorrer às vias institucionais possíveis.

Nessa pesquisa, escolhi olhar para pessoas que estão “*fazendo algo*” frente a uma situação identificada como injusta. Eu não quis voltar o foco para as violências e processos de exclusão que acontecem (não só, mas também) nas instituições escolares e que elegem as pessoas trans e travestis<sup>3</sup> como alvo preferencial. Sei que este é uma espécie de terreno inescapável sobre o qual erijo essa construção e ignorá-lo não passaria, na melhor das hipóteses, de ignorância inocente ou, na pior destas, de pura hipocrisia. Este trabalho é parte das exigências de um programa de pós-graduação para receber o título de “mestre em educação”. Mas, aproveitando o momento de intimidade que estamos vivendo no início da nossa conversa, o termo “aprendiz” talvez reflita de forma mais acurada a maneira como me senti ao longo desses meses de pesquisa e escrita. O principal objetivo dessa pesquisa foi compreender as experiências pedagógicas no cotidiano docente dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis.

---

<sup>3</sup> Ao longo do trabalho utilizarei principalmente o termo “trans” como uma categoria guarda-chuva que abarca diversas identidades e identificações não-cisgêneras. Apesar disso, acompanhando produções acadêmicas recentes e diagnósticos produzidos por militantes da insistente marginalização e associações negativas do termo “travesti”, ele aparecerá destacado em vários momentos. Conforme Beatriz Pagliarini Bagagli (2015), “‘cisgênero’ é uma palavra composta por justaposição do prefixo ‘cis’ ao radical ‘gênero’. O prefixo ‘cis’, de origem latina, significa ‘posição aquém’ ou ‘ao mesmo lado’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’ que significa ‘posição além’ ou ‘do outro lado’. ‘Cisgênero’ estabelece uma relação de antonímia com a palavra ‘transgênero’. ‘Transgênero’, por sua vez, é uma palavra rotineiramente utilizada como forma de designar pessoas cuja autoidentificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo incluir travesti se transexuais. Desta forma, ‘cisgênero’ é utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está na ‘posição aquém’ daquele atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa.” (p. 13). Faz-se importante dizer aqui que trans e travesti são termos polissêmicos, difíceis de definir a priori ou com uma leitura rápida sobre modificações corporais. Nesse contexto, quando fizer referência a travestis, transexuais ou pessoas trans, estarei me referindo às formas e sentidos específicos que as pessoas que contribuíram com este trabalho utilizam para se auto classificarem. Retomaremos este tema mais adiante, mas importa dizer que a identidade de gênero, conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2012), fala do papel de gênero com que uma pessoa possa se identificar. A identidade de gênero pode ou não estar de acordo com o gênero assignado ao nascer à uma pessoa.

Desde o início dos anos 2000, em especial nos anos mais recentes, é possível perceber um crescente volume de dados – quantitativos e qualitativos – sobre as pessoas trans e a educação. Em uma série de levantamentos coordenados por Sergio Carrara (CARRARA et.al 2003; 2005; 2006; 2007) em paradas do orgulho LGBTQ+<sup>4</sup> de diferentes cidades, por exemplo, os dados apontavam de forma consistente para uma baixa escolaridade entre as pessoas autodeclaradas transexuais ou travestis. Para Alessandra Bohm

Poucos ou raros são os casos de ingresso, resistência e permanência escolar desses sujeitos, uma vez que a relação das travestis com os demais colegas é marcada pelo exercício do *bullying* e, com seus professores e gestores, é permeada por muitos problemas: a recusa de ter o nome social aceito na chamada, por exemplo, e a proibição de poder usar roupas ou acessórios femininos, dentre outros. (BOHM, 2009, p.81)

Berenice Bento (2011), ao refletir sobre as “respostas que a escola tem dado aos/às estudantes que apresentam performances de gênero que fogem ao considerado normal” (p.550) afirma que, em relação ao abandono escolar por parte das pessoas trans e travestis, “na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão.” (p.555). Luma Andrade (2012), além de caracterizar o processo de expulsão das travestis das escolas como uma “evasão involuntária”, avalia que aquelas que permanecem recorrem a estratégias que caracteriza como “assujeitamentos” e “resistências”

Este trabalho, cujo tema central são as travestis nas escolas e seus assujeitamentos e resistências à ordem normativa, revela uma aceitação ou recusa das próprias travestis à imposição de seus enquadramentos ao gênero masculino na forma como se apresentam corporalmente, no momento da chamada, nas relações interpessoais, nas apresentações escolares internas e externas, na determinação ou indeterminação do banheiro a ser utilizado, no ritual tradicional da festa de formatura. As resistências ou assujeitamentos podem ser opostos e complementares simultaneamente, pois mesmo ao se assujeitar as travestis estão fazendo uso de tática para permanecer na escola,

---

<sup>4</sup> Escolhemos utilizar a sigla LGBTQ+ para fazer referência a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O “+” sinaliza para a existência de outras categorias possíveis que escapem da cisheterossexualidade. Além disso, no caso das entrevistas, mantivemos a sigla da forma como ela foi utilizada por cada uma das pessoas interlocutoras.

promovendo uma crise na forma tradicional como é conduzida esta em relação aos gêneros, induzindo mesmo que paulatinamente mudanças e aberturas no presente e no futuro. A presença das travestis nas escolas se apresenta como dispositivo relevante para a formação da comunidade escolar na convivência com as singularidades delas, mesmo em meio a profundos conflitos. (ANDRADE, 2012, p. 247)

De modo semelhante, Adriana Sales (2012) identifica um conflito entre a “crença das alunas travestis em significar a escola e suas práticas como importantíssimas para suas vidas” (p.99) e a não-aceitação dessas estudantes por parte das equipes de profissionais da educação. Para Dayana Santos (2010), ainda que o preconceito e a discriminação funcionem como impulsionadores do abandono escolar de pessoas trans, é possível identificar outras explicações. Segundo ela, nos relatos que analisou em sua pesquisa de mestrado,

Outras experiências expressas, como a resistência ao processo de escolarização, também apareceram. Importa considerar também que, na análise dessas narrativas, a idade em que transexuais e travestis empreenderam a transformação de seus corpos e identidades ocupa um lugar central, assim como os procedimentos adotados e os efeitos produzidos. Talvez seja produtivo pensar que não são transexuais e travestis que abandonam a escola, mas a escola é que as/os abandonam. (SANTOS, 2010, p.176)

Tal conclusão nos é particularmente útil para pensar que a construção dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis não se dá exclusivamente nos termos de um território livre de xingamentos e humilhações, ainda que esse seja um dos principais elementos. Como veremos, outras necessidades e exigências demandam respostas destes espaços educativos. Durante pandemia de Covid-19, momento em que a maior parte dos cursinhos suspendeu suas aulas<sup>5</sup> e de acentuado processo de empobrecimento e precarização, grande parte dos esforços dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis se deu no sentido de buscar alimentos e fontes de renda para os/as/es educandos/as/es que estivessem em situação de vulnerabilidade econômica. Tal prática já era comum, mas, neste contexto, assumiu uma centralidade ainda maior. Outras ações, como o apoio jurídico, a mediação com possíveis empregadores/as e a

---

<sup>5</sup> Identificamos que o Transenem Porto Alegre passou a funcionar no modo remoto, o Projeto Transcender foi criado com aulas *on-line* e o Transeducação, que funcionou como supletivo em 2019, assumiu o caráter de pré-ENEM *on-line* em 2020.

indicação de projetos que atendem a população trans também estão presentes no cotidiano dos cursinhos.

De modo mais recente, há pesquisas que investigam as pessoas trans no contexto específico do ensino superior. Ao pesquisar as vivências de estudantes universitários/as/es trans, Fausto Scote (2017) apontou que, em que pese alguns avanços como a implementação do nome social, ainda persistem situações de conflito em torno, por exemplo, do acesso ao banheiro, além disso, as pessoas investigadas pelo autor demonstraram-se insatisfeitas com as ausências de discussões sobre gênero, especialmente relacionadas à população trans, em seus cursos de graduação.

Nas narrativas de estudantes trans da Universidade Federal de Sergipe, analisadas por Adriana dos Santos (2018), é possível encontrar relatos que revelam o espaço universitário como o local em que, a partir da aproximação com leituras sobre gênero e sexualidade, as pessoas reconheceram-se enquanto pessoas trans. Além disso, em relação aos homens trans que participaram da pesquisa, ela identificou estratégias como a de evitar fazer perguntas durante a aula ou de evitar o uso do banheiro – recorrendo, quando necessário, a um mais distante ou solicitando a companhia de amigos que pudessem oferecer algum nível de segurança – como meios para evitar sofrer algum tipo de violência transfóbica.

Como identificam Keo Silva e Alexandre Vaz (2020), apesar do número de pessoas trans e travestis no ensino superior ainda ser numericamente baixo, suas entradas já motivaram a criação de espaços como o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Travestilidades, Transexualidades e Transgeneridades (NeTrans) na Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, Sara York (2020) discute as disputas e processos de implementação das cotas para pessoas trans nas universidades como um meio para promover a presença dessa população nas instituições de ensino superior.

Interpelado por tantas pesquisas-denúncias e considerando tais reflexões fundamentais para a minha prática docente, investiguei ao longo desses meses<sup>6</sup> as resistências coletivas na forma dos pré-vestibulares sociais para pessoas trans e travestis. Tamires Barbosa Rossi Silva (2017), que pesquisou os “cursinhos trans” a partir de observações feitas no Transpondo o

---

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, após a aprovação do projeto de número CAAE 335510620.2.0000.5149 no Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

ENEM e entrevistas com um homem trans<sup>7</sup> e uma mulher trans que estudaram no TransEnem BH, afirma que esses projetos são

Novas formas de existência, novos modos de garantir a visibilidade desses sujeitos, no qual a estrutura dos cursinhos cria uma rede de apoio e de solidariedade nas iniciativas que pode promover um sentimento de pertencimento e de humanidade aos discentes e demais sujeitos envolvidos. (SILVA, 2017, p.123)

Cintia Itaqui (2018) realizou um estudo de caso sobre a experiência do TransEnem Porto Alegre apresentando sua trajetória, modos de organização e atividades realizadas. Um desenho de pesquisa semelhante foi escolhido por Laila Souza (2019) para analisar o PreparaNEM. A estrutura do Pré-Enem Trans+ é apresentada no relato de experiência de Isabella Silva<sup>8</sup> (2019), que o organizou como produto do seu mestrado. Ao investigar o ensino de história realizado no TransEnem Porto Alegre, Priscila Nunes (2020) identifica que não há ali um “abandono do currículo tradicional”, mas um currículo com disposição antinormativa a partir dos temas, referências, questionamentos e estratégias assumidas no processo de ensino.

A escolha em direcionar esse trabalho para os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis foi motivada, ainda, por análises como a de Rogério Diniz Junqueira (2013) ao afirmar que nas escolas há o exercício de uma pedagogia da sexualidade sobre estudantes dissidentes das normas de gênero e da matriz heterossexual

[...] geralmente traduzida, entre outras coisas, em uma pedagogia do insulto por meio de piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes. Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais são uma constante na rotina escolar de um sem número de pessoas, desde muito cedo expostas às múltiplas estratégias do poder e a regimes de controle e vigilância. (JUNQUEIRA, 2013, p.484)

---

<sup>7</sup> Raul Capistrano, interlocutor de Tamires Barbosa Rossi Silva (2017), também faz parte do grupo de pessoas entrevistadas neste trabalho.

<sup>8</sup> Isabella Silva também faz parte do grupo de pessoas interlocutoras dessa dissertação.

Maria Rita de Assis César aponta que a relação é ainda mais conflituosa em torno da presença de pessoas trans no ambiente escolar.

Se a presença de alunos e alunas homossexuais dentro da escola já é um incômodo, então, a partir daquela perspectiva, a experiência da transexualidade se torna verdadeiramente insuportável do ponto de vista da instituição escolar, pois, diante de seus corpos transformados, a fala competente da instituição não vê esperança de retorno à norma heterossexual. Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis, isto é, a expulsão que hoje se constitui em um elemento importante da evasão escolar. (CÉSAR, 2009, p.47)

Apesar disso, para usar os termos de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020a), há “corpos que escapam”, escapam precisamente ao insistir permanecer e disputar o processo educativo. Como afirma a autora, “Nos bancos escolares, os projetos de travesti, de transexuais, de bissexuais, de sapatão, de gay, de viado, de bicha, brancos/as e pretos/as se revelam e pedem passagem” (p.163). Apesar de toda essa multiplicidade que compõe o corpo de estudantes, a escola permanece organizada em torno de um molde social que estabelece como padrão, entre outros marcadores sociais, o corpo branco cisheterossexual. Como aponta Anna Paula Vencato,

A escola, historicamente, tem se pautado pela ideia de que se tratar todas as pessoas que por ali passam a partir dos mesmos critérios formais (avaliações, currículos, práticas pedagógicas etc.) é o melhor método para ensinar e incluir. A escola se pretende democrática pela lógica da padronização e não pela inclusão das diferenças culturais em suas práticas, conteúdos e cotidianos. Nesse sentido, busca-se internamente dar unidade de tratamento a pessoas muito diferentes entre si, com histórias de vida e inserções sociais que não poderiam ser contempladas dentro desta visão mais tradicional de ensino-aprendizagem. (VENCATO, 2014, p.22)

Dessa forma, os pré-vestibulares, enquanto projetos construídos, simultaneamente, contra e a caminho da educação formal – uma vez que eles são feitos a partir das desigualdades nos níveis básico e superior, ao mesmo tempo que promovem estratégias que buscam possibilitar o retorno ao sistema oficial de ensino -, podem fornecer contribuições importantes

para pensar-lutar na/pela educação. Se a escola produz as pessoas trans e travestis como corpos “indesejáveis”, é a partir e em torno deles/delas/delus que tais projetos são construídos.

É preciso destacar ainda que tais projetos são parte da longa trajetória de luta do movimento trans/travesti. A década de 1990 é um importante marco com a criação, em 1992, da Associação Nacional de Travestis e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro. Conforme apontam Sérgio Carrara e Mário Carvalho (2013), o seu trabalho esteve voltado inicialmente para ações relacionadas ao direito à saúde, especialmente com a epidemia de HIV/AIDS, e, em menor medida, contra a violência policial. Além disso, como nos aponta Jaqueline Gomes de Jesus (2018a), a fundação da ASTRAL inspirou outros grupos e coletivos pelo Brasil, e, no fim do século XX, “vai se consolidando um modelo de militância focado em uma agenda de promoção de iniciativas institucionais inclusivas, representada pela política do nome social, e na ideia de visibilidade”. (p.391). Além disso, nos é particularmente útil recorrer a proposta de Thiago Coacci (2018). Para Coacci, o movimento de pessoas trans pode ser visto em ondas, a primeira corresponde ao período 1990-2000, com o surgimento das primeiras organizações; a segunda (2000-2010) multiplica as demandas e, com o início do governo PT, amplia os diálogos com o Estado; por fim, ele marca o ano de 2011 como o início da terceira onda, apontando o crescimento do conservadorismo nos espaços políticos institucionais como característica desse momento. O autor aponta ainda que a segunda onda traz como pauta o direito à educação, especialmente na defesa do uso do nome social nas escolas, o que é ampliado na terceira onda, quando são exigidas políticas de inclusão também nas instituições de ensino superior. Como aponta Sara York (2020), uma conquista pode ser observada em 2017 com o estabelecimento de cotas para pessoas Universidade Federal do Cariri, política que, desde então, vem sendo implementada em programas de graduação e pós-graduação de outras instituições.

De certo modo, o horizonte dessa pesquisa foi apontado por Miguel Arroyo (2012) ao lançar o provocativo questionamento “se os educandos são outros, a docência e os docentes poderão ser os mesmos?”. Tomar essa pergunta como ponto de início me levou a dois movimentos principais: (I) de que forma as pessoas trans são “outros”? Discutiremos essas questões em diálogo com a teoria *queer*, com a teoria decolonial e com a vertente transfeminista; (II) o que podemos aprender com os/as/es docentes que não são podem ser “os mesmos”? Essa pergunta permeia todo o trabalho. Busco respondê-la ancorado na proposta das Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos (2009), e da sua abertura para o campo das pesquisas em educação, como propõem as Pedagogias das Ausências e das Emergências de Nilma Lino Gomes (2017).

Além de Arroyo, uma das contribuições fundamentais para o desenho do projeto veio de Raul Capistrano, que mais adiante tornou-se interlocutor dessa pesquisa. Ainda em 2019, em uma conversa exploratória no Restaurante Universitário que relato no capítulo “elas, eles, elus e eu”, ele comentou sobre um desejo por parte das pessoas voluntárias do TransENEM – BH de encontrar outros termos além de “aluno(a)” e “professor(a)” por acreditar que tais categorias não representavam de forma adequada as atividades realizadas no projeto, o que, para mim, sugeriu a importância em analisar como as pessoas voluntárias dos cursinhos enxergam a educação, o projeto e as suas próprias posições.

Dessa forma, foi decidido privilegiar a interlocução com pessoas que atuassem ou tivessem atuado como voluntárias nestes projetos. Outro critério era o de buscar pessoas cis e trans com diferentes identificações de gênero. Por fim, partindo de um critério não previsto inicialmente e que foi estabelecido durante a produção dos dados, dialogamos com pessoas vinculadas cada uma a um cursinho diferente. Chegamos assim aos nomes de Isabella Silva, Bela Berenguer, Jacson Caldas, Raul Capistrano e Josivan Vieira. Durante a realização das entrevistas surgiu a oportunidade de entrevistar também uma ex-estudante, Maria Angélica<sup>9</sup>. Avaliando os potenciais ganhos para a pesquisa e considerando que a entrevista de Raul Capistrano trouxe a perspectiva de um homem trans que estudou em um dos cursinhos, posto que ele ocupou também esta posição além das de monitor, professor e coordenador, o nome de Maria Angélica foi também incluído no rol de entrevistados/as/es.

A maior parte desse processo de pesquisa foi realizado durante a pandemia de Covid-19, o que gerou readequações da proposta de pesquisa, assim como nas demandas do Comitê de Ética a que submetemos o projeto. A estratégia de observação dos cursinhos, parte da metodologia inicialmente prevista, precisou ser descartada em nome da emergência sanitária que chegou ao Brasil em meados de março de 2020, época em que pretendia iniciar a pesquisa nos cursinhos. Mantivemos as entrevistas semiestruturadas, mas os encontros pessoais foram trocados por videochamadas via aplicativos ou plataformas virtuais, como o *google meet*<sup>10</sup>, que

---

<sup>9</sup> Durante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era indicado que os/as entrevistados/entrevistadas expressassem abertamente se desejavam a utilização dos seus nomes neste trabalho ou se deveria ser utilizado um pseudônimo. Do universo de pessoas entrevistadas, Maria Angélica foi a única que escolheu a segunda opção. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estará disponível ao final da dissertação, no Anexo I.

<sup>10</sup>O *google-meet*, conforme anunciado pela empresa que o criou, é um sistema de comunicação em tempo real através de videochamadas. O sistema pode ser acessado via computador pessoal, smartphones ou tablets. Há a possibilidade de utilizar o “meet” de forma gratuita ou paga, com acesso a diferentes recursos em cada caso. Informações obtidas na página do *google meet*, no endereço: <https://meet.google.com/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

duraram entre 1h e 1h30 cada. Adicionado a isso, seguimos os “rastros” deixados pelos cursinhos na internet, especialmente nas redes sociais. Esse espaço das redes é importante analiticamente porque, conforme Luís Mauro Sá Martino,

[...] relaciona-se com diversas manifestações e afirmações da identidade, na disputa pela chance de chamar a atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas também a visibilidade. Isso significa parecer em público e dar mais espaço para uma causa, reivindicação ou problema. Um blog ou perfil em rede social que marque posição a respeito de um estilo de vida pode ser entendido como um ambiente político - a identidade, em público, torna-se um problema político. (2015, p. 86)

O resultado desse processo, no formato dessa dissertação, está dividido em dois momentos principais. O primeiro momento busca “preparar o terreno” da pesquisa; vemos aqui, principalmente, um breve panorama dos pré-vestibulares sociais e a base teórica adotada nessa pesquisa. Em seguida, são introduzidas as pessoas interlocutoras e os cursinhos dos quais fizeram ou fazem parte, bem como o caminho que trilhei até cada uma/um. A partir disso é apresentado um conjunto de tópicos relacionados às experiências no contexto dos cursinhos, veremos aqui momentos de luto, brechas nos conteúdos, conversas de banheiro, trajetos de ônibus, e outras “cenas” que os relatos nos permitiram conhecer.

Não busco oferecer um manual a ser consultado para saber como trabalhar na educação com pessoas trans, penso que uma tentativa desse tipo resultaria em uma redução tanto da educação quanto das pessoas envolvidas. O belo está na imprevisibilidade dos encontros e na compreensão de que os processos educacionais, as salas de aula, propiciam o encontro de diferentes sujeitos, com distintas experiências, e a riqueza é justamente evitar padronizações que não contemplem as diferenças. Apesar disso, penso que os relatos de experiências contra-hegemônicas ancorados em uma educação anti-transfóbica podem inspirar novas práticas e comportamentos. Não se trata aqui de recolher uma lista do que foi feito nos projetos para aplicar em novas situações, mas de criar um espaço de sensibilidade, enxergar os pontos que eles iluminam e criar situações de inteligibilidade e comunicabilidade a partir dos conhecimentos gerados nessas experiências.

Seguindo propostas teórico-epistemológicas que ressaltam o papel da “localização” das pessoas pesquisadoras na produção dos conhecimentos<sup>11</sup>, tentarei agora fazer uma breve

---

<sup>11</sup> Penso nesse ponto a partir de produções como “Uma epistemologia para a próxima revolução” de Linda Alcoff (2016); “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera) de Leila Dumaresq (2016); “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”

apresentação na tentativa de refletir sobre (I) de “onde” eu falo e (II) como “cheguei” a essa pesquisa. O meu nome vocês já sabem (ainda que “Abáz” seja mais utilizado por boa parte das pessoas que me são próximas), estou com 27 anos no momento em que encerro a escrita dessa dissertação. Sou da periferia de Salvador – BA. Filho de uma mulher negra, pobre, forçada a abandonar os estudos e que hoje, aos 49 anos, cursa o Ensino Fundamental II em uma escola pública estadual. Meu pai era um homem branco, pobre, assassinado quando eu estava com quatro anos e ele, com menos de trinta. Sou negro de pele clara, gay, cisgênero, egresso da Educação Pública, formado em História pela Universidade Federal da Bahia, mestrando em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, morador de Belo Horizonte – MG desde 2019, ano em que iniciei o mestrado.

Deste mosaico de elementos – e tendo a certeza que tantos outros permaneceram ocultos – a cisgeneridade é o que mais se destacou ao longo da pesquisa. Elejo dois momentos para ilustrar essa afirmação: (I) logo no primeiro semestre do mestrado, nos encontros quinzenais onde são discutidos os projetos das/dos estudantes ingressantes, uma colega perguntou baixinho após a apresentação do meu *“mas... você é uma pessoa trans?”*; (II) após a exposição de um recorte dessa pesquisa na 14ª reunião regional ANPEd<sup>12</sup> – Sudeste uma das pessoas presentes perguntou *“eu conheço uma menina cis que está fazendo uma pesquisa em um tema próximo ao seu e ela vem enfrentando dificuldades para conseguir encontrar pessoas trans que aceitem ser entrevistadas. Isso tem acontecido com você? Como você está lidando com isso?”*.

Creio que questões como essas não são exclusividade das produções dos diversos campos do conhecimento que investigam o “universo trans”<sup>13</sup>, mas estão cada vez mais presentes em contextos a pessoa pesquisadora está de alguma forma em posição de vantagem social em relação aos sujeitos que compõem o campo que ele observa. Entendo tais interpelações como um convite para nos posicionarmos sem pretensões de neutralidade, um dos elementos da relação, por vezes tensa, entre movimentos sociais e academia.

Os encontros com as pessoas que construíram essa dissertação comigo na posição de interlocutoras/interlocutoras estão relatados no capítulo “Elas, eles, elus e eu”. Apesar disso, deixo registrado já nessa introdução que não encontrei resistências por parte das pessoas cis e

---

de Ramón Grosfoguel (2008) e “Lugar de fala” de Djamilia Ribeiro (2019). Trabalharei com esses textos ao longo do trabalho,

<sup>12</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

<sup>13</sup> “Prefiro utilizar o termo universo *trans* em função de sua propriedade de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de ‘transformações do gênero’. Essa denominação pretende abranger todas as ‘personificações’ de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente aquelas das travestis.” (BENEDETTI, 2005, p. 17).

trans que foram entrevistadas. As seis pessoas que me acompanham na composição desse trabalho são as que primeiro convidei, além de ter recebido sinais positivos por parte de outras que, em função do próprio desenho da pesquisa, acabaram não participando. Não pretendo elencar todos os motivos que parecem ter contribuído para isso. O que trago aqui é mais uma reflexão das minhas impressões ao longo desse processo do que uma questão explicitamente posta na realização das entrevistas, conforme segue.

O primeiro elemento que destaco é a assunção explícita, crítica e reflexiva da minha posição enquanto sujeito cisgênero, no interior de uma tradição acadêmica marcada por pesquisas sobre pessoas trans conduzidas por pessoas não-trans. Tornou-se fator positivo, nesse contexto, o meu papel enquanto apoiador e professor voluntário em pré-vestibulares para pessoas trans, o que permitiu que as pessoas entrevistadas enxergassem a pesquisa como algo implicado em um projeto político mais amplo e me categorizassem como um “cis-aliado”<sup>14</sup>. Além disso, o fato da pesquisa não ser exatamente “sobre” pessoas trans, mas sobre pessoas cis e trans que, assim como eu, estão/estiveram engajadas em projetos a favor do direito das pessoas trans à educação recebeu retornos positivos. A escolha de privilegiar a pesquisa a partir das posições de docentes voluntários/as/es é, também, uma escolha de pensar o/no meu lugar docente.

Gostaria de adicionar mais um ingrediente nessa introdução, o momento político em que esse trabalho foi realizado. No dia 30 de outubro de 2018 escrevi um breve texto no *facebook*<sup>15</sup> pensando sobre a minha aprovação no mestrado e agradecendo algumas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para isso. Coloquei “dos sentidos de uma aprovação (ou: de um *timing* em descompasso)” como título do *post*. Duas noites antes, no dia 28 de outubro de 2018, estava com meu namorado e algumas pessoas amigas em um apartamento no centro de Salvador acompanhando a apuração dos votos das eleições presidenciais. Após o resultado que definiu que viveríamos o inferno que estamos vivendo, pedi licença e chorei compulsivamente trancado no banheiro. Só parei quando alguém bateu na porta avisando que precisaria usá-lo. Essa dissertação não apenas foi escrita durante o governo Bolsonaro, foi escrita *apesar* dele.

---

<sup>14</sup> Experiência semelhante é apontada por Thiago Coacci (2018) durante a realização do seu doutorado.

<sup>15</sup> “O Facebook é uma rede social que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. A ferramenta criada em 2004 pelos americanos Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hufghes e pelo brasileiro Eduardo Saverin também permite que você receba as novidades das páginas comerciais das quais gostar, como veículos de comunicação ou empresas”. Castro, Janaina. Como funciona o Facebook? Nova Escola, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1486/como-funciona-o-facebook>. Acesso em 17 de maio de 2021.

É difícil escolher um dos vários momentos em que o presidente e seus partidários se utilizaram do pânico moral<sup>16</sup> contra pessoas LGBTQ+, parte essencial de sua estratégia política, mas há um em especial que vai no sentido diametralmente contrário ao dos projetos defendidos nos pré-vestibulares aqui discutidos. No dia 9 de julho de 2019, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira<sup>17</sup> lançou o edital 29/2019 reservando as vagas ociosas, não ocupadas nos editais regulares do SISU, em diversos cursos de graduação nos *campi* Ceará e Bahia para pessoas trans e intersexuais. Sete dias depois, em seu perfil no *twitter*<sup>18</sup> – uma das principais estratégias de comunicação do governo, embora não lancem mão de contas ou perfis institucionais para tal, enquanto sustenta uma ofensiva ao jornalismo – Jair Bolsonaro anunciava o cancelamento do edital a partir de uma intervenção do Ministério da Educação solicitada pelo Poder Executivo Federal.

Suspensões e cancelamentos de editais não são eventos raros, mas é notável a importância dada pelo presidente a algo relativamente corriqueiro. A escolha por escrever em letras maiúsculas que o edital era voltado para “*candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e PESSOAS NÃO BINÁRIO (sic)*” pode ser vista, à luz das reflexões de Jeffrey Weeks e Gayle Rubin<sup>19</sup>, como a produção dos grupos dissidentes de gênero e sexualidade enquanto um inimigo a ser combatido pelo presidente e por aqueles que fielmente o seguem.

---

<sup>16</sup> Como aponta Jeffrey Weeks (2012), o pânico moral é um mecanismo que forma as “políticas sexuais”. Segundo o autor, o pânico moral cristaliza medos e ansiedades difundidos e, em lugar de buscar a causa dos problemas e as condições que eles apontam, os localizam em um grupo social visto como “imoral” ou “degenerado”. Além disso, segundo Gayle Rubin (2012) “os pânicos morais raramente aliviam um problema real, já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos ‘vícios’ como crimes.” (p.36)

<sup>17</sup> É interessante destacar também que foi na UNILAB em 2013 que Luma Nogueira de Andrade tornou-se a primeira professora doutora travesti a fazer parte do quadro de docentes efetivos de uma universidade pública federal (UNILAB, 2013).

<sup>18</sup> “O Twitter é uma rede social que simula um blog pessoal. A plataforma oferece um espaço de 280 caracteres para você mandar mensagens sobre ‘O que está acontecendo?’ para todos os seus seguidores. No Twitter, essas mensagens são chamadas de ‘Tweet’. (...) As notícias que correm no Twitter são dinâmicas e rápidas. Por ter um espaço curto para escrever — na ‘era glacial’ do Twitter eram apenas 140 caracteres — as pessoas acabam sendo mais objetivas e indo direto ao ponto.” Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/twitter/>. Acesso em 17 de maio de 2021.

<sup>19</sup> Não me aprofundarei nesse debate aqui, mas há atualmente uma extensa produção sobre este tema, traduzido em debates, para dar um exemplo, como aquele que se propõe contrário aos debates de gênero e que os nomeia a partir da expressão “ideologia de gênero”. Essa pauta que se opõe ao debate de gênero se alia, com frequência, a discursos que se contrapõem a quaisquer direitos sexuais e reprodutivos. Conforme Rogério Diniz Junqueira (2017), “nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no ‘gênero’ o principal mote em suas mobilizações. ‘Gênero’, ‘ideologia de gênero’, ‘teoria do gênero’ ou expressões afins são brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes.” (p. 25-26). Um dos espaços de disputa fundamental desse discurso foram as escolas, espaços percebidos como privilegiados para o que se chamava de doutrinação de crianças e adolescentes “indefesos” (VENCATO, LACERDA; ALVARENGA, 2008). Em grande medida, esses discursos foram bastante excludentes com relação

É necessário ainda, para facilitar o processo de leitura, destacar desde agora uma escolha assumida na escrita. Em uma situação de isolamento social, uma saída para conseguir escrever esse trabalho foi o de imaginar esse processo como uma conversa de bar ou em algum café – com as devidas adaptações. Não cito autor/a/e-data enquanto peço uma cerveja, mas é um procedimento de suma importância aqui -, dessa forma, recorri a uma imagem mental onde estaria com as pessoas-interlocutoras e as pessoas-leitoras discutindo sobre os temas que aqui discutiremos. A influência disso na escrita aparece, sobretudo, na maneira como trago trechos das entrevistas: (I) enquanto fala a ser analisada ou que ilustra alguma afirmação, momento em que elas são apresentadas com fonte 10 e recuo de 4cm à esquerda; (II) enquanto fala que se sobrepõe ao que estou dizendo, momento em que aparecem cortando alguma frase, aparecem aqui em itálico e entre aspas; (III) quando são comentários sobre os meus comentários, onde aparecem também em itálico e entre aspas, mas separadas pelo travessão. Para facilitar a identificação de qual voz estamos escutando, elas serão acompanhadas pelo nome entre parênteses. Já em relação a você, pessoa leitora, deixo o convite para que participe dessa conversa. Vamos?

## **2. Pré-vestibulares para quem? Para quê?**

Neste capítulo busco apresentar as bases teóricas que fundamentaram o trabalho. Parto aqui de duas perguntas como ponto de partida para justificar as escolhas das teorias que foram utilizadas. Na primeira pergunta, “pré-vestibulares para quem?”, discuto alguns dos principais conceitos que apontaram o horizonte de análise dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis; já a questão seguinte, “pré-vestibular para quê?”, não busca responder os objetivos dos pré-vestibulares<sup>20</sup>, mas discutir os motivos pelos quais eles foram analisados nesse trabalho.

---

a qualquer debate sobre respeito às pessoas trans e/ou LGBT+. No Brasil, historicamente, essa população ficou de fora das políticas de Estado de escolarização, algo comprovado pela extensão da evasão escolar e falta de acesso à educação superior das pessoas trans, conforme venho argumentando. Ocorre que, atualmente, fatos como o relatado acerca do edital da UNILAB fazem com que a exclusão pareça ser referendada como política de governo. Por fim, dizer que a exclusão de pessoas trans no âmbito da educação escolar no país está presente desde as políticas de estado até o cotidiano escolar, passando pelas famílias, dado o preconceito e discriminação que atinge a essa população.

<sup>20</sup> Essa discussão é feita principalmente nos capítulos seis, “situações-limite, sonhos possíveis”, e sete, “colonialidade do saber, ecologia de saberes”.

### *Pré-vestibulares para quem?*

Como veremos, desde a passagem da década de oitenta para a década de noventa, os pré-vestibulares sociais constituem um expressivo fenômeno no campo das disputas pela democratização do ensino superior. Voltados para pessoas negras e para pessoas pobres, estes atores denunciam desigualdades de classe e de raça enquanto trabalham para minimizá-las. De modo mais recente, surgem em 2015 os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis. É indiscutível a importância de marcarmos a interseccionalidade como importante ferramenta teórico-analítica nas pesquisas (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019), afinal, os marcadores sociais interagem de modo dinâmico e produzem diferentes experiências sociais entre, por exemplo, uma pessoa trans, negra e pobre e outra branca e de classe média ou alta. Apesar disso, a pedra angular dos pré-vestibulares que aqui tratamos é a posição dissidente de gênero do público para o qual ele se destina. Ao partir da pergunta que nomeia esse subcapítulo, não pretendo estabelecer uma espécie de definição rígida para as pessoas trans – essa atitude não apenas fugiria aos princípios éticos e políticos que regem esse trabalho, mas também seria de pouca utilidade para os nossos objetivos -, busco aqui entender como o afastamento da norma cisgênero gera uma série de punições sociais – destacando aqui a desigualdade educacional – que justifica a criação desses pré-vestibulares.

Uma das principais bases teóricas com as quais trabalhei é a teoria *queer*. De difícil definição – ou, mais exatamente, pouco afeita à rigidez e padronizações – ela está profundamente relacionada ao contexto estadunidense de epidemia de AIDS e a divergências em relação a estratégia hegemônica de movimento homossexual em sua luta por aceitação – entendida, na perspectiva queer como uma estratégia de assimilação -, especialmente a partir de imagens de homens gays, cisgênero, brancos e de classe média (MISKOLCI, 2012). Como aponta Teresa de Lauretis (2019a), a entrada desse pensamento na academia, mais interessado em provocar o que era considerado normal do que em se afirmar como parte da normalidade, aconteceu em 1990 em uma conferência organizada por ela na Universidade da Califórnia. Cabe destacar, entretanto, que Gloria Anzaldúa (1987) já havia feito utilizado “*queer*” para afirmar o seu próprio entre-lugar social, o que, segundo apontam Catarina Rea e Izzie Amancio (2018), marcou o seu primeiro uso no contexto acadêmico.

Neste trabalho, a perspectiva *queer* ajuda, sobretudo, a compreender como operam os padrões de normalidade no contexto escolar e como eles atingem aqueles/aqueles/aquelus que não os atendem – no caso do gênero, marcadamente as pessoas trans e travestis. Além disso, é

fundamental aqui as discussões sobre gênero feitas por Judith Butler. Ao criticar as próprias bases do feminismo, que mantinha o “sexo” como um dado inquestionável, natural e pré-discursivo enquanto assumiam o gênero como o construto cultural e social que era feito sobre ele, Butler (2003) rompe com o binômio sexo/gênero como dimensões de, respectivamente, natureza e cultura. Como sabemos a partir de Joan Scott (2019), um dos objetivos quanto a assunção do termo “gênero” no interior do pensamento feminista foi evitar o determinismo biológico como causa das diferenças, mas, para Butler

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero não é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p.26)

Ao refletir sobre os modos como o gênero é produzido desde um ideal regulatório para manter a sua aparente fixidez e coerência, ela afirma que

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura

obrigatória da heterossexualidade reprodutora. Se a “causa” do desejo, do gesto e do ato pode ser localizada no interior do “eu” do ator, então as regulações políticas e as práticas disciplinares que produzem esse gênero aparentemente coerente são de fato deslocadas, subtraídas à visão. O deslocamento da origem política e discursiva da identidade de gênero para um “núcleo” psicológico impede a análise da constituição política do sujeito marcado pelo gênero e as noções fabricadas sobre a interioridade inefável de seu sexo ou sua verdadeira identidade. (BUTLER, 2003, p.194-195)

Além disso, para as discussões deste trabalho, é central pensar que

Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultura (BUTLER, 2000, p.152)

Em que pese a importância das formulações de Butler e da teoria *queer*, o seu uso no contexto da América Latina têm sido alvo de avaliação e investigação quanto aos seus limites e possibilidades. Talvez o primeiro aspecto que aparece é o enfraquecimento do potencial subversivo do próprio uso do termo *queer* - um xingamento profundamente associado a sujeitos desviantes da norma cisheterossexual - fora do contexto anglófono. Como aponta Larissa Pelúcio

[...] em português “queer” nada quer dizer ao senso comum. Quando pronunciado em ambiente acadêmico não fere o ouvido de ninguém, ao contrário, soa suave (cuier), quase um afago, nunca uma ofensa. Não há rubores nas faces nem vozes embargadas quando em um congresso científico lemos, escrevemos ou pronunciamos queer. Assim, o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda parte. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se

apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil. (PELÚCIO, 2014, p.4)

O próprio processo de englobar atos, comportamentos, modos de ser e estar no mundo como *queer* foi alvo de críticas, como podemos ver com Hija de Perra (2014) no texto que traz provocações desde o seu título, “Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma”:

Hoje falo situada geograficamente no Sul, mas muitas vezes parece que me valido falando a partir do Norte, como seguindo um pensamento que nos guia a matriz do dominador. Refiro-me com isto a como os novos saberes de Gênero se acumulam de repente em nossos limites territoriais e nos enquadram com novas etiquetas para fomentar e entender o exercício da existência e suas diferenças sexuais.

Assim, hoje em dia os do Norte nos indicam uma nova leitura para compreender o que já existia em nossas terras...

Sim! A cultura da viadagem sempre existiu dentro de nossos limites, mas não se havia enfocado sob um olhar que unisse esses fatos como matéria de luta ao modo de uma tropa ou um movimento no sentido do percurso histórico das novas identidades sexuais e suas manifestações socioculturais implícitas (PERRA, 2014, p.2)

Além disso, são importantes para nossas discussões as análises que apontam a relação entre os processos de dominação colonialista e as relações de gênero. Em seu estudo sobre a sociedade Iorubá, por exemplo, Oyèronke Oyěwùmí (2021) chegou à conclusão de que este, o gênero, não era parte da forma de organização entre os povos iorubás, como afirma ela “antes da instalação de noções ocidentais na cultura iorubá, o corpo não era base de papéis sociais, inclusões ou exclusões, não foi o fundamento do pensamento e das identidades sociais” (p. 16). De modo semelhante, mas discutindo a partir do contexto da colonização no continente americano no interior da tradição decolonial - vertente com a qual esse trabalho busca dialogar - Maria Lugones (2008), considera, assim como Oyěwùmí, o gênero como uma imposição colonial e trabalha nos termos de um “sistema moderno colonial de gênero”.

Por fim, o transfeminismo também ofereceu importantes possibilidades teórico-analíticas e reflexões ético-políticas que basearam essa pesquisa. Aliás, a escolha anunciada no início desse capítulo em não buscar uma tentativa de “explicar” o que são as experiências trans está em consonância com aquilo que sublinha Bia Pagliarini Bagagli:

Muitas das tentativas de “explicação” das identidades transgêneras partem do princípio de que as vidas das pessoas trans não possuiriam sentido. Na mesma medida em que são desprovidas de sentido, precisariam ser amparadas por explicações, como se nossas existências necessitassem de próteses teóricas que nos restituíram o significado perdido. Essa atitude que busca encontrar uma “origem” para as identidades trans acaba por reproduzir uma noção cissexista sobre a existência de pessoas trans. O transfeminismo busca se desvencilhar dessa problemática. Para tanto, partimos do princípio de que nossas vidas fazem sentido simplesmente porque são dignas de serem vividas. É necessária uma luta que as façam viáveis e sujeitos que resistam. (BAGAGLI, 2018, p.343)

As produções desenvolvidas pelo transfeminismo, como os trabalhos Jaqueline Gomes de Jesus (2013a), Viviane Vergueiro (2015) e Leticia Carolina Nascimento (2021), sobre a cisgeneridade e a cisnormatividade permitiram, de modo mais preciso, nomear e identificar a norma de gênero que institui a correspondência do binarismo pênis-homem e vagina-mulher com a ideia de normalidade, da qual as violências transfóbicas são um dos eixos, e gera, entre outras coisas, os processos que expulsam as pessoas trans e travestis do sistema de educação formal.

Por fim, penso que os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis não necessariamente pressupõem um sujeito coerente e estável como ponto de partida para a sua ação, nem são construídos em torno de uma certa ideia fixa do que as pessoas trans “são”. Penso que a ação destes cursinhos assume a maneira como certos efeitos de verdade sobre o gênero, de base pretensamente natural e biológica, incidem sobre a trajetória escolar das pessoas trans e travestis. Ao tornar as experiências trans o ponto de partida dos projetos, é feita uma denúncia que aponta a cisgeneridade como o padrão oculto, posto que se pretende normal e inquestionável, que estrutura outros espaços de educação, especialmente aqueles que compõem o sistema oficial.

Uma implicação teórica que decorre dessa leitura é pensar os cursinhos no interior da proposta de “multidões *queer*” de Preciado (2011). Isso não necessariamente corresponde aos sentidos atribuídos às suas experiências de gênero pelos sujeitos que participam destes projetos, mas oferece uma importante chave analítica para pensar o duplo movimento realizado pelos cursinhos ao serem construídos como espaços de luta política para aquelas/aqueles/aquelus produzidos como “anormais” enquanto produzem um diagnóstico sobre a artificialidade daqueles que são produzidos como “normais” e a sua relação com a educação. Alerto que, até aqui, permanece em aberto uma certa tensão entre leituras possíveis das estratégias dos pré-vestibulares como modos de assimilação/adaptação ou de insurgência, questão que perpassa toda a pesquisa e dificilmente se reduz a uma única resposta.

Além disso, uma importante contribuição teórica para este trabalho decorre das discussões propostas por Butler sobre precariedade. Sobre essa noção, a autora aponta que:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. Por isso, ao usar o termo precariedade, podemos estar nos referindo a populações que morrem de fome ou que estão perto de morrer de fome, àquelas cujas fontes de alimento chegam para um dia, mas não para o próximo, ou estão cuidadosamente racionadas – como vemos quando o Estado de Israel decide de quanta comida os palestinos em Gaza precisam para sobreviver –, ou a outros tantos exemplos globais cuja habitação é temporária ou foi perdida. Podemos estar falando também sobre os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia. E por vezes esses grupos são os mesmos, por outras são diferentes. Mas quando são parte da mesma população, estão ligados por sua repentina ou prolongada sujeição à condição precária, mesmo quando não querem reconhecer essa ligação. (BUTLER, 2019, p.40-41)

Como aponta a própria autora, a população trans, a partir do seu confronto com as normas de gênero estabelecidas, são expostas à situação de precariedade. Esse não é, entretanto, a única relevância dessas discussões para a nossa pesquisa, Butler sublinha ainda os processos de enquadramento e de reconhecimento da precariedade do “outro”.

A condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições torna-se possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível. É claro, não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e prosperidade. Pode ser, como Hegel e Klein apontam, cada um à sua maneira, que a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las. Contudo, quero demonstrar que, se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social. (BUTLER, 2015, p.15)

Tais reflexões nos ajudam a compreender o vínculo ético-moral estabelecido a partir do reconhecimento da precariedade do “outro” (BUTLER, 2011). Isso ilumina especialmente o processo pelo qual as pessoas cis e trans voluntárias dos cursinhos reconheceram a população trans como um grupo diferencialmente exposto à condição precária, onde os dados sobre a escolaridade são um dos sinais, e produziram uma resposta coletiva a partir da criação e da participação nestes pré-vestibulares.

### *Pré-vestibulares para quê?*

Como anunciei anteriormente, neste ponto pretendo discutir como as escolhas teóricas apontam o horizonte pretendido por esse trabalho. As considerações feitas no subcapítulo anterior ajudam, sobretudo, a pensar o contexto em que os pré-vestibulares para pessoas trans são criados. Parto agora da seguinte pergunta: por que decidi olhar para essas experiências?

Ao comentar sobre as relações dos movimentos sociais com a educação, Miguel Arroyo (2003) defende que elas não se esgotam somente no papel das exigências do direito à educação como podemos ver, por exemplo, na luta pela escola pública, apontando que eles trazem também uma dimensão educadora.

Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensamento e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processo de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos. Nos propõem como tarefa captar as dramáticas questões que são vividas e postas nessas situações limite e revelá-las, explicitá-las. E ainda captar como os sujeitos se formam, entrando eles mesmos como totalidades nos movimentos. (ARRROYO, 2003, p.36)

Dessa forma, a aproximação com os pré-vestibulares sociais para pessoas trans e travestis, parte da longa trajetória de luta dessa população, considera fundamentais as contribuições que essas experiências podem fornecer ao nosso fazer e pensar em educação. Ainda com Arroyo, aprendemos que

Os movimentos sociais representam uma reação ao pensamento e às práticas abissais com que foram inferiorizados. São as vítimas resistindo a processos de decretá-los na inexistência, na subalternização. Processos pedagógicos que se aprofundam e aos quais contrapõem processos com alta densidade pedagógica porque antissegregadores, antiabissais. (ARROYO, 2012, p.17)

Tais intenções estão ancoradas na proposta das “Epistemologias do Sul”. Como aponta Boaventura de Sousa Santos

Entendo por Epistemologia do Sul a busca por conhecimento e critérios de validade do conhecimento que outorguem visibilidade e credibilidade às práticas cognitivas das classes, dos povos e dos grupos sociais que têm sido historicamente vitimizados, explorados e oprimidos, pelo colonialismo e pelo capitalismo globais. O Sul é, então,

usado aqui como metáfora do sofrimento humano sistematicamente causado pelo colonialismo e pelo capitalismo. (SANTOS, 2009, p.12)<sup>21</sup>

Penso a viabilidade dessa proposta de aprender com os conhecimentos gestados nos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis a partir do diálogo com as proposições de Nelson Maldonado-Torres (2007) sobre a “colonialidade do ser” como uma dimensão da colonialidade que incide sobre a “experiência vivida”; os apontamentos de María Lugones (2007; 2008) sobre a relação entre gênero e colonialidade; e a análise da cisgeneridade como normatividade feita por Viviane Vergueiro (2015) enquanto aponta em direção a uma luta trans decolonial.

Enquanto operação que sustenta esse esforço, Boaventura de Sousa Santos aponta alguns procedimentos necessários, sendo o primeiro deles a sociologia das ausências, cujo objetivo, como afirma ele, “é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base nele transformar as ausências em presenças” (2002, p.246); já a sociologia das emergências

[...] consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de actividades de cuidado. (*ibid.*, p.254)

Por fim, ele destaca também o papel do trabalho de tradução

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade. (*ibid.*, p.262)

---

<sup>21</sup> Tradução nossa, no original “*Entiendo por Epistemología del Sur la búsqueda de conocimientos y de criterios de validez del conocimiento que otorguen visibilidad y credibilidad a las prácticas cognitivas de las clases, de los pueblos y de los grupos sociales que han sido históricamente victimizados, explotados y oprimidos, por el colonialismo y el capitalismo globales*”.

A partir de tais discussões, Nilma Lino Gomes (2017) sugere o desenvolvimento da “pedagogia das ausências e das emergências” (p.42) como horizonte para o campo das pesquisas em educação, o que sustenta tanto o nosso olhar sobre aquilo que é realizado pelos cursinhos quanto os objetivos mesmos deste trabalho.

Dessa forma, aquelas passagens que a nós foi possível conhecer a partir dessa pesquisa são aqui apresentadas não como um passo-a-passo ou um manual, mas como experiências sociais de rica importância para a construção de uma educação com um horizonte emancipatório.

### **3. Panorama dos pré-vestibulares sociais no Brasil e a emergência dos cursinhos para pessoas trans**

A adoção dos cursinhos como meio para ampliar o acesso de pessoas trans ao ensino superior a partir de 2015 recorreu a uma estratégia já amplamente assumida por grupos subrepresentados nos níveis mais altos da educação formal. De modo geral, os pré-vestibulares sociais<sup>22</sup> oferecem aulas de preparo para os exames de seleção ao ensino superior ministradas por professores e professoras voluntários/voluntárias para um público-alvo estabelecido a partir de alguns critérios como raça, renda familiar, tipo de escola que frequenta/frequentou e, de modo mais recente, identidades de gênero não-cisgêneras. Apesar de existirem formas de ensino superior no período colonial e imperial, tomamos como ponto de partida a regulamentação dos exames vestibulares, o que acontece no início do período republicano. O nosso objetivo é traçar um breve panorama da trajetória dos pré-vestibulares sociais. Além disso, descrevo as minhas experiências com esses projetos e a emergência dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis.

Como aponta Cunha (2007a), uma reforma governamental realizada em 1911 estabeleceu a obrigatoriedade da realização dos exames de admissão no ensino superior, substituindo a lógica que garantia o direito de matrícula aos candidatos/candidatas que

---

<sup>22</sup> Prefiro adotar este termo por parecer o mais capaz de englobar os diversos formatos que estes cursinhos assumem. Além disso, o termo “pré-vestibular popular”, talvez o mais frequente tanto nas produções acadêmicas quanto nas autodenominações dos cursinhos, pode sugerir uma vinculação à “educação popular”, mas reduzindo-a à ideia de “educação para o povo” ou “educação para a população pobre”, sem que as suas concepções e práticas correspondam às concepções desenvolvidas pelo campo das pesquisas em educação.

apresentassem alguns diplomas previamente exigidos. Uma reforma posterior, em 1925, estabelece o *numerus clausus* (ibid, p.171) que previa que, a partir de então, os cursos definiriam previamente um limite de vagas ofertadas, o que abriu a possibilidade de futuros candidatos/candidatas terem suas matrículas recusadas, apesar de terem atingido as notas mínimas de aprovação. Apesar disso, a relação entre a oferta de vagas e o número de aspirantes foi quase completamente equilibrada por muitos anos. Este fato não se dava pelo alto número de vagas, mas pelo reduzido contingente de indivíduos que possuíam reais condições objetivas de realizar tal empreendimento. Cabe ainda destacar que o perfil de estudantes do ensino superior era marcadamente masculino<sup>23</sup>, branco e dos mais altos estratos econômicos da sociedade.

Alguns sintomas de esgarçamento deste modelo são manifestados já na chamada República Populista. Luiz Antônio Cunha (2007b) aponta que a costumeira estratégia de ascensão assumida pelas camadas médias – utilizar uma reserva de pequeno capital para abrir algum negócio que permita a sua multiplicação – é sufocada pela atuação dos grandes monopólios, o que direciona os esforços deste grupo para atingir níveis educacionais que permitam o acesso ao topo das carreiras no funcionalismo público e na iniciativa privada, o que resultou em um aumento na demanda por todos os níveis de ensino, especialmente no superior. O crescente número de candidatos/candidatas às instituições de ensino superior e a dificuldade do governo em atender tal demanda atinge níveis dramáticos gerando a crise dos “excedentes” analisada por Braghini (2014) que traz entre seus dados a considerável diferença entre o ano de 1960 e de 1969 que tiveram, respectivamente, 29 mil e 162 mil matrículas recusadas por falta de vagas.

Uma das consequências significativas dessa corrida da classe média às universidades foi, como aponta Whitakker (2010), o surgimento de imensos conglomerados de cursinhos preparatórios que rapidamente tomaram o lugar das experiências “artesanal” – aulas ministradas por um professor, muitas vezes em sua própria casa, de forma individual ou para um pequeno grupo de estudantes – e se tornaram um fenômeno empresarial bastante lucrativo. Neste mesmo período são registradas experiências embrionárias de cursinhos sociais, como o “Cursinho da Poli” e a iniciativa organizada pelo Centro Acadêmico Armando de Sales

---

<sup>23</sup> Segundo Beltrão e Alves (2009), o “hiato de gênero” nos dados sobre escolaridade foi revertido em favor das mulheres [cis] desde a década de 1980. Tal dado precisa ser pensado em conjunto com pesquisas que revelam a distribuição desigual das mulheres em cursos de maior ou menor prestígio (ARTES; RICOLDI, 2016), bem como as que analisam a predominância das mulheres brancas entre as estudantes universitárias (QUEIROZ; SANTOS, 2016).

Oliveira, ambos pensados por estudantes da Universidade de São Paulo, mas que, conforme as análises de Bacchetto (2003) e Castro (2005) tiveram um alcance bastante limitado, foram rapidamente encerrados ou transformados em cursos e colégios privados, além de terem sido afetados pelo Golpe Militar em 1964 e pela Ditadura que o seguiu.

É preciso destacar, aliás, que os pré-vestibulares sociais só surgem como um ator político com visibilidade e relevância no contexto da reabertura democrática. Em 1986, por exemplo, foi criado o projeto “Universidade para Trabalhadores” pela Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já no ano seguinte o “Cursinho da Poli”, mencionado anteriormente, foi refundado. Nadir Zago (2006) afirma que neste momento houve um “crescimento vertiginoso” do número de projetos deste tipo, com uma capilaridade muito maior do que antes, organizados por diversas entidades ligadas a movimentos como o estudantil, sindical, comunitário e grupos ligados à igreja católica.

O movimento negro também vai assumir posição central na trajetória dos pré-vestibulares sociais. A fundação do primeiro pré-vestibular para pessoas negras no Brasil pela instituição Steve Biko em 1992 em Salvador - BA é um marco importante e inspirou a criação de outros como, por exemplo, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes criado no Rio de Janeiro em 1993 (NASCIMENTO, 1999). Eleny Mitrulius e Sônia Penin (2006) dividiram os cursinhos em duas categorias, “pré-vestibulares de perfil racial” e “racialmente neutros”, apesar de considerarmos tais categorias como problemáticas política e epistemologicamente – o que é neutralidade de raça? -, percebemos isso como um sintoma da força dos pré-vestibulares para pessoas negras ao incluir as desigualdades raciais no acesso à educação no movimento dos pré-vestibulares sociais.

Os pré-vestibulares sociais testemunharam e participaram de diversas mudanças no acesso ao ensino superior e nas consequentes transformações do perfil de estudantes das universidades. Desde a consolidação desse fenômeno foram estabelecidas garantias como a Lei nº 12.799 que estabelece a isenção de taxas nas instituições federais para candidatos/candidatas que atendam os critérios previstos (BRASIL, 2013), a ampla adoção do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM como meio de seleção para as universidades (ARIOVALDO; NOGUEIRA, 2018) e a adoção das cotas como ação afirmativa (MARTINI, 2009). Apesar da dificuldade na obtenção de dados, especialmente quantitativos, relacionados à presença da população LGBT+ nas universidades, existem pesquisas que afirmam que há hoje uma maior visibilidade dessas presenças no grupo de estudantes do ensino superior.

Essa presença e essa expressão têm gerado mudanças em algumas universidades, a exemplo do uso do nome social em sala de aula e nos documentos oficiais, tais como carteirinhas estudantis, formulários de matrículas, listas de chamadas e documentos de formatura, entre outros. Outra mudança significativa é que algumas instituições já garantem que os banheiros possam ser utilizados de acordo com o gênero, ou seja, mulheres trans podem usar banheiros destinados às mulheres, enquanto homens trans podem usar banheiros masculinos. Por fim, as cotas na pós-graduação, destinadas às pessoas trans, têm sido uma estratégia para garantir não apenas o diploma universitário, mas também a mobilidade na carreira acadêmica, bem como acesso à pesquisa científica. (RIOS; PEREZ, 2020, p.99)

Outro notável esforço nesse sentido é o trabalho de ativismo intelectual realizado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação, em publicação recente, o IBTE (2019) trouxe, entre outras coisas, um mapa de universidades com cotas reservadas para pessoas trans e travestis.

Eu fui estudante de pré-vestibulares sociais em dois momentos. Durante o ano de 2011 fui estagiário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia durante as manhãs, frequentava o último ano do ensino médio pela tarde e estudava no Pré-Vestibular Zeferina, organizado pela associação de ex-estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Naquele ano fui aprovado para os cursos de história da UFBA, de sistemas da informação da UNEB e de radiologia do IFBA. Foram tantos “*você vai morrer de fome com o salário de professor*” que acabei optando pelo último. Os angustiantes meses de 2012 em um curso que não suportava me preparando para uma profissão com a qual não me identificava fizeram com que eu decidisse me submeter mais uma vez aos exames – infelizmente a coragem só veio após o processo de inscrição no ENEM e nas provas das faculdades. Em 2013 encontrei outro pré-vestibular social e passei o ano trabalhando pela manhã em um posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão da Secretaria de Administração do Estado da Bahia, estudando no pré-vestibular no turno vespertino e indo às aulas do curso de radiologia – mantive como um plano B, caso todo o resto falhasse -, recebendo a aprovação novamente no curso de história da UFBA e no curso de relações públicas da UNEB.

Tanto a preparação ofertada quanto o suporte e apoio recebido nas duas experiências como discente alimentaram o desejo de atuar em um projeto semelhante na lógica do “fazer

pelos outros/outras o que fizeram por mim” que vi ser acionada algumas vezes por ex-estudantes dos cursinhos que se tornaram voluntárias/voluntários durante a graduação.

Em 2015, já envolvido com discussões sobre gênero e sexualidade, vi uma publicação (ou post) no *facebook* (que será reproduzido em outro momento desse trabalho) convocando docentes voluntários/voluntárias para atuar em um pré-vestibular para pessoas trans e travestis, o “Transviando o ENEM”. Inscrevi-me, mas a insegurança com o domínio do conteúdo (a grade curricular até o quarto semestre é formada por poucas disciplinas “da história”, somente a partir do quinto começamos a estudar disciplinas Brasil I, Moderna I, América I, Bahia I etc.) e com as minhas habilidades como professor fizeram com que eu recuasse. Em dezembro de 2016, já encarando o destino quase inevitável da sala de aula, decidi começar a minha experiência com o Transviando, projeto que contemplava tanto o meu desejo de atuar em um pré-vestibular social quanto a minha posição em relação às violências LGBTfóbicas. Como sabia que um homem trans que cursou a disciplina “Introdução aos Estudos de Gênero” comigo fazia parte do projeto, entrei em contato com ele também via *facebook*<sup>24</sup>.

Abáz<sup>25</sup> - ei, Lucca<sup>26</sup>, tudo bem?

Lucca – Oi gato! Tô bem e vc?

Abáz – Tô ótimo! Me diz uma coisa, o transviando o enem continua em 2017?

Lucca – queremos mto, mas ainda não sabemos se conseguiremos, pq precisamos de apoio financeiro pra assegurar, pelo menos, o transporte das e dos estudantes

Abáz – hmm, tô ligado. Eu queria muito colar. Tô no sexto semestre de história, não tenho experiência em sala de aula, mas queria mt contribuir no projeto

Lucca – que massa, gato. Quando a gente tiver certeza se vai rolar ou não, te falo. Vai ser mto massa ter vc com a gente. Cheiro.

(Conversa via *facebook* iniciada em 23/12/2016, às 20:18, e finalizada em 26/12/2016, às 07:51)

---

<sup>24</sup> Exceto pelo nome do interlocutor, a conversa foi reproduzida integralmente, assim como os outros trechos retirados de redes sociais que aparecem ao longo da pesquisa.

<sup>25</sup> “Abáz” é o nome que eu utilizo nas redes sociais, bem como é a maneira como muitas pessoas próximas se referem a mim.

<sup>26</sup> Por uma questão ética e como a pessoa em questão não faz parte do grupo de interlocutores/interlocutoras, recorro aqui a um pseudônimo.

As aulas do Transviando até hoje não retornaram. Apesar disso, essa conversa, os relatos de amizades e redes de suporte que continuam após o encerramento das turmas e a continuidade de postagens nas redes sociais sustentam a minha escolha de não definir na tabela que será apresentada em breve se os projetos foram encerrados ou continuam. Além disso, a pandemia de Covid-19 obrigou vários destes projetos a interromper os seus trabalhos presenciais, o que não é sinônimo de um encerramento *ad infinitum* das atividades.

Por indicação de um colega, participei do processo seletivo do Pré-vest na UFBA, um cursinho que é organizado por universitários/universitárias para estudantes e ex-estudantes da educação básica pública<sup>27</sup> que são analisados a partir de critérios socioeconômicos. Entre os anos de 2017 e 2018 fui responsável por lecionar História do Brasil para as turmas. Apesar do prazer em atuar no projeto, a lembrança de não ter feito parte do Transviando muitas vezes aparecia como uma dívida. Escrever essa dissertação é, de certa forma, uma tentativa de pagá-la.

Em 2018, percebendo que as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em educação me atraíam bastante e analisando a centralidade dos pré-vestibulares sociais em minha trajetória, decidi escrever um projeto de mestrado dentro desse tema. Com pesquisas exploratórias, identifiquei a existência de outras iniciativas semelhantes ao Transviando o ENEM e a escassez de produções sobre o tema. Abaixo reproduzo uma lista que traz o levantamento de pré-vestibulares para pessoas trans e travestis criados entre 2015 e 2020.

<b>PRÉ-VESTIBULARES SOCIAIS PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS</b>		
<b>NOME</b>	<b>ANO DE FUNDAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
EducaTrans	2015	Aracaju - Sergipe
TransVest	2015	Belo Horizonte – Minas Gerais
TransENEM BH	2015	Belo Horizonte – Minas Gerais
PreparaNem	2015	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

<sup>27</sup> Excluindo estudantes do Instituto Federal da Bahia e do Colégio Militar.

Transpassando	2015	Fortaleza – Ceará
Cursinho Popular Transformação	2015	São Paulo – São Paulo
Prepara Trans	2015	Goiânia – Goiás
Transviando o ENEM	2015	Salvador – Bahia
PreparaNem Niterói	2016	Rio de Janeiro – Niterói
TransForma	2016	São Carlos – São Paulo
Transpondo o ENEM	2016	Uberlândia – Minas Gerais
TransENEM POA	2016	Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Tô Passada	2016	Curitiba – Paraná
Cursinho (R)Existência	2016	Belém – Pará
Educar é transformar	2017	Recife – Pernambuco
Travestibular	2017	Vitória - Espírito Santo
Pré-ENEM Trans	2018	Itabuna – Bahia
Transcender	2020	<i>Online</i> – Abrangência nacional
Transeducação <sup>28</sup>	2020	<i>Online</i> – Abrangência nacional

#### 4. Dos encontros: Elas, eles, elus e eu

Os interlocutores e interlocutoras dessa pesquisa foram encontrados a partir de diversos caminhos, alguns inesperados, outros mais planejados, alguns estabelecidos antes mesmo da aprovação do projeto no processo seletivo, outros durante o curso desses dois anos. Abaixo

---

<sup>28</sup> É preciso destacar que o Transeducação existe desde 2019 na forma de um supletivo que acontecia de forma presencial em Recife – PE. Em 2020, no contexto da pandemia, ele volta o seu foco para o acesso às universidades, passa para o formato *on-line* e amplia o seu nível de abrangência, criando a possibilidade de atender estudantes de todo o Brasil.

trago uma tabela com alguns dos dados iniciais para apresentar as pessoas interlocutoras e em seguida descrevo como se deu cada um desses encontros no percurso da pesquisa.

Nome	Identificação de gênero e sexualidade	Idade	Raça	Formação	Função e cursinho
Josivan Vieira	Homem cis  Gay	27	Branco	Bacharel Interdisciplinar em Artes (UFBA); Graduando em Jornalismo (UFBA)	Idealizador e voluntário na organização do Transviando o ENEM (Salvador-BA)
Isabella Silva	Mulher trans  Heterossexual	33	Negra	Graduada em História (UESC); Mestra em ensino e relações étnico-raciais (UFSB)	Idealizadora, coordenadora e professora do Trans+ (Itabuna – BA)
Raul Capistrano	Homem trans  Heterossexual	39	Preto	Graduado em Filosofia (UFMG); Mestrando em Educação (UFMG)	Aluno, monitor, professor e coordenador do Transnem BH (Belo Horizonte – MG); professor do Transvest (Belo Horizonte – MG)
Jacson Caldas	Pangênero  Gay	32 anos	Negra	Graduado em História (UEFS); Mestra em História (UNEB)	Idealizador, coordenadora e professor do Transcender ( <i>Online</i> )
Maria Angélica	Mulher trans  Heterossexual	N/D	Parda	Graduanda em pedagogia (UEMG)	Aluna do Transvest (Belo Horizonte – MG)

Bela Berenguer	Mulher cis  Bi/Panssexual	23	Parda/Negra	Graduada em Letras/Espanhol (UFRPE); Mestranda em Estudos da Linguagem (UFRPE)	Coordenadora e professora do Transeducação (Supletivo em Recife-PE em 2019; Pré-ENEM <i>online</i> em 2020)
----------------	---------------------------------	----	-------------	---	---

Josivan Vieira apareceu por sugestão de um colega professor de filosofia do Pré-Vest da UFBA, ainda em 2018, quando conversamos sobre as nossas expectativas acadêmicas e profissionais futuras. Ao saber do meu interesse em pesquisar os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis – exatamente dessa forma vaga, sem nenhum tipo de problema de pesquisa definido – ele, que fora professor voluntário no Transviando o ENEM, apontou que uma conversa com Josivan, idealizador do curso, poderia servir como um ponto de partida interessante e mediou o nosso contato.

Por nossa circulação em espaços de sociabilidade LGBTQ+ de Salvador e eventos ligados ao ativismo e/ou a academia, Josivan e eu fazíamos parte de uma espécie de círculo compartilhado com uma boa dose de amigos/amigas/amigues e conhecidos/conhecidas/conhecidos em comum, apesar de não termos interagido diretamente até então. Poucos dias após o envio do contato dele, depois de algumas trocas de mensagens via *whatsapp*<sup>29</sup>, fomos até um café ao lado da escola de teatro da UFBA – o estabelecimento estava fechado, mas utilizamos as cadeiras que ficavam fixas em seu exterior – e lá conversamos de maneira bastante informal sobre a experiência do Transviando. Ainda levei comigo para aquele encontro um esboço de roteiro com algumas perguntas, mas a falta de *expertise* e o próprio estágio embrionário do projeto fez com que eu o mantivesse guardado no bolso e deixasse aquela conversa fluir.

<sup>29</sup> “WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>. Acesso em 13/05/2021.

Josivan levou consigo algumas atividades de português<sup>30</sup> que manteve guardada durante os três anos que separaram as aulas e o nosso encontro e que desde então estão comigo. A partir daquele momento mantivemos o contato um do outro nas redes sociais – *whatsapp, facebook, twitter e instagram*<sup>31</sup> – e, daquela conversa de aproximadamente duas horas, resultou o primeiro nome da lista de interlocutores da pesquisa e certa confirmação das minhas suspeitas: havia naqueles cursinhos algo, ou, nas palavras de Raul Capistrano, “um universo de coisas interessantes”, que merecia ser observado. Em novembro de 2020, após o longo processo de avaliar as condições possíveis no contexto da pandemia e cumprir a etapa de aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG<sup>32</sup>, convidei Josivan para realizarmos a entrevista e recebi um “*super topo! Pode contar comigo*” como resposta.

Foi em 2018 também que estabeleci contato com Isabella Silva, coordenadora e professora do Trans+. O nome de Isabella surgiu ao ler uma reportagem sobre a criação de um cursinho para pessoas *trans* vinculado a Universidade Federal do Sul da Bahia na cidade de Itabuna. Utilizei a ferramenta de busca do *facebook* e logo encontrei o seu perfil e tive o meu convite de amizade aceito. Apresentei-me, expliquei onde tinha visto o nome dela e contei sobre o meu projeto de pesquisa. Aqui também havia muito pouco além de uma ideia, mas, assim que contei que submeteria o projeto à seleção, Isabella falou “no que eu puder contribuir com a sua pesquisa, me fala” e logo em seguida me enviou seu número de *whatsapp*. Assim como aconteceu com Josivan, Isabella e eu nos adicionamos nas redes sociais e conversamos bastante, especialmente sobre as suas experiências no mestrado em ensino e relações étnico-raciais da UFSB. Dois anos após aquela primeira conversa, combinamos formalmente a nossa entrevista.

Já em 2019, logo no início do primeiro semestre, saí de uma das aulas do mestrado e soube de uma série de atividades da “Semana Ser Professor(a)” organizada pelo curso de pedagogia da UFMG. A mesa-redonda daquela noite, mediada pelo professor Paulo Nogueira, tinha como tema “Educação, democracia, diversidade: sexo e gênero” e trazia Raul Capistrano entre as pessoas convidadas. Naquele dia eu já sabia da existência do Transenem, um dos primeiros pré-vestibulares para pessoas trans e travestis, mas ainda não conhecia o Raul. Foi com uma agradável surpresa que descobri durante o evento que estava assistindo alguém

---

<sup>30</sup> Falo sobre esse material no capítulo “O imperativo do conteúdo e suas brechas”.

<sup>31</sup> “Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais [...]”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram>. Acesso em 13/05/2021.

<sup>32</sup> Conforme já informado, o número do processo é CAAE 33510620.2.0000.5149.

vinculado ao meu tema de pesquisa – aliás, como veremos, alguém que passou pelas posições de aluno, monitor, professor e coordenador do projeto.

Como não quis ser inconveniente e abordá-lo já as 22h da noite e após a participação em uma atividade, registrei seu nome e mais uma vez recorri ao *facebook*. Enviei um convite de amizade e, quando foi aceito, trocamos algumas mensagens e marcamos um encontro na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. No dia marcado, entretanto, recebi uma mensagem de Raul avisando que um imprevisto no banco mudou os seus planos e oferecendo marcarmos para almoçar juntos na bandeirão da Universidade no dia seguinte. Convite aceito, no dia nove de abril nos encontramos na fila do Restaurante Universitário Setorial I junto com uma amiga, Pikena – que, como veremos, cumpriu um papel fundamental na trajetória acadêmica de Raul.

O intenso movimento do restaurante contrariaria as recomendações de qualquer manual acadêmico sobre as escolhas dos locais para entrevistas com interlocutores e interlocutoras de uma pesquisa, mas é preciso lembrar que ali ainda não se tratava exatamente da produção dos dados que compõem essa dissertação, o processo de reformulação do projeto estava em fase inicial e ainda estava longe de ser submetido ao COEP. Além disso, a presença de Pikena e de outra amiga de Raul que nos encontrou durante o almoço fez com que eu evitasse tentar guiar a conversa para um tema do qual as outras pessoas estariam excluídas. Passamos aquele almoço discutindo outros assuntos – o que, para a minha felicidade, incluiu falar sobre Salvador -, o único momento onde conversamos sobre o Transenem foi ainda na fila, quando estávamos apenas Raul e eu, e que, mesmo de forma bastante breve, contribuiu para a minha decisão de focar de modo mais central nos professores/professoras e suas experiências nos cursinhos. Em dezembro de 2020 enviei uma mensagem para o seu *whatsapp* e rapidamente marcamos uma data.

O encontro com Jacson Caldas aconteceu quando um amigo em comum nosso compartilhou seu texto<sup>33</sup> no *instagram* convidando voluntários e voluntárias para atuar em um pré-vestibular *online* voltado para pessoas *trans*. Eu já era apoiador do Transvest e havia entrado em contato com o pessoal do Transenem e adicionado no grupo como colaborador, mas a pandemia de Covid-19 atingiu as atividades regulares do cursinho. Como a proposta do Transcender ia ao encontro do meu desejo de atuar de forma mais direta e não apenas como observador/pesquisador dos cursinhos, entrei em contato com Jacson, me apresentei, falei das

---

<sup>33</sup> Reproduzido integralmente no subcapítulo “Elas, eles, elus e os cursinhos”.

minhas experiências em pré-vestibulares sociais e sobre a minha pesquisa e rapidamente fui designado para atuar como professor de História do Brasil.

A composição do quadro de pessoas voluntárias foi feita sem muitas cerimônias. Quando entrei no Transcender ainda não pensava de forma concreta em entrevistar algum/alguma dos/das meus/minhas colegas ou de fazer uma espécie de (auto)etnografia, apesar de não guardar a ilusão de que existiria a possibilidade de isolar aquela experiência com a composição desse texto. Com o passar dos meses, as expectativas, frustrações, comemorações, cansaços, preocupações e tantos outros sentimentos e sensações compartilhados fizeram com que eu vislumbrasse a importância de adicionar a experiência do transcender no mosaico de cursinhos presentes nesta pesquisa. Dessa forma, entrei em contato com Jacson e rapidamente recebi uma resposta positiva ao convite que foi concretizado com a realização da entrevista em dezembro.

A última das entrevistas de 2020 foi realizada com a Maria Angélica. Diferente dos/das outros/outras interlocutores/interlocutoras, Maria Angélica não foi voluntária em um cursinho, mas estudou na primeira turma do Transvest em 2015. O Transvest é uma forte referência nos pré-vestibulares voltados para pessoas trans tanto por fazer parte do primeiro grupo de cursinhos criados quanto pela ampla gama de ações que desenvolve, o que fez com que muitas das vezes em que eu anunciei o meu tema de pesquisa alguém perguntasse em tom de quase-certeza “*ah, você pesquisa o Transvest?*”. Apesar de não “pesquisar o Transvest”, não queria que ele ficasse de fora do quadro aqui apresentado.

Aliás, ainda em 2018 e antes mesmo de submeter o projeto, conversei com a Duda Salabert<sup>34</sup> para saber a sua opinião sobre o projeto. Ela, mesmo no meio da campanha eleitoral de 2018, dedicou um tempo para responder minhas mensagens e deu um parecer positivo às minhas intenções de pesquisa – que só hoje sei o quão pouco definidas eram.

Em 2020 entrei em contato com o Transvest para verificar a possibilidade de realizar a pesquisa com algum/alguma voluntário/voluntária lá. Segundo informaram, o projeto não prevê a indicação de pessoas do corpo de voluntários para participar em pesquisas, mas sugeriram apresentar a proposta da pesquisa para os/as/es estudantes para verificar se alguém manifestaria

---

<sup>34</sup> Duda Salabert é uma conhecida ativista de direitos trans e da área de educação, pois é professora. Nas Eleições Municipais de 2020, “em Belo Horizonte, a candidata Duda Salabert (PDT) entrou para a história da capital e recebeu mais 37 mil votos, a tornando a vereadora mais votada de todos os tempos na cidade, além de que será a primeira mulher trans a exercer o cargo no município”. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/duda-salabert-e-a-vereadora-mais-votada-na-historia-de-bh/>. Acesso em 13/05/2021.

o interesse em participar. Como as múltiplas posições adotadas por Raul no Transenem traziam a perspectiva de um homem trans (também) estudante de cursinho, avalei os ganhos potenciais para a pesquisa em incluir também uma estudante. A partir disso, a coordenação do Transvest realizou o meu contato com a Maria Angélica e combinamos a entrevista.

Por fim, a última das vozes formalmente presentes neste trabalho – dou ênfase ao formalmente, posto que a minha voz e a delas/deles carregou uma multiplicidade de experiências dificilmente definível nos limites desse trabalho - foi a da Bela Berenguer. Dois critérios direcionaram o meu caminho ao dela, o primeiro deles, previsto desde o desenho dessa pesquisa, dizia respeito à busca por um grupo formado por múltiplas identidades de gênero, o que não deve ser visto como uma expectativa inocente de alcançar todas as experiências de gênero possíveis; o outro foi se formando ao longo da realização do trabalho, o projeto inicial previa que as pessoas interlocutoras não precisavam ser do mesmo pré-vestibular, mas não definia a necessidade de serem de cursos diferentes, apesar disso quando contemplei o que havia sido formado até então acreditei ser mais coerente buscar a experiência de um preparatório diferente dos que já havia trabalhado até então. Apesar de saber que os caminhos abertos com as outras pessoas facilitariam a possibilidade de recorrer aos/as/es interlocutoras/interlocutores/interlocutorias anteriores para mediar o contato com alguém do corpo docente dos seus cursinhos, escolhi ampliar a lista.

Em 2020, ano em que as *lives* de artistas, intelectuais, ativistas e políticos/políticas multiplicaram-se para substituir os eventos corpo-a-corpo, assisti uma conversa entre Sara Wagner York, naquela altura recém-mestra, hoje doutoranda, em educação pela UERJ, e Natanael Duarte, professor do curso de letras da UFRPE, com o tema “Acessibilidade e inclusão da comunidade trans na universidade e a importância do pré ENEM para a população LGBTQIA+” que serviu também como atividade de inauguração do Transeducação, que, como veremos, apesar de existir como supletivo desde 2019, em 2020 trouxe como foco o ingresso no ensino superior. Em fevereiro de 2021 entrei em contato com Natanael via *e-mail*<sup>35</sup> apresentando a pesquisa e solicitando a indicação de uma mulher cisgênero que tivesse atuado como voluntária, explicando os motivos pelos quais havia essa especificidade no pedido. No mesmo dia, poucas horas depois, recebi um *e-mail*, “*olá, Jeferson, me chamo Bela, fui profa de literatura e coordenadora pedagógica do Transeducação. Natan falou sobre a sua pesquisa, achei super interessante e importante, estou à disposição para ajudar como foi preciso.*”

---

<sup>35</sup> *E-mail*, ou *eletronic mail*, é um serviço via aplicativo, sistema ou página na internet que provê um sistema de correio eletrônico para troca de mensagens.

*Abraços*”. Em um intervalo de cinco trocas de *e-mails* estávamos com a entrevista marcada para a tarde do dia seguinte.

## **5. Elas, eles, elus e os cursinhos**

Neste segundo momento descrevo como cada pessoa interlocutora “chegou” até os pré-vestibulares. Três deles/delas – Isabella, Jacson e Josivan - foram as pessoas responsáveis por criar o desenho inicial dos projetos que participaram, Bela, apesar de estar envolvida desde o início com a construção do Transeducação, aponta seu orientador, Natanael Duarte, como o responsável por idealizar o projeto. Já Raul e Maria Angélica fizeram sua entrada como estudantes mas, como veremos, Raul rapidamente assumiu uma posição ativa na organização das atividades do Transenem e já esteve como monitor, professor e coordenador. Maria Angélica, por sua vez, desvinculou-se das atividades do projeto após a sua aprovação na Universidade.

Além disso, veremos aqui o que foi possível apreender dos cursinhos a partir de cada um dos relatos. Especialmente aqui há uma postura metodológico inspirada nos procedimentos adotados por Grada Kilomba (2019) para realizar uma “pesquisa centrada em sujeitos”. Não se trata, portanto, de uma espécie de reconstituição da construção e do funcionamento dos cursinhos “exatamente da maneira como aconteceram”, mas de um vislumbre da forma como nossos/nossas interlocutores/interlocutoras, desde as diferentes posições que assumiram em seus cursinhos, nos permitiram conhecer. Além disso, há um nível maior de interferência explícita daquilo que vi, ouvi e vivi para o relato de alguns cursos com os quais tive uma participação relativamente maior. Apresento agora cada um/uma e os seus cursinhos na ordem cronológica em que foram realizadas as entrevistas.

### *Josivan Vieira – Transviando o ENEM*

Josivan Vieira estava com 27 anos no dia em que fizemos a sua entrevista. Homem cisgênero, gay, fotógrafo e estudante de jornalismo na Universidade Federal da Bahia, ele, que nasceu em Calculé, cidade com pouco mais de vinte mil habitantes e à 782 quilômetros de distância de Salvador, passou a morar na capital baiana em 2013 - “*vim passar um carnaval e*

*tô aqui até hoje”* (Josivan Vieira). Em relação ao pertencimento racial, Josivan se declara um homem branco.

Eu me identifico como um homem branco. Por muito tempo me identifiquei como uma pessoa parda, né? Mas dentro daquela discussão, apesar de ter nascido nas linhas de regra do IBGE e de outros censos do governo de que pardo é cor, eu não consigo identificar isso. Então eu acho que, pelos privilégios que eu tenho e diante de toda leitura social que é feita sobre o meu corpo, eu acho que... eu acho, não, eu tenho certeza que eu sou um homem branco. (Josivan Vieira)

Foi Josivan quem deu o pontapé inicial para a criação do Transviando o ENEM em 2015. Naquela altura ele cursava o Bacharelado Interdisciplinar em Artes também na UFBA e só havia participado de um projeto relacionado à educação, onde, com outros/outras colegas de curso, ia até um colégio em um bairro periférico de Salvador “*levar histórias e vivências da universidade para esses alunos do noturno*” (Josivan Vieira). Além disso, não era membro de grupos de militância, tendo apenas uma breve passagem no coletivo quilombo, levado por Felipe Doss<sup>36</sup>, mas as demandas do trabalho em um serviço de *call center*, local onde trabalhava até a semana anterior a da nossa entrevista, e da universidade causaram o seu rápido afastamento.

Josivan afirma que “não tem um pingão de vergonha de assumir que era uma pessoa extremamente transfóbica” antes da sua entrada na UFBA e explica o motivo para essa declaração

Porque, por exemplo, na minha cabeça lá atrás, antes desse acesso, eu imaginava que uma travesti, por exemplo – vou colocar um termo ofensivo, tá? Pelo amor de Deus, era só o sentido que passava na minha cabeça antigamente – era só um “viadinho que queria ser mulher”, sabe? Era assim que a gente pensava, era assim que eu reproduzia na época. E quando eu tive o primeiro contato eu falei “nossa, é completamente diferente do que eu imaginava”, sabe? E aí é quando você percebe que você era uma pessoa transfóbica e que, graças a todos os guias desse mundo, você conseguiu ter acesso a educação e percebeu que tudo que você pensava a respeito era um

---

<sup>36</sup> Doss, como era mais conhecido, foi um destacado militante dos movimentos estudantil, LGBT+ e negro que morreu vítima de um assalto em 2018. Como relata Josivan, Felipe Doss também contribuiu na construção do Transviando o ENEM.

caldeirãozinho de preconceito e que você precisava aprender mais e que bom que aprendeu mais. (Josivan Vieira)

Em seu relato, o início do questionamento desse “caldeirãozinho de preconceito” se deu com as discussões feitas nas disciplinas sobre gênero ofertadas principalmente pelo NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher<sup>37</sup>:

(...) Me interessei pelo transviando, pelo projeto em si, no período em que estava no bacharelado interdisciplinar ainda, por conta de algumas disciplinas que eu pegava...

(...) Eu era muito engajado com isso na época porque eu tava fazendo algumas matérias de gênero na faculdade [...] então veio logo aquele monte de informação sobre o feminismo e aí começou as discussões sobre papéis de gênero, mas aí eu comecei a me apaixonar de fato, aí foi gênero e violência, gênero e diversidade, gênero e linguagem... (Josivan Vieira)

Além disso, uma reportagem sobre o EducaTrans, cursinho para pessoas trans em Aracaju – SE, foi o que impulsionou a ideia de criar o Transviando, “*e quando eu vi essa reportagem startou assim, ‘olha, é uma oportunidade de você criar essa rede aqui em Salvador’*” (Josivan Vieira). Para encontrar outras pessoas interessadas nessa criação, Josivan recorreu às redes sociais.

Pessoas do meu facebook... Preciso da ajuda de vocês, principalmente daqueles que residem em Salvador. Vi a ideia de um projeto e gostaria muito que ele também acontecesse em Salvador. O projeto funciona da seguinte forma. Precisamos de professores de todas as áreas para dar aulas VOLUNTARIAMENTE para pessoas trans e travestis que concluíram o ensino médio e se inscreveram no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e sonham com uma vaga no ensino superior, mas não tem condições de pagar um cursinho pré-vestibular. Já temos professores de... HISTÓRIA; INGLÊS. Precisamos de professores de... QUÍMICA, FÍSICA, MATEMÁTICA; BIOLOGIA; GEOGRAFIA; LÍNGUA PORTUGUESA/REDAÇÃO/GRAMÁTICA.

---

<sup>37</sup> O NEIM é o mais antigo núcleo de estudos feministas do país, fundado em 1983 por professoras e alunas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Atualmente ele oferece o curso de graduação de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e a pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM, s.d.).

E AÍ, QUEM TOPA PARTICIPAR? Conto com a ajuda de vocês. (texto publicado por Josivan Vieira no facebook em 17 de junho de 2015)

A publicação do convite para professores e professoras interessados/as em atuar voluntariamente em um cursinho preparatório para pessoas trans e travestis marca o início da construção do Transviando o ENEM. A publicação original, feita às 12:16h do dia 17 de junho de 2015, alcançou 75 curtidas e 17 comentários, além de 35 compartilhamentos feitos por perfis pessoais e páginas que aumentavam consideravelmente estes números. Naquele momento não parecia haver muito além da *“vontade de ver aquilo acontecer”* e necessidade de encontrar outras pessoas interessadas em participar, o que pode ser percebido nas respostas de um dos compartilhamentos onde um possível professor de geografia foi convocado por um amigo com o comentário *“E aí, geografo?”*, respondido pelo rapaz interpelado *“Quero o projeto completo, me comunique depois com mais detalhes”*, ao que o próprio Josivan esclarece, *“Gente! Na verdade a ideia surgiu hoje e estamos tentando juntar o máximo de professores para conversarmos a respeito... Quem tiver interesse deixe os números no meu inbox que vamos entrar em contato. Precisamos de um local para que as aulas sejam ministradas, estamos correndo atrás disso neste exato momento”*.

Com o alcance da publicação, às 22:40h daquele mesmo dia o texto foi editado para avisar que o quadro de docentes fora completado. A partir disso, um grupo de pessoas *trans* e *cis*-aliadas assumiu a responsabilidade de ministrar as aulas das disciplinas e cuidar da parte administrativa para viabilizar a realização do projeto. Apesar de ter dado o pontapé inicial, Josivan sublinha que o transviando foi *“um projeto criado por muita gente”* onde *“todo mundo colaborava com absolutamente tudo, todo mundo fazia os corres”* e que contou não apenas com a colaboração do corpo regular de voluntários, mas também de pessoas que contribuíam financeiramente ou auxiliavam no planejamento do projeto, à exemplo de Marina Garlen, uma travesti soteropolitana com larga trajetória artística e militante nos palcos e no movimento LGBT+.

No mês anterior ao da publicação, as Instituições Federais de Ensino entraram na mais longa greve da sua história e traziam demandas como a reestruturação da carreira docente e o reajuste salarial para ativos e aposentados (ANDES-SN, 2015). A Universidade Federal da Bahia, uma das primeiras a aderir ao movimento, permaneceu com as atividades letivas suspensas por 140 dias entre os meses de maio e outubro (APUB, 2015). A significativa

diminuição do uso dos espaços durante a greve facilitou a concessão de uma sala da Faculdade de Educação da UFBA para as aulas e de um dos auditórios onde passou a acontecer as reuniões, tal acordo foi estabelecido por um dos voluntários do curso que, naquela altura, era estudante de pedagogia e a direção da Faculdade de Educação.

Outros *corres*<sup>38</sup> precisaram ser feitos entre o dia da publicação e o início das aulas. Uma das questões centrais foi a garantia de transporte para os/as estudantes.

(...) a gente não queria que nenhum aluno tivesse indo para lá gastar do próprio bolso dele para pagar a passagem, a gente queria criar toda essa rede de segurança para ele, para ele saber que ali estaria sendo assistido de certa forma e que ele teria o amparo necessário para o que ele precisasse. (Josivan Vieira)

Desde 1983 é garantida em Salvador a meia passagem estudantil, mas tal benefício contempla apenas estudantes com matrícula ativa em escolas ou universidades (SALVADORCARD, s.d.). Além de ser um pré-vestibular, o Transviando o ENEM não possuía nenhum tipo de registro formalizado da sua existência. A tentativa de diálogo com a prefeitura para a emissão das Salvador *Card* foi infrutífera. Mesmo com essa frustração, os membros do projeto definiram que os recursos captados seriam destinados prioritariamente para o transporte do corpo discente.

Além da prefeitura de Salvador, os/as voluntários/voluntárias recorreram também a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE) e a reitoria da UFBA. As demandas de recursos financeiros para o transporte e os lanches diários não puderam ser atendidas, mas tanto a DPE quanto a reitoria garantiram a disponibilidade de parte do material do curso e a possibilidade de fornecer as cópias do material didático. A captação financeira também buscou doações individuais por meio de redes sociais, do “boca-a-boca” e da divulgação do projeto em momentos como o da assembleia do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-SINDICATO) no dia nove de julho de 2015.

Por fim, além da formação do quadro de docentes e pessoal administrativo, da garantia do espaço físico, da captação de recursos e da consolidação de parcerias para a divulgação com associações como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e o Diretório Central

---

<sup>38</sup> Gíria corrente em Salvador-BA, utilizada com frequência por Josivan Vieira ao longo da entrevista para se referir aos processos de organização e administração do Transviando o ENEM.

dos Estudantes da UFBA, era preciso também alcançar possíveis estudantes. Novamente as redes sociais foram utilizadas, agora, com uma página no *facebook* específica para o projeto, foi divulgado um formulário *on-line* via *google forms*<sup>39</sup> acompanhado de uma imagem que informava “*se você quer: conseguir o certificado do ensino médio; garantir uma vaga na universidade com a nota do ENEM 2015 ou perdeu as inscrições desse ano, mas quer começar a estudar para o ano que vem, inscreva-se!!! As inscrições estão abertas até o dia 18 de julho, disponível apenas para a população de pessoas trans e travestis. Conheça o nosso pré-projeto. Participe! Contribua! Inscrições abertas!*”, acompanhada de uma legenda que sublinhava a gratuidade do curso. Além de servir como cadastro das pessoas interessadas, as perguntas do formulário buscavam levantar informações sobre a situação socioeconômica, a trajetória escolar, disponibilidades de dias e horários e os interesses e objetivos dos candidatos e candidatas. Outra estratégia utilizada na busca por discentes foi a panfletagem em locais conhecidos como pontos de travestis que trabalham como prostitutas, como a Avenida Manoel Dias na Pituba, bairro nobre e movimentado de Salvador, e a Avenida Carlos Gomes no centro da cidade. Na avaliação de Josivan, os panfletos foram recebidos com bastante descrédito.

A gente ficou decepcionado no primeiro momento, né? Porque a gente queria muito que principalmente essas pessoas estivessem envolvidas nessa rede de afeto, mas a gente entendeu que muita gente poderia estar indo para a sala de aula e estar perdendo oportunidade de trabalho, dentre outras coisas, e a gente acabou sempre disponibilizando o contato e a possibilidade de diálogo caso tivesse a necessidade por parte da pessoa que a gente tava comunicando a existência do curso. (Josivan Vieira)

A escolha do nome também foi um momento importante na construção do projeto. Em reunião as pessoas voluntárias buscaram batizar o projeto de uma forma que expressasse o sentido que eles davam ao trabalho que ali seria realizado.

---

<sup>39</sup> “Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro. As informações coletadas e os resultados do questionário serão transmitidos automaticamente. Além disso, o Google Forms também possui recursos de colaboração e compartilhamento para vários usuários”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Google\\_Forms](https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Forms). Acesso em: 16/05/2021. A Google é “[...] uma empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos”, cuja principal fonte de lucros se dá a partir de publicidades embutidas em seus serviços, que podem ser assinados também por usuários privados (indivíduos ou empresas) ou entes públicos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Google>. Acesso em: 16/05/2021.

No início a gente não pensou exatamente em um nome específico, só pensou em colocar “pré-vestibular para pessoas trans e travestis”, a gente não pensou em dar um nome, mas chegamos a conclusão em reunião que “Transviando” seria o melhor, seria dentro dessa lógica do nome de atravessar, de percorrer... e aí pegou o “trans” de transexuais e o “viando” como se fosse uma via mesmo de transexuais e travestis caminhando até o ENEM para chegar... A gente usou mais ou menos essa lógica, pra chegar ao ENEM. (Josivan Vieira)

As aulas do “Transviando o ENEM” começaram no dia 03 de agosto de 2015. Toda essa construção durou aproximadamente um mês e meio de trabalho intenso. Foi nesse período em que foi formado o corpo docente e discente, foram fechadas as parcerias, foram realizados os contatos com instituições como a prefeitura e a defensoria pública, foi escolhido o nome do projeto, foi formada a grade de dias e horários e outros acertos necessários que transformaram uma inspiração em desejo, um desejo em convite e um convite em uma construção coletiva.

#### *Jacson Caldas – Projeto Transcender*

Jacson Caldas, negro e gay de 32 anos, é uma pessoa pangênera. Como ele explica, sua experiência de gênero é um permanente trânsito entre o feminino e o masculino<sup>40</sup>. Nascida na cidade baiana de Cruz das Almas e moradora de Feira de Santana, também na Bahia, Jacson é formado em História pela Universidade Federal de Feira de Santana e mestra em História pela Universidade Estadual da Bahia, Campus V – Santo Antônio de Jesus. Jacson é o idealizador, coordenadora e um dos quatro professores de história do Projeto Transcender.

Jacson não está vinculada a nenhum grupo organizado de militância, mas tem experiências “*em algumas causas do movimento LGBTQIA+, dos movimentos negros, não como um grupo específico, mas pensando na constituição da dignidade de direitos para esses grupos populacionais que são marginalizados*” (Jacson Caldas). Além disso, foi membro de gestões do diretório acadêmico do curso de história durante a graduação e, entre 2008 e 2013,

---

<sup>40</sup> A partir de tal informação, e como ela não têm problemas em ser chamado por pronomes masculinos ou femininos, ao longo da dissertação intercalarei estas duas formas nos trechos em que estiver falando sobre ele de maneira bastante livre, como uma tentativa de aproximar na escrita o sentido produzido por Jacson para a sua experiência de gênero.

e participou do movimento de residências universitárias da Universidade Estadual de Feira de Santana.

A trajetória profissional dela está centrada sobretudo na rede privada de ensino, onde ministra aulas de história no ensino fundamental II e médio, e atuou também em cursos promovidos pela prefeitura de Feira de Santana, como programa “Mais Educação”<sup>41</sup>.

A proposta do Transcender é resultado de uma espécie de “teste do pescoço”<sup>42</sup> feito por Jacson em sua trajetória acadêmica.

Na UNEB eu não conheci nenhuma pessoa trans lá, nenhuma travesti, por exemplo, fazendo o mestrado que eu fiz. Na UEFS na minha época tinha o Lucas Moreira<sup>43</sup> que fez educação física e se identificava como pessoa transexual e, depois que eu me formei, num espaço de mais ou menos doze anos na universidade onde eu estudei, só conheço duas pessoas transexuais, um masculino e uma feminina. Então é algo muito raro, sabe? Algo que você consegue identificar, “olha, aquela é a pessoa trans da universidade”, em uma universidade que tem mais de seis mil estudantes. (Jacson Caldas)

Além disso, suas vivências como pessoa dissidente das normas de gênero e sexualidade também são apontadas por ele como chave para perceber os processos de exclusão resultantes de violências LGBTfóbicas.

Minha própria experiência, a minha própria orientação sexual e de gênero foi um fator para isso, porque a gente sabe que os espaços escolares no Brasil – eu não vou nem generalizar – são lugares de plena exclusão, onde a homolesbotransfobia é latente, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, quanto por parte de direção e coordenação, porque é como se todos os estudantes de uma escola, sendo

---

<sup>41</sup> Segundo o site da prefeitura de Feira de Santana (s.d.), “O programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.”

<sup>42</sup> Segundo o site Geledes (2013), o teste do pescoço é uma espécie de dinâmica para perceber a existência da segregação racial ao “girar o pescoço” e identificar quantas pessoas negras e quantas pessoas brancas estão presentes em espaços como cadeias, joalherias, orfanatos e escolas particulares de ponta.

<sup>43</sup> Nome fictício

ela pública ou não, tivessem que obedecer uma determinada norma de comportamento, e essa norma de comportamento acaba se espalhando e chegando a uma obrigatoriedade dos sujeitos obedecerem a um determinado tipo de gênero e sexualidade que é a norma padrão, que é a heteronormatividade. A gente ainda não tem escolas que incluam as pessoas de forma mais abrangente e que lutem sistematicamente contra as homofobias. Então foram esses os motivos que me trouxe a pensar o projeto transcender. (Jacson Caldas)

Apesar de já existir um número significativo de pré-vestibulares para pessoas trans e travestis quando o Transcender foi criado, em 2020, Jacson afirma que desconhecia tais iniciativas. Segundo ele, sua principal inspiração foram os pré-vestibulares para “pessoas carentes”. Além da exclusão de pessoas trans do processo de escolarização formal, Jacson aponta a pandemia de Covid-19 como uma das motivações para a criação do projeto. Em sua análise, a população trans, que já é alvo de processos de marginalização na escola, estaria ainda mais vulnerável aos prejuízos sofridos pela educação em razão do período pandêmico.

O projeto transcender foi uma ideia que veio de uma análise individual, mas que eu sabia que teria a possibilidade de ter um grupo de pessoas que apoiasse, e essa ideia veio especificamente quando, no contexto de pandemia, eu percebi que muitos alunos de escolas públicas e pessoas que não tem condições de pagar um cursinho privado ou pagar por videoaula estavam, de certa forma, atrasados em relação aos estudos para a prova do ENEM. E aí, pensando nisso, eu decidi lançar a ideia de um projeto para pessoas travestis, transexuais, transgêneros que pudessem assistir aulas, né? Para o ENEM, voltadas para o ENEM, com uma equipe muito bem preparada, especializada nas diversas disciplinas, para que esses sujeitos que já são invisibilizados e marginalizados tivessem pelo menos a oportunidade de poder concorrer e fazer a prova porque, em meio a pandemia, a maior parte dos cursinhos populares foram banidos, não estavam acontecendo aulas nesses cursinhos, até então aqui na Bahia não estava acontecendo aulas online voltadas para esse público, para o público pobre, né? Para o público que não pode pagar por um cursinho privado, e quando se trata de pessoas travestis e transexuais isso se acentua ainda mais, né? Porque nem no presencial esse grupo, essa categoria é abarcada, imagine no ambiente privado. (Jacson Caldas)

No dia oito de setembro de 2020, a partir de uma publicação no *instagram*, Jacson iniciou a construção do projeto Transcender.

Estou catalogando professorxs que aceitem montar um cursinho comunitário online com aulas para o ENEM para estudantes transexuais é travestis [sic]. Quem topa, é só colar. Aulas gratuitas, com horário fixo. É coisa séria.

(texto publicado no *instagram* por Jacson Caldas em 08 de setembro de 2020)

O texto de Jacson Caldas convidando voluntárias e voluntários para compor o corpo docente do Projeto Transcender foi publicado em uma imagem de fundo preto com imagens em cores brancas acompanhado pela legenda “*quem quiser colar nesse projeto, é só chamar. É coisa séria! Não é bagunça*”. A rede de contatos de Jacson utilizou a função dos *stories*<sup>44</sup> do *instagram* para ampliar o alcance da mensagem. Pouco tempo o compartilhamento feito por um amigo em comum meu e de Jacson fez com que a publicação pudesse ser visualizada a partir do meu perfil e enviei uma mensagem privada, “*ei, Jacson! Tudo bem? Meu nome é Jeferson. Trabalho desde 2018 com pré-vestibular popular. Esse ano estou envolvido com um pré-vestibular chamado Equalizar organizando por estudantes da UFMG e outro chamado Transenem-BH que é voltado para pessoas trans e travestis (apesar da pandemia ter interrompido temporariamente as atividades deste). No meu mestrado pesquiso professoras e professoras que trabalham em pré-vestibulares para pessoas trans e travestis. Se precisar de algo, estou super disponível*”, após uma rápida troca de mensagens fui adicionado no grupo de *whatsapp* do projeto.

Entre o dia oito e o dia nove foram publicadas cinco imagens sobre o projeto no *feed* do *instagram* de Jacson, logo após a convocação de docentes foi feita a chamada para possíveis estudantes, “*Estamos catalogando pessoas travestis e transexuais que irão fazer o ENEM para serem alunas do cursinho. Pode ser de todo o Brasil*”, outra imagem trazia um resumo das informações do curso em um fundo branco com o desenho de um arco-íris no canto esquerdo superior e outro no canto direito inferior, onde o projeto já aparecia batizado.

---

<sup>44</sup> “Stories: função de aplicativos como Instagram, Facebook, Snapchat e Whatsapp que permite o compartilhamento de imagens ou vídeos de 1 a 15 segundos, que desaparecem em 24 horas. Essa função nos aplicativos funciona de forma semelhante em todos eles ao permitir o compartilhamento de vídeos e imagens que ficam *on-line* por apenas 24 horas, mas com nomes diferentes, por exemplo, Status no Whatsapp.” (MACÊDO, Larissa, 2019, p. 16.)

A escolha do nome Transcender... eu pensei assim, a questão trans e o transcender que vem da ideia de ultrapassar limites, de romper barreiras, de romper paradigmas, de quebrar essa ideologia do mundo patriarcal, desse mundo pautado na heteronormatividade. Eu falei assim, “ah, as pessoas que são trans, as pessoas que são do guarda-chuva LGBTQIAP+, são pessoas que a todo momento precisam estar transcendendo, né, os espaços de poder que estão instituídos, então eu vou botar o nome do projeto esse pra dar uma margem ao nome “trans” onde incluí a todes e também uma perspectiva mais literal, né, que é a do ultrapassar os limites e as barreiras. (Jacson Caldas)

A última publicação do dia 8 anunciava que a grade de professores/professoras voluntários/voluntárias estava quase fechada, “*Precisamos ainda de um professor se (sic) física disposto a trabalho voluntário um dia a noite.*”, e, por fim, no dia nove foi anunciado que o quadro de docentes estava completo. A ampla rede de seguidores de Jacson no *instagram*, formada por aproximadamente 3.500 perfis, e a lógica de aceitar todas as pessoas que demonstraram interesse até atingir um número considerado razoável garantiu uma rápida formação do corpo de voluntários/voluntárias/voluntários e de discentes.

Eu coloquei no... fiz um post no instagram, postei lá no feed do instagram, e coloquei também nos stories e daí a coisa... eu conheço um tanto bom de pessoas, a coisa foi se multiplicando, se multiplicando, chegando a alcançar o twitter, alcançando pessoas de vários estados do Brasil, e assim as pessoas foram se voluntarizando ao ponto de eu precisar – não vou dizer descartar – mas alguns professores eu não tinha mais vagas pra professores no curso porque a gente já tinha uma quantidade de professores imensa. Foram mais de dez professores que pediram para participar como professores voluntários, mas não tinha mais condições de colocar porque a gente já tinha fechado a carga horária, com dois dias que eu tinha feito o primeiro post eu já tinha fechado a carga horária com professores e depois a gente começou a catalogar estudantes, que no início foram em torno de 26 ou 27 estudantes e com o tempo foi diminuindo. (Jacson Caldas)

Nos bastidores o movimento foi intenso. O ritmo de construção foi meteórico. Em três dias os principais pontos necessários para possibilitar o início do projeto estavam fechados, tínhamos os/as/es docentes, os/as/es discentes, o quadro de horários e a distribuição das disciplinas. A urgência se dava tanto por estarmos na metade do segundo semestre de 2020

quanto pelas incertezas sobre a data definitiva de realização das provas – informação crucial para a elaboração dos programas em um curso pré-vestibular. Além disso, não havia a necessidade de buscar salas de aula ou materiais, o trabalho foi feito principalmente por videoconferências via *google meet*, postagens no *google classroom*<sup>45</sup>, e no grupo de *whatsapp* com envio de vídeos do *youtube*<sup>46</sup> e textos de *blogs* e *sites*<sup>47</sup>. No dia dez foi feita uma reunião com o quadro de pessoas voluntárias para uma roda de apresentação e discussões de propostas. No dia 14 de setembro, sete dias após o início da construção do projeto, os trabalhos letivos começaram. As aulas, divididas por disciplinas, aconteciam das 18:00h até as 22:00h de segunda à sexta.

A nossa entrevista foi realizada poucos dias antes da data marcada para o encerramento da edição 2020 do projeto. Era um momento de intensa reflexão sobre os erros e acertos. Uma questão bastante marcante foi a evasão dos/das/des estudantes, no último mês e meio a maior parte das aulas contava com a presença de apenas uma estudante trans para uma equipe de aproximadamente 30 voluntários/voluntárias/voluntárias. Na pesquisa de Silva (2017), a evasão nos cursinhos é explicada por motivos como a ausência de docentes ou o desânimo com o curso, já na experiência do Transcender as justificativas apresentadas eram a necessidade de trabalhar e a dificuldade em acompanhar as aulas e os conteúdos. Apesar disso, os/as/es estudantes permaneciam no grupo de *whatsapp* e todo o material desenvolvido pelas pessoas docentes era enviado via *google classroom*.

Ainda no processo de construção do projeto, apareceram algumas pessoas LGB+ cisgêneras interessadas em frequentar as aulas. Houve uma discussão sobre isso e ficou decidido manter a exclusividade do projeto para pessoas trans e travestis<sup>48</sup> como forma de não descaracterizar a proposta inicial. Tais estudantes eram então direcionados a outros cursinhos sociais que estavam funcionando de maneira remota. Quando a evasão atingiu o seu número máximo, houve uma assembleia formada por voluntários/voluntárias e por nossa única estudante assídua. Apesar do desânimo geral, que atingia também a aluna – “*é foda ficar sozinha*”, afirmou -, houve a proposta de abrir uma nova chamada ampliando o alcance ao

---

<sup>45</sup> O *google meet* e o *google classroom* são ferramentas do *google* para reuniões, videoconferências e/ou aulas que se tornaram bastante populares com o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19.

<sup>46</sup> O *YouTube* é uma ferramenta do *google* em que se pode disponibilizar e exibir vídeos pré-gravados (streaming) ou em tempo real (lives) que também ficam armazenados para visualização posterior.

<sup>47</sup> *Blogs* são espécies de diários virtuais, *sites* são como que lugares da internet, que funcionam em rede, tais como páginas, blogs ou plataformas.

<sup>48</sup> Houve, como exceção, a entrada de um estudante cisgênero gay que foi admitido após recebermos uma resposta favorável por parte do corpo discente.

incluir o público LGB+ cis. Como estávamos há pouco mais de quinze dias do encerramento, optamos por pensar esse modelo em uma possível nova edição do projeto.

Inclusive eu aprendi que as coisas estão muito mais além do que a vontade da gente de ajudar. Não é só a vontade de ajudar e ser ajudado, são as outras demandas do cotidiano que estão por trás de todos esses processos interpessoais, porque as vezes as pessoas querem ser ajudadas, eu acredito que as vinte e sete pessoas que me procuraram naquele curso queriam sim entrar na universidade, elas querem sim entrar na universidade, mas a vida delas é cheia de demandas, cheia de tanta luta, de tanta superação que as vezes estudar não seja o principal aspecto, a principal coisa que elas precisam lutar nesse momento ou que elas poderão lutar um dia na vida, porque a gente tem uma sociedade que não dá margem para esse povo se incluir, na verdade a sociedade que a gente tem quer tirar esse povo do campo de disputa o tempo inteiro, tanto que a gente vai ver que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas travestis e transexuais. Então essas pessoas estão lutando pela sobrevivência, uma coisa que vai muito além da nossa vontade de ajudar e da vontade de serem ajudados, porque é o direito de sobreviver. (Jacson Caldas)

A reflexão de Jacson pode resumir um pouco do sentido compartilhado por todos/todas as trinta pessoas que permaneceram dando aulas para uma estudante até a data prevista – e que continuaram auxiliando nos estudos mesmo após o encerramento das aulas regulares. Percebemos uma série de questões que estavam fora do nosso alcance, mas o trabalho realizado era visto além do nível individual.

### *Raul Capistrano - Transenem*

Raul Capistrano é um homem trans, preto e estava com 39 anos quando fizemos a entrevista. Em relação a sexualidade, ele afirma “*eu estou heterossexual, mas a gente não sabe... nem o dia de amanhã. Nem pelo de ontem eu posso me responsabilizar muito*” (Raul Capistrano). Poucos dias antes de entrevistá-lo, ele, que é bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e cursa a licenciatura do mesmo curso, fora aprovado para o Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da mesma instituição com um projeto relacionado a crianças trans. A partir de 2021.1 nós não seríamos mais apenas colegas de Universidade, mas estaríamos vinculados ao mesmo programa

de pós-graduação, linha de pesquisa e orientadora de mestrado. Ele, que nasceu em Contagem, hoje se divide entre Belo Horizonte e a cidade de Itapemirim, no Espírito Santo, onde vive sua mãe.

Uma das primeiras entradas de Raul na militância aconteceu a partir de convites para ministrar palestras relacionadas a gênero e sexualidade promovidas pelo programa “BH de mãos dadas contra a AIDS”<sup>49</sup> em postos de saúde e escolas públicas. Segundo ele, esse foi o primeiro contato com adolescentes e jovens em sala de aula, “*não era uma coisa formal, não era docente, mas era um tipo de aula*” (Raul Capistrano), e foi uma experiência que despertou o seu interesse pela educação.

Até 2015, entretanto, obter um diploma de licenciatura ou de qualquer outro curso de nível superior não parecia atrair Raul de modo particular. Segundo ele, naquele momento não gostava de Universidade e achava que universitário “*era tudo filhinho de papai, tudo almofadinha, que dava valor a todo esse conhecimento de cartilha, mas a experiência mesmo não era valorizada*” (Raul Capistrano). Outros dois fatores distanciavam-no ainda mais dos portões da Universidade. Apesar de ter uma formação técnica em informática, Raul não havia completado o ensino médio; a possibilidade de ser chamado pelo nome com o qual foi registrado em seu nascimento também pesava em sua decisão.

No relato de Raul, há duas mudanças no ENEM e duas personagens de sua vida que influenciaram a sua escolha quando decidiu fazer a prova.

A primeira mudança, a possibilidade de receber um certificado de conclusão do ensino médio utilizado a nota do ENEM, já não era tão recente em 2015. Como registram Sakalauskas e Trevisan (2017), o Exame Nacional do Ensino Médio foi instituído em 1998 como forma de avaliação dos/das estudantes desse nível de ensino, em 2004 abriu-se a chance de utilizar a nota obtida para pleitear bolsas em instituições de ensino superior da rede privada na seleção do

---

<sup>49</sup> Programa criado em Belo Horizonte no ano 2000. “A equipe do programa atua em duas frentes de serviço: Formações (oficinas, palestras) e trabalho de campo (redução de danos).

As oficinas e palestras são desenvolvidas por educadores sociais sobre as temáticas sexualidade; IST e prevenção combinada; diversidade sexual, raça e etnia; drogas e redução de danos e saúde mental. Em parceria com a Rede Municipal de Ensino, o trabalho acontece durante o ano nas escolas e abrange alunos e professores, na Rede de Saúde o programa oferta a capacitação para profissionais, além de atender solicitações de outras secretarias do município.

O trabalho em campo acontece nas 9 regionais, por meio da abordagem e acompanhamento das populações vulneráveis, com foco em prevenção às IST, redução do uso abusivo de álcool e outras drogas. Os redutores também realizam a busca ativa e encaminham os usuários aos centros de saúde, fortalecendo o vínculo.

As ações de promoção da saúde para essa população acontecem continuamente e também durante eventos culturais da cidade.” (PBH, s.d.)

Programa Universidade Para Todos (Prouni), já em 2009, com a adoção do Sistema de Seleção Unificada (SISU) por parte de algumas Universidades Públicas, o exame tornou-se uma via de acesso à elas. Além disso, e esse ponto nos interessa particularmente, também a partir daquele ano os/as/es estudantes que atingissem 450 pontos nas provas objetivas e 500 pontos na redação estaria apto/apta para receber um diploma de conclusão do ensino médio<sup>50</sup>. Para Raul, portanto, a aprovação na mesma prova seria capaz de produzir dois resultados, receber o diploma de nível médio e garantir uma vaga no ensino superior.

A segunda mudança foi apresentada a Raul por uma das personagens que ele destacou. Na verdade, ela já foi introduzida anteriormente neste trabalho, Pikena, sua amiga-irmã, que almoçou conosco no restaurante universitário em 2019. Segundo o relato de Raul,

Tenho uma amiga, Pikena, que é mó fissurada com esse negócio de ENEM, e esses dias para trás a gente estava na minha garagem, eu estava fazendo meus artesanatos e ela falou comigo assim ‘ô, Raul, você sabia que agora o ENEM tem...’, não, ‘você quer se inscrever no ENEM?’, e eu falei ‘eu não! Eu nem sei o que é isso’, aí ela descreveu o ENEM pra mim assim: ‘olha, o ENEM é uma prova que você faz, você testa sua inteligência e, se bobear, você ganha uma vaguinha na Universidade’, aí eu falei assim ‘ah, tá. Legal, mas...’, e ela falou ‘se inscreve, ô, é de graça’, e eu falei ‘ah, não vou mexer com isso não’, e ela falou ‘por que não?’, ‘ah, não, eu não retifiquei meu nome... e aí esse negócio, eu já desisti de tanta coisa por causa de nome. Eu não vou ficar enfrentando esse constrangimento de ter que falar o nome não’, e ela falou assim, ‘mas esse é o primeiro ano<sup>51</sup> que o ENEM tem nome social, então você pode se inscrever com o nome social’, e eu falei ‘ah, que massa!’, e ela falou ‘eu vou inscrever você então’, e ela começou a me inscrever [...], e quando eu fui conferir tinha me inscrito mesmo, a inscrição tava lá toda certinha, tudo bonitinho. (Raul Capistrano)

Com o direito ao uso do nome social<sup>52</sup> e a possibilidade de concluir o ensino médio, as mudanças mais externas ao próprio Raul minimizaram algumas das suas barreiras até o ensino superior. Restava ainda identificar algum sentido para que Raul incluísse o ingresso na

---

<sup>50</sup> Essa possibilidade, iniciada em 2009, foi encerrada em 2016. A edição que Raul participou foi, portanto, a penúltima vez em que o ENEM serviu como meio para a conclusão do ensino médio.

<sup>51</sup> Na verdade, a adoção do nome social no ENEM aconteceu a partir de 2014 (INEP, s.d.). Os dados de solicitação de uso do nome social podem demonstrar um crescente sucesso da política. Se em 2014 foram feitos 102 pedidos (INEP, 2016), em 2020 2.184 foram registrados (CartaCapital, 2021).

<sup>52</sup> A discussão sobre o nome social é feita no capítulo nove, que versa sobre espaços seguros.

universidade em seus planos. Naquele mesmo período ele iniciava uma relação com uma das fundadoras do Transenem – BH, a segunda personagem que ele traz em seu relato. Paralelo aos seus encontros com Raul, ela construía com parceiros e parceiras a ideia de um curso preparatório para pessoas trans e travestis. Quando sugeriu que ele participasse como estudante, ele apresentou uma série de motivos para o seu desinteresse pela universidade. Em um dia, conversando sobre as capacitações, atividade em que ele afirma que ingressou tendo o retorno financeiro<sup>53</sup>, “*mas depois aquilo começou a fazer parte da minha vida, de preencher, [...], e aquilo me dava algum sentido, me dava uma perspectiva, preenchia meu dia, preenchia um vazio que tinha e tal*” (Raul Capistrano), Raul foi confrontado por ela

Então ela me provocou perguntando o que eu queria com aquilo, eu disse para ela ‘a minha intenção é que as crianças trans na escola possam vivenciar a escola sem ter que fazer uma leitura de si mesmas e pensar que elas são diferentes, que elas são erradas no mundo, que o mundo está certo e elas estão erradas. Então a minha intenção é que elas saibam que podem existir, que elas têm o direito de existir, performando o que elas quiserem na escola e que o erro não está nelas, o erro está na sociedade em que elas estão vivendo. Então a minha intenção é transformar isso’, e ela disse ‘mas você acha que você vai conseguir com essas capacitações pequenas que você faz? Esse trabalho de formiguinha?’ e eu falei ‘olha, é o que eu dou conta de fazer, é o espaço que eu tenho de fazer isso’, e ela falou, ‘[...] pois é. Agora eu tô te dizendo que se você quiser mesmo atuar de forma efetiva e expandir esse seu desejo assim pra atingir mais pessoas, é importante que você passe por esse lugar. E não é só entrar em uma universidade, não é qualquer universidade, tem que ser a universidade pública, porque é nela que vai ter essas discussões, vai ter esses espaços pra você se construir e conseguir se desenvolver a ponto de atuar de uma forma mais abrangente’, e aí eu falei “ah, tá! Olhando por esse lado agora eu estou achando a universidade um espaço muito interessante” (Raul Capistrano)

Na altura dessa conversa, as inscrições para a edição de 2015 do ENEM já estavam encerradas. Ela então lamentou “*mas que pena que você...a gente vai abrir um cursinho, um cursinho voltado para pessoas trans e travestis poderem se capacitar para o ENEM, mas você*

---

<sup>53</sup> É importante registrar que os valores declarados por ele são consideravelmente baixos. Segundo Raul, ele recebia R\$45,00 bruto e R\$29,00 líquido por oficina.

*não fez a inscrição para o ENEM, então... quem sabe no ano que vem?*”, Raul então revelou que dias antes, com a interferência de Pikená, havia aceitado fazer sua inscrição no ENEM.

Segundo Raul, foram cerca de dez encontros feitos aos sábados em uma turma pequena, com um quadro “até meio surrado”, e um mesão rodeado por cadeiras até o dia do ENEM, onde garantiu sua entrada na UFMG. Ele, que desde o seu período como estudante assumiu uma espécie de função de mediador no curso, já atuou nos papéis de monitor, professor e coordenador, “*até hoje eu tô no transenem de alguma forma, eu não consigo sair de lá, sabe?*” (Raul Capistrano).

Em 2016, no seu primeiro ano de graduação, Raul iniciou suas monitorias. Por não se sentir seguro o suficiente com o domínio da disciplina ou das habilidades para dar aula, ele optou pela posição de monitor como uma forma de continuar atuante no projeto. Segundo ele, quando os alunos e alunas precisavam de uma explicação mais detalhada ou de uma revisão do assunto extraclasse, o/a professor/professora titular encaminhava a demanda para os/as monitores/monitoras. Os encontros eram então marcados para locais como a Praça da Liberdade ou o Parque Municipal, locais no centro de Belo Horizonte, e o cursinho tentava fornecer o valor das passagens de ônibus para os/as monitores/monitoras e estudantes.

O Transenem já aconteceu em diferentes lugares, como o escritório de uma das fundadoras, uma sala do Cellos<sup>54</sup>, a Escola Estadual Pedro II e o Centro de Referência da Juventude (CRJ). Neste último, a entrada do Transenem foi uma espécie de acordo com outro cursinho social. Entretanto, conforme informa Raul, havia uma discussão avançada para garantir uma sala própria para o Transenem no CRJ, “*só que aí a pandemia acabou com tudo*” (Raul Capistrano). A organização das aulas também já sofreu alterações ao longo do tempo. No início o curso funcionava com encontros aos sábados, posteriormente passou para as noites de segunda a sexta, em um formato mais próximo do escolar. Depois, como resposta à evasão, eram feitos às segundas, quartas e sextas.

Outro ponto destacado por Raul foi um conflito em torno da institucionalização ou não-institucionalização do projeto. Por um lado, formalizar o registro do cursinho poderia trazer uma série de benefícios como patrocínios ou participação em editais de financiamento; por outro, havia uma certa desconfiança de que a administração do curso ficaria centrada em

---

<sup>54</sup> Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – CELLOS/MG. Grupo LGBTQ+ fundado em 2002 com sede no Edifício Acaica, no centro da capital mineira.

peças cisgêneras. Raul, partidário do segundo grupo, afirma que em 2016 houve uma espécie de “tomada” do cursinho pelas pessoas trans.

E a regra passou. Não vamos institucionalizar e o cursinho vai ser horizontal e as discussões vão ser feitas por todo mundo. Eu defendia nessa época que o cursinho precisava somente ter alunos e alunas e passagem, o resto a gente dava conta, porque era possível conseguir passagem sem precisar preencher edital e não precisava institucionalizar. (Raul Capistrano)

Em sua avaliação desse processo, Raul destaca alguns resultados que considerou problemáticos. Para ele, a falta de centralização também representou uma dificuldade em cobrar participação e responsabilidade por parte das pessoas voluntárias. Ele também afirma ter percebido que algumas pessoas passaram a se sentir desconfortáveis em dar alguma opinião ou defender uma posição de uma maneira mais incisiva, “*pra não poder aparentar que ela tava querendo dominar ou ser líder*” (Raul Capistrano), segundo ele esse comportamento estava mais presente entre as pessoas cis.

Então ficou essa coisa meio conturbada..., mas deu pra poder administrar de alguma forma e levar. Então hoje em dia o que acontece é assim, não tem uma administração, tem pessoas que assumem certos lugares, e hoje, por exemplo, a pessoa que tá mais a frente do cursinho é uma pessoa cis, mas agora não cabe mais dizer que não são pessoas cis que tem que ficar... que são pessoas trans que tem que ficar na ponta, agora é o seguinte: a gente quer que o cursinho exista, não quer? Então, pra ele existir algumas pessoas tem que tocar. Essa pessoa aqui tá disposta a tocar, você vai tocar no lugar dela? Vai não? Então não fala nada, né? Porque a gente começou a ter falta de pessoas pra trabalhar, pra ter... então, assim, agora não tem a ver, não tem que considerar se é cis ou não, a gente tem que considerar que alguém tem que tocar, alguém tem que ajudar ou vai acabar, né? Então volta e meia uma pessoa fica na ponta, outra não fica e tal, vai variando, mas a parte positiva é que ninguém fica querendo ficar na ponta pra poder aparecer ou pra se autopromover, quem fica na ponta já entende da responsabilidade de ficar na ponta no sentido de que é muito trabalho que tem que pegar e assumir, e aí assume e vai andando. (Raul Capistrano)

Com sua forma “não-institucionalizada”, o Transenem recorre a soluções criativas para suprir as suas necessidades financeiras. Segundo Raul, é lançada mão de diversas estratégias como vaquinhas, rifas, festas com apresentações de artistas parceiras/parceiros e sorteios. A parceria com o CELLOS, responsáveis pela promoção da Parada do Orgulho LGBTQ+ em Belo Horizonte, garantia ao Transenem a chance de colocar uma barraca de bebidas durante o evento.

Assim, era vaquinha, basicamente era vaquinha, festas e essa barraquinha. E essa barraquinha a gente se divertia muito, sabe? Todo mundo trabalhava na parada, sabe? Na barraquinha. Então a gente fazia rodízio, “nesse turno vai ser você, nesse turno vai ser você”, até sair a caminhada... e nisso todo mundo interagia, então ficava aquela porrada de trans e travesti, e todo mundo, e professor, um monte de gente na barraca, e todo mundo ralando, e aquela bagunça toda, e era assim, uma canseira tão satisfatória... muito legal. (Raul Capistrano)

Assim como Raul, diversos outros/outras/outres colegas participam ativamente das atividades do curso tanto quando estão na posição de docentes quanto depois. Ele relata que há quem seja aprovado/aprovada/aprovade na universidade e decida continuar como voluntário/voluntária/voluntária, mas também há casos diferentes

A gente tinha alunos, sempre havia alunos que no ano anterior estudou, mas, ou não conseguiu ser aprovado, ou não tentou, e depois ele se apresentava assim “olha,, eu quero continuar no Transenem atuando, colaborando, até assistindo algumas aulas... mas não quer dizer que eu quero fazer o ENEM, não”, é uma coisa que a gente só foi aprender dois anos depois que muitos alunos queriam, assim, o Transenem era socialização, era um espaço de socialização, ele promovia um universo, um espaço que não existia no exterior do Transenem, né? (Raul Capistrano)

Ele cita como exemplo desse envolvimento a criação de imagens para a divulgação das chamadas para docentes e discentes e a própria busca de pessoas interessadas em fazer parte do projeto.

Durante a pandemia de Covid-19 eu fui incluído no grupo do Transenem na posição de colaborador. A situação pandêmica, entretanto, abalou profundamente a possibilidade da manutenção das aulas. Houve algumas tentativas de trabalhar remotamente, mas elas acabaram

não acontecendo. Apesar disso, a vitalidade do projeto pode ser vista a partir de três elementos: I) constituiu-se como uma rede de solidariedade e um local ao qual as pessoas recorriam para solicitar ajuda; II) serviu como uma rede de afetos, onde as pessoas desabafavam, discutiam política, parabenizavam umas as outras em aniversários e datas comemorativas, etc; III) houve momentos em que estudantes utilizaram o grupo para sanar dúvidas pontuais sobre algumas matérias; IV) foi estabelecido, a partir de um professor, uma espécie de ponte entre o Transenem e outro cursinho social que conseguiu transferir o trabalho para o modo remoto.

### *Maria Angélica – Transvest*

Maria Angélica é uma estudante de pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais e foi uma das primeiras alunas do Transvest. Apesar da escolha em não informar sua idade – *“ahh, essa parte... Eu não vou responder agora não. Depois eu respondo no privado”* (risos) – ela deixou uma pista – *“se eu tivesse acesso antes, já era pra eu ter formado. Mas eu tô nova ainda”* (Maria Angélica)-; além de informar que ficou excedente na seleção em um vestibular para o curso de Artes Plásticas em 2006 ou 2007 e têm um diploma de Técnica em Estética e Cosmetologia.

Como já foi dito anteriormente, o nome “Maria Angélica” foi escolhido por mim. Durante o registro de aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>55</sup>, as pessoas interlocutoras expressavam abertamente se desejavam ser identificadas por seus nomes, Maria Angélica foi a única que desejou a utilização de um pseudônimo. Perguntei se ela gostaria de escolher algum – *“escolha um bem bonito pra mim, um que você ache que combina comigo.”* (Maria Angélica). Maria Angélica, portanto.

Muito cedo, por volta de um ano e meio de vida, ela veio com sua família da cidade de Codó, no Maranhão, para morar em Belo Horizonte, onde permanecia até o momento da nossa entrevista – *“ah, eu tô na cidade grande obrigada. Eu gosto é de roça mesmo”* (Maria Angélica). Maria Angélica trabalha em uma empresa de proteção veicular, é uma mulher parda – *“no meu conceito, é uma mistura de raças, então...”* (Maria Angélica) -, heterossexual e

---

<sup>55</sup> Disponível no Anexo I.

Gênero, então... feminino, mulher trans, mas, para mim, a nomenclatura em si não faz muita diferença, porque, pra mim, eu me vejo como uma mulher cis, hetero, mas, se for pelas outras pessoas... (Maria Angélica)

Além disso, ela relata que já ouviu que chegará a hora em que ela precisará se posicionar, mas que não é muito “de levantar bandeira”

Eu acredito que cada um tem seu corre, suas individualidades. Por mais que eu esteja inserida num nicho, assim, sei lá, eu não tô, porque eu sou um indivíduo. Eu nunca fui assim de querer aparecer, até quando tinha algo da ONG de aparecer, alguma coisa, de dar entrevista, eu não queria. E hoje em dia o que eu tenho, sabe... não é privilégio, mas eu consegui essa coisa minha de ser eu mesma, de não precisar aparecer. Eu não quero pra mim esses holofotes, essa mídia, essa fama, eu não quero. Eu não quero ficar levantando bandeira em relação a isso. Assim, se eu tiver que ajudar alguém eu vou lá e faço, se precisar de mim... eu sou totalmente grata a ela, a ONG. Eu tenho que aparecer pelo que eu sou, não por isso. E quando eu quiser, também, porque eu penso assim, eu decido quando eu quero e como eu quero da maneira que eu quero. (Maria Angélica)

Em seu relato, Maria Angélica apresenta uma relação tensa em sua experiência de gênero. Se por um lado ela afirma que sempre “teve passabilidade”<sup>56</sup> – “*a vida toda, nunca tive problema com isso*” (Maria Angélica) -, o que tornava possível que ela desde criança se apresentasse como mulher, uma série de tecnologias de gênero<sup>57</sup>, como, por exemplo, o momento da chamada – quando ela devia responder “presente” ao ouvir o nome masculino registrado em seu nascimento – desafiava a sua construção.

Igual eu tô te falando, eu sempre tive uma passabilidade, né, num sentido meio atrapalhado, porque na hora dos documentos, na hora da chamada era um Deus nos acuda, mas... eu não falava... quando eu conhecia alguém eu sempre falava que eu era

---

<sup>56</sup> Em seu livro “Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher”, Tiago Duque (2019) entende a visibilidade como um regime de visibilidade/conhecimento. O autor aponta, ainda, que *passabilidade* é um termo bastante nuançado nas vivências e experiências de pessoas trans, sendo apontado, por vezes, como instrumento de hierarquização e despolitização.

<sup>57</sup> Penso aqui a partir das proposições de Teresa de Lauretis (2019b), ao discutir sobre o gênero como produto de diferentes tecnologias sociais.

mulher, mas como eu morei a vida toda no mesmo bairro e tudo o povo já me conhecia. Teve uma experiência que eu vou te falar, na escola. Quando eu mudei de série, fui pra sétima série na escola, aí a professora foi fazer a chamada, quando ela me chamou... meu Deus. A escola inteira veio me ver na hora do recreio. Parou a escola, me senti uma celebridade, só que ao contrário. Foi horrível, uma experiência horrível, horrível. Tipo assim, como se eu fosse uma pessoa de outro mundo. Eu era uma menina e tinha nome de homem... e é isso. Por isso que eu te falo nesse sentido de não querer aparecer, porque eu aparecia não porque eu queria. Hoje em dia eu acho válido isso que os meninos já são, né, já nascem sabendo o que querem, já argumentam, já retrucam tudo. A gente não tinha esse diálogo com os pais, tipo, eu não falava nada, o que eu sentia ou deixava de sentir. Se fosse hoje em dia eu já falava “sou menina, não quero isso, não quero usar roupa de homem...” (Maria Angélica)

Apesar disso, Maria Angélica faz uma avaliação positiva do seu processo escolar. Segundo ela, os professores e professoras a tratavam “bem mesmo” – *“Tinha aquela coisa do nome, mas... até que alguns eram de boa, assim.”* (Maria Angélica) – e, apesar da existência de conflitos com alguns colegas meninos, ela encontrava estratégias para minimizá-los – *“eu sempre andei mais com meninas mesmo”* (Maria Angélica). Para ela, a única coisa que talvez causassem a sua desistência do processo de escolarização era a ocorrência de agressões físicas contínuas.

Porque, não tem como, Jeferson, eu baseio tudo nas minhas experiências, nas minhas vivências, eu, por mais que eu fosse uma mulher trans, eu nunca quis deixar de estudar, eu nunca quis deixar de ser o que queria que fosse. Então passava um monte de coisa na escola, era horrível, me sentia um ET, porque eu sempre tive passabilidade, a vida toda, nunca tive problema com isso, mas aí como tinha o nome, essas coisas... aí, era uma novela. Mas eu, eu não deixei me abater, porque, tipo... eu só não ia aceitar agressão física, graças a Deus nunca tive isso, mas... eu não sei também isso aí é suficiente pra eu querer deixar de estudar, deixar de querer mudar através do estudo. Porque eu sou assim, de verdade, eu não posso falar em nome de outras pessoas, mas eu acho que chega a ser um discurso, eu acho que chega a ser uma coisa que é cômoda, “ai, porque lá na escola eu era chacota, não sei o quê”, gente, mas... sempre vai ser assim na escola com qualquer pessoa, é a magrela que é a chacota, é o esquisito lá que é a chacota, todo mundo é a chacota, não importa se é bi, se é trans, se é gay, não importa. Agora se todo mundo fosse parar de estudar, ninguém ia estudar mais por isso. Agora agressão física é mais agravante, lógico, tipo assim “todo dia eu ia pra escola e me batiam”, aí eu não vou querer ir pra escola nunca mais. Mas eu acho que

isso aí se acontece são pouquíssimos casos, porque agressão física é o extremo. Eu mesmo, na minha época, nunca sofri agressão física. Ouvi essas coisas de “bicha”, “viado”, só essas coisas, eu ia deixar de estudar por conta disso? Pelo amor de Deus! Eu mostrava que eu era superior nesse sentido, “vou ter meu ensino médio, vou me formar, vou fazer tudo que eu tiver direito” independente do que o outro fala, do que o outro pensa. (Maria Angélica)

Em seu relato, Maria Angélica apresentou alguns elementos que, em sua análise, a distanciava da experiência de muitas de suas colegas.

Mas eu, particularmente, Jeferson, eu sou muito na minha, entendeu? Eu não me misturava muito, assim, porque a realidade do pessoal não combinava muito comigo. Eu, graças a Deus, nunca precisei vender meu corpo, sempre estudei, nunca sofri agressão física em relação a minha orientação, nada disso e... e aí eu acho que não combinava muito comigo os assuntos que o povo falava, e aí eu ficava mais na minha, tanto que teve poucas pessoas que eu converso daquela época ainda, que eu vejo mais... porque não era do meu ciclo, do meu meio de convívio, sabe? E... mas foi bom. Foi um aprendizado também em relação a... descobrir coisas que eu não sabia, porque eu não sei dessa coisa de rua, de programa o povo ficava mais conversando do que estudando..., mas foi bom, foi bom. Se eu tô aqui hoje em dia, foi bom. Eu não sou uma... como é que fala? Ingrata. Eu sou permanente grata a todo mundo que passou na minha trajetória, e lá eu sei que fez parte. (Maria Angélica)

Apesar de identificar essas diferenças, parece haver uma experiência compartilhada que fez com que ela, que nunca havia se interessado por nenhum pré-vestibular, optasse pelo Transvest. Além de questões práticas, como a localização – no famoso prédio Maletta no centro de Belo Horizonte, próximo ao trabalho dela - e o turno de funcionamento, vespertino, ela também explica que a sua escolha se deu pois lá “*não precisava preocupar com nada... eu não lembro se já tinha retificado o nome, acho que já, mas, assim... eu ficava mais à vontade nesse sentido*” (Maria Angélica). Como conta, ao ver a divulgação do curso nas redes sociais, pegou o endereço e foi – “*aí eu cheguei lá e falaram ‘é, é só pra pessoas trans...’, eu e falei ‘eu sei, eu vi’, aí ela ‘ahh... então tá’, e eu falei ‘é’, e aí foi isso (risos), aí foi... eu comecei a ir.*” (Maria Angélica).

A entrada no Transvest aconteceu também em um momento em que ela, que trabalhava em uma clínica, decidiu que o seu desejo era atuar na Educação.

Deu um insight assim e eu falei “acho que eu vou pra área da Educação”, porque eu acredito na transformação da educação, porque é algo acessível a todo mundo independente de onde você vem, de onde você mora, pode ser o lugar mais remoto, né, não querendo dizer que vai ser da mesma maneira pra todo mundo, mas o acesso tá lá e é capaz de mudar alguém e eu sabendo que eu fui uma pessoa que fez essa ponte, essa, sei lá, que eu ajudei alguém, eu acho isso tão mágico, tão lindo, porque eu lembro das minhas professoras e eu quero ter esse sentimento também de falar assim, daqui a alguns anos encontrar alguém e falar “ah, professora, nossa, você foi importante pra mim” no sentido não necessariamente acadêmico, sabe? “me deu uma palavra amiga, me estimulou. Falou alguma coisa que me mudou, me pôs pra frente, sei lá”, eu vou ficar feliz, eu acho, pra mim já é dever cumprido. (Maria Angélica)

Além do distanciamento em relação as outras colegas, Maria Angélica também relata ter optado por não se envolver de maneira mais ativa nas atividades do curso. Para ela, o principal objetivo era estudar para ter uma transformação de vida a partir do estudo,

Apesar de que as pessoas ficavam falando “não, lá é como se fosse um acolhimento, uma coisa pra conversar, uma coisa de psicólogo”, e eu ficava, “ai, não, gente, eu não quero, pra mim não é isso. Tem outros lugares pra procurar isso. Sei lá, tem gente disponível pra isso. Aqui pra mim é pra estudar.”. Não quero ficar ouvindo a pessoa “ai, fiquei com fulano, não sei o que, eu fiz programa”, a aula inteira umas coisas assim, uma falação que você não conseguia prestar atenção na aula. (Maria Angélica)

Mas, mesmo tecendo uma série de críticas e descrever sua insatisfação com o comportamento de suas colegas, Maria Angélica afirma ser totalmente grata ao Transvest, destaca que além de ter tido a oportunidade de estudar para o ENEM – “*Eu aprendi lá as coisas de biologia, tudo direitinho, eu estudei as coisas lá, de mitose, de meiose, eu lembro que até caiu na época*” (Maria Angélica) – e de terem feito a sua inscrição no SISU, também recebeu incentivos para prosseguir em seus estudos e registra com carinho as festas e confraternizações que participou, tendo inclusive passado o ano novo na casa de uma das organizadoras.

Na altura da nossa entrevista Maria Angélica estava nos momentos finais de sua Graduação em Pedagogia. Afirma com voz sonhadora que seu sonho é conseguir o título, começar a lecionar e “*eu quero um lugar bem no interior, uma coisa, assim, bem tranquila que eu possa morar e viver lá tudo ao mesmo tempo. Eu acho também que o pessoal do interior tem uma coisa mais de valorizar os estudos e a cidade grande eu não sei. Tem muita demanda, muita procura... e lá não, eles sabem da precariedade das coisas e dá mais vontade, sabe? E dá um valor, eu acho, a quem se disponibiliza a fazer as coisas por eles, e eu quero isso, sabe? Eu ainda não sei qual é a minha área de atuação, mas, se eu for lecionar, eu tenho isso em mente, fazer um concurso pra um lugar no fim do mundo, bem longe e ficar lá, morar lá e ficar feliz e ajudar as pessoas e é isso, eu penso assim.*” (Maria Angélica).

#### *Isabella Silva – Pré-ENEM Trans+*

Isabella Silva – ela respira fundo no início da entrevista e devolve a pergunta “*Então, quem é Isabella?*” – coordenadora e professora do Trans+ é uma mulher trans redesignada<sup>58</sup> de trinta e três anos, “*uma mulher com criação de matriarcas, dona Josefa dos Santos Silva, que é minha mãe, dona Edite Oliveira dos Santos, que é minha avó materna, e dona Cecília Ursina dos Santos, que é minha avó paterna. Então eu me fiz mulher e, sim, minha trajetória foi de muitas lutas e é de muitas lutas, como a de várias outras mulheres, mas com as minhas especificidades de trajetórias*” (Isabella Silva). Em relação a identificação racial

Eu sempre me vi preta, negra. Então, por mais que tentem mostrar outras coisas pra mim, mas, quanto a pele, né? A gente tá falando de corpo. Então desde criança, mesmo com a luta para me tornar mulher, para ser mulher, ser quem eu sou de dentro pra fora na minha integridade e com dignidade também, a minha pele, eu sempre me vi preta, mas outras pessoas não veem isso em mim. Mas eu sei que eu tenho direito e... bom. Aí é uma questão, né, que ninguém pode impor pra mim e dizer que eu sou branca, porque eu não sou branca. Se quiserem dizer que eu sou parda... bom. É o outro que

---

<sup>58</sup> Por escolhas teórico-políticas, tais como a de considerar que questionamentos sobre os órgãos genitais são invasivos e de pouca relevância para a pesquisa, não perguntei a nenhuma das pessoas entrevistadas se elas passaram por alguma modalidade de cirurgia de redesignação sexual. Na entrevista de Isabella, entretanto, ela destacou essa informação, de maneira espontânea e com bastante ênfase, como parte constituinte de sua experiência como mulher trans, articulada com outros elementos como a adequação de nome e gênero nos documentos legais, conquistada por sentença judicial, e o implante bilateral de silicone nas mamas.

vai dizer que eu sou parda? Só por causa do meu cabelo? E se eu tivesse um cabelo diferente? Então... é necessário respeitar essa autoidentificação. (Isabella Silva)

Com os títulos de Licenciada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz e mestra em ensino e relações étnico-raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia, ela atua hoje como professora do campus Seabra do Instituto Federal da Bahia. No momento da nossa entrevista, como os trabalhos do IFBA aconteciam de forma remota por causa da pandemia de Covid-19, ela morava em Itabuna, sua cidade de origem.

A trajetória de Isabella na educação não é recente. Antes de ingressar o curso de História, ela estudou Biologia por sete semestres também na Universidade Estadual de Santa Cruz. Além de participar de pesquisas em citogenética e botânica, foi ali que ela fez sua entrada na docência a partir do estágio em uma escola pública onde lecionou ciências para estudantes do Ensino Fundamental II. Após isso, ela passou para outro colégio, também público, e decidiu trocar o curso de Biologia pelo de História. Sendo novamente aprovada no vestibular, ela conseguiu, a partir do mesmo contrato de Estágio, assumir as aulas de História, Filosofia e Sociologia tanto pro Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio. Nesse período, como conta Isabella:

Eu era muito andrógina, assim, e tinha umas fases depressivas... já cheguei a raspar o cabelo todo. Eram fases bem difíceis pra mim, de prisões, né, era um vigiar e punir o tempo inteiro de mecanismos externos e que, internamente, eu acabava incorporando e sofria muito. (Isabella Silva)

Ela relata também que desenvolveu diversos projetos com suas turmas, especialmente voltados para a temática étnico-racial – *“mas nunca tive coragem de falar sobre gênero, então... porque eu ainda precisava que eu estivesse munida de mais força pra poder realmente Isabella ser, né, e não apenas pensar”* (Isabella Silva).

Chama a atenção nesse momento a relação que Isabella estabelece entre o seu processo de transição e a inclusão das discussões de gênero em sua atuação como docente. De certa forma, “Isabella ser” e ter a “coragem” necessária para tratar das questões de gênero com seus/suas estudantes fazem parte de uma mesma equação. Em um momento em que, para recorrer a metáfora utilizada por ela, Isabella era “pensamento”, tocar em discussões de gênero,

especialmente se a discussão estivesse centrada na população trans, poderia ser percebido pela comunidade escolar como um sinal da não-cisgeneridade da própria profissional.

Ela marca 2016 como o ano em que aconteceu “o grande processo”, maneira como ela nomeia sua transição. Esse momento coincide com a sua colação de grau “*e foi ali onde realmente já o tratamento hormonal acontecendo e o surgimento em seguida do nome social e a luta pra permanência na minha trajetória como professora*” (Isabella Silva). Ela relata também o seu retorno para um evento da UESC tempos depois.

A UESC tremeu quando me viu (risos). Engraçado que eu fui dar um prêmio de 30 anos, sei lá quantos anos foram, no Ciclo de Estudos Históricos e aí minha ex-orientadora de TCC, quando ela me viu ela “meu Deus, que mulherão” e tal, tem muito essa parte estética, né? Primeiro assim. Que aí tentam me comparar, eu nem acho, da Roberta Close, ou de outras mulheres que... latinas, né, na verdade, nessa estética mesmo, e aí algumas falam “ah, parece Ivete Sangalo” e tal... então tem essas estéticas que ficam querendo me comparar e eu falo “não, é Isabella mesmo”, então, assim, com outras referências, né? Então pra tentar explicar, né, a dificuldade de dizer “é Isabella”, então eu lembro que até... ela me chamou, eu fui, já tinha dado outras palestras lá e aí o velhinho ficou assim, porque foi um dos primeiros professores de História de lá, e ele ficou assim parado olhando pra mim (risos) (Isabella Silva)

Segundo o relato de Isabella, a construção do Trans+ - que funcionou também, acompanhado de uma monografia, como o produto que desenvolveu durante o seu mestrado na UFSB – foi uma espécie de encontro entre os interesses da instituição, que naquele mesmo ano havia se tornado a primeira Universidade brasileira a estabelecer cotas para pessoas trans e travestis na graduação, e a sua entrada no mestrado.

A ideia partiu, na verdade, das minhas escritas e da minha chegada. Então é muito “número um” pra eu lembrar, né? Enfim... eu fui a primeira pessoa trans, não só a mulher, mas a primeira pessoa trans da UFSB. Então quando o meu projeto foi apresentado pra universidade, a universidade já tinha implantado as cotas pras pessoas trans e viu no meu projeto um potencial muito grande, né, para além do mestrado, e aí foi quando a universidade pensou em lançar um edital, e aí, nesse edital, tinha que criar um cursinho e que seria um cursinho dentro da proposta da instituição. E essa proposta era uma proposta que caberia qualquer pessoa que trabalhasse com gênero,

porque naquele momento, né, o foco em gênero tava muito grande na instituição. Não sei hoje, porque já nem tenho contato mais com a instituição, então naquele momento tinha muita... tinham muitos olhares para as questões de gênero e sexualidade, principalmente para as questões de gênero. (Isabella Silva)

A partir disso, foi lançado um edital pela Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social cujo resultado a definiu como coordenadora do Pré-ENEM Trans+. Como ela mesma registra (SILVA, 2019), a escolha foi feita em acordo com a gestão da universidade e buscava destacar as pessoas trans como público prioritário, ainda que o cursinho atendesse “demais minorias sociais”.

O corpo docente do projeto, cerca de dez professores/professoras, foi sobretudo composto por pessoas amigas de Isabella, tanto convidadas por ela quanto as que entravam em contato demonstrando disponibilidade em participar. Já para a seleção de estudantes foram utilizadas principalmente as redes sociais, além de divulgações em colégios. Apesar disso, Isabella destaca algumas dificuldades

A maioria das pessoas trans não quiseram, tiveram acesso à informação, mas não quiseram porque trabalhavam como cabeleireira e de noite estavam cansadas, outras porque eram do ramo da prostituição, eram profissionais do sexo... e eu as entendo, obviamente, apesar de não ser da mesma origem que elas, o que não faz melhor ou pior que elas, mas eu as entendo, porque é a fonte de sustento delas, então como é que elas vão deixar o sustento delas se o cursinho não garante uma outra fonte, né? Então não tem como culpabilizar. (Isabella Silva)

Com a turma formada, as aulas do cursinho estavam previstas para acontecer em duas noites da semana no Colégio Universitário – *“mas quando eu vi que tinha uma sala vaga na sexta-feira, eu lembro disso, aí eu pedi, obviamente, à Universidade pra que cedesse mais um dia para as pessoas estudantes, porque elas mais que mereciam do que dois ou três dias, mas sim a semana inteira.”* (Isabella Silva) -, dessa forma mais um dia por semana foi adicionado no cronograma.

Além da UFSB, o Zênite Vestibular e Cursos foi um apoiador que, através de um colega de Isabella, disponibilizou materiais de forma gratuita para os/as estudantes.

Para Isabella, a maior dificuldade foi a gestão do curso. Ela conta que era professora, coordenadora, responsável pela organização administrativa, além de precisar cumprir as atividades do mestrado e lecionar em outra instituição.

O curso, iniciado em julho de 2018, teve o seu encerramento formal em novembro do mesmo ano, mês em que foi realizado o ENEM nos dias 4 e 11. No mês de junho do ano seguinte Isabella conquistava o título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais. No momento da nossa entrevista, ela, que destacou que não queria recorrer a estratégia de realizar o seu processo de transição somente após garantir uma estabilidade profissional – *“eu, Isabella, é a Isabella que tá conquistando, né, buscando sempre, lutando sempre”* – sonha com o dia em que passará de professora substituta para efetiva – *“eu costumo dizer que só vou ficar em paz quando eu for efetiva, professora efetiva, aí vou poder ficar em paz”* (Isabella Silva).

#### *Bela Berenguer - Transeducação*

Isabela, ou *“como todo mundo conhece”*, Bela Berenguer é uma mulher cis de 23 anos que nasceu em Jaboatão dos Guararapes e hoje vive em Olinda, Pernambuco. Em relação a sexualidade

Assim... supostamente bissexual, porque a gente permeia entre o masculino e o feminino, mas, como a gente tá discutindo isso com pessoas que entendem sobre sexualidade, eu diria que sou pansexual, né? Porque essa identificação entre o masculino e o feminino é muito fluída pra mim. Então pode ser bi, pode ser pan... dependendo da concepção. (Bela Berenguer)

De forma semelhante, ela também mobiliza duas categorias para identificar o seu pertencimento racial

Ai, nossa... pra mim é sempre uma questão, sabe? Eu me identifico enquanto negra, porque eu não consigo me identificar enquanto parda, mas também... tá nesse limbo aí. Não sei se eu preciso necessariamente dizer “sou negra”, “sou parda”, ou o que sou, porque eu não sei de verdade, mas... entre parda e negra. (Bela Berenguer)

As participações de Bela em movimentos organizados de militância ou ativismo também são raras. Ela aponta a participação no processo de ocupação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em 2016<sup>59</sup> como um dos poucos contatos com o movimento estudantil. Atualmente Bela é licenciada por essa mesma instituição em Língua portuguesa e Espanhol, onde também cursa o mestrado no programa em Estudos da Linguagem, desenvolvendo uma pesquisa, com foco em Teoria Literária, sobre literatura pornográfica. Além disso, é estudante de especialização em escrita criativa da Faculdade Frassinetti do Recife.

Para ela, a experiência como coordenadora pedagógica e professora do Transeducação é uma forma de unir “dois mundos”. Bela tem algumas experiências profissionais em cursos preparatórios, especialmente em pré-vestibulares privados, e durante seu percurso acadêmico, voltou seus interesses de pesquisa para questões de gênero e sexualidade.

Minha trajetória acadêmica sempre foi muito ligada às perspectivas de gênero, principalmente sobre transexualidade, e isso sempre me inquietou bastante, assim, porque era um cuidado que eu sempre quis ter, a relação, tipo, de objeto de estudo, né? Que não é um objeto de estudo, a gente precisa entender, porque na academia eles sempre colocam essa grande parede, né? Essa grande quarta parede, seguindo Brecht, entre quem faz a pesquisa e quem necessariamente vive o que a gente tá discutindo. E aí eu sempre tive... meu rolê sempre foi com dissidência sexual e de gênero, de maneira geral, assim, eu sempre tive muito cuidado no... qual o local que eu tô falando. Então eu gosto de deixar claro que eu estou falando do local de mulher cis, que pesquisa travestilidade, que pesquisa perspectivas e aspectos femininos de

---

<sup>59</sup> Segundo Silva (2018), a chamada “primavera estudantil” que ocorreu entre os anos de 2015 e 2016, alcançou mais de mil instituições de ensino ocupadas por estudantes em todo o Brasil. Iniciada com o movimento de secundaristas de São Paulo contra a reestruturação da rede escolar estadual, que previa fechamentos de escolas e transferências de alunos/alunas e funcionários/funcionárias para outras unidades, o movimento espalhou-se para outros estados brasileiros. No caso dos/das estudantes universitários/universitárias, que entraram a partir a “segunda fase” do movimento em junho de 2016, início do Governo Temer após a derrubada da presidenta Dilma, a autora aponta três principais razões para sua participação: a Proposta de Emenda Constitucional n. 241 que congelou os gastos públicos por até vinte anos; a medida provisória n. 746/2016 que trazia uma reforma para o ensino médio; e as ações vinculadas ao “Escola sem Partido”. Conforme Gaudêncio Frigotto, “o Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados”. (2017, p. 29). Nesse sentido, pode-se afirmar que “[...] no caso do Escola sem Partido, é comum o ataque à ideários que leem como ‘pautas de esquerda’ - como falar em direitos de minorias - mas, ao mesmo tempo, não se aplica a casos em que se defende pautas tidas como “de direita” como a defesa da pena de morte, a relativização do nazismo ou da tortura realizada durante a Ditadura Militar no Brasil” (Vencato, Silva e Alvarenga, 2018, p. 595).

gênero, tá? Então eu acho muito importante colocar isso, porque o que eu tô falando aqui não é uma verdade absoluta, não parte de um ponto de vista geral, muito menos eu consigo entender, compreender de maneira efetiva o que acontece, né, no dia-a-dia, no cotidiano das pessoas trans, mas eu tento, de alguma maneira, a partir do meu local de cis, fazer alguma coisa. E o projeto Transeducação foi exatamente essa cisão, assim, que me trouxe do limbo, ele me colocou no local que eu disse “ah, não, agora eu tô realmente fazendo o que eu acho que é certo”, porque eu saí desse local de pesquisadora, acadêmica, desse olhar, e consegui ver na prática, sabe? (Bela Berenguer)

Bela relata que, ainda quando era “*calourinha*”, estabeleceu uma relação de parceria acadêmica com Natanael Duarte, professor do curso de Letras, e, a partir disso, entrou em contato com a teoria *queer* e desenvolveu trabalhos com mulheres quilombolas e com “as perspectivas da transexualidade”. Persistia um incômodo compartilhado por ambos, uma sensação de que aquilo que faziam ficava só “na bolhinha da universidade”. Em 2019 o projeto “Transeducação: educação, cidadania e inclusão de grupos subalternos” foi aprovado em um edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFRPE, o que permitiu, em parceria com o Instituto Transviver<sup>60</sup>, a criação de um supletivo para pessoas trans e travestis.

Durante o ano de 2019 o supletivo “Transeducação” funcionou aos sábados, das nove da manhã às treze da tarde em uma Escola Estadual no centro de Recife. Segundo as estimativas de Bela, eram cerca de dezesseis voluntários/voluntárias atuando no projeto. Já em relação as estratégias para alcançar possíveis estudantes, Bela relata que foram feitos *posts* nas redes sociais e o “boca-a-boca” entre pessoas que frequentavam o Instituto Transviver, o Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBTQ+ da Prefeitura do Recife. Naquele primeiro ano o projeto recebeu aproximadamente quarenta inscrições.

Já em 2020, com a pandemia de Covid-19, o projeto passou por algumas reformulações. O trabalho passou a ser realizado de forma totalmente remota utilizando ferramentas como *e-mail*, *google classroom* e *whatsapp*; a abrangência do projeto passou do nível local para o nacional e, seguindo uma avaliação do trabalho feito e do novo contexto, a caracterização como um curso preparatório para o ensino superior tornou-se mais latente em relação ao seu caráter de supletivo. Para o modo *on-line*, o curso recebeu por volta de sessenta inscrições. Diferente

---

<sup>60</sup> Segundo as informações em sua página no *facebook*, o instituto Transviver está localizado em Recife – PE e desenvolve uma série de ações e projetos voltados para o público LGBTQ+, como um time de futsal de homens trans e um curso de inglês para pessoas LGBTQ+.

de 2019, quando o curso acontecia com aulas em dias previamente definidos, em 2020 o projeto tomou uma forma mais fluída e era realizado um trabalho de acompanhamento dos estudos, com envio de material e questões e auxílios com dúvidas.

Apesar do apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Bela avalia que o recurso financeiro era insuficiente para as necessidades do projeto. Segundo ela, voluntários/voluntárias e estudantes usavam seus próprios recursos para comprar alimentos

A gente gastava muito com comida pra, querendo ou não, chamar a galera, lanchinho e não sei o quê. Querendo ou não, isso sempre foi um fator, assim, pra, de alguma forma, chamar pra perto, sabe? E eu fiquei muito triste porque em alguns momentos eu não tinha condições realmente de fazer. (Bela Berenguer)

Outra urgência era o dinheiro para as passagens de ônibus dos/das estudantes. Ela ilustra suas afirmações com os exemplos de uma estudante travesti que utilizava o Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) de uma tia para conseguir frequentar o curso e de uma estudante “lésbica, bem masculinizada” que fazia um longo percurso de bicicleta de sua casa até a escola. A própria Bela relata já ter emprestado o seu VEM para estudantes do curso, mas demonstrou insatisfação por não conseguir garantir a assistência a todos/todas os/as estudantes.

No momento da entrevista, Bela aponta que o futuro do Transeducação em 2021 ainda era incerto. Segundo ela, os/as voluntários/voluntárias aguardavam os resultados do ENEM para avaliar o trabalho realizado e a situação da pandemia de Covid-19 para conhecer os limites e possibilidades e definir a melhor forma de trabalho.

## **6. Situações-limite, sonhos possíveis**

No centro de Belo Horizonte, nas proximidades da praça Raul Soares, localiza-se o conjunto Governador Kubitschek, formado por dois grandes blocos e projetado por Oscar Niemeyer, sua arquitetura monumental prendeu a minha atenção desde a primeira vez em que estive na cidade. Em uma tarde de ócio, decidi usar algumas horas para ler matérias sobre o “Edifício JK”, como ele é mais conhecido. Sem expectativa de encontrar alguma relação entre essas leituras feitas somente por diversão e a minha pesquisa, fui chamado de volta para ela em

uma matéria publicada pelo jornal “O Estado de Minas” quando, em seus trechos finais, era louvada a nova fase do conjunto, abandonando um passado povoado por travestis e outros “grupos indesejados” e tornando-se um lugar “valorizado, com quitinetes ofertadas na casa dos R\$ 150 mil, [...] ganhando cada vez mais a simpatia de estudantes, artistas, arquitetos e aposentados.” (EM, 2014, s.p.). Não apenas é feita uma cruel associação entre travestis e decadência, é ainda anunciada a suposta impossibilidade para as travestis de serem, também, estudantes, artistas, arquitetas e aposentadas. O objetivo aqui não é estabelecer hierarquias para defender que algumas travestis possam morar onde quer que seja, desde que ostentem uma profissão “respeitável”, enquanto outras deveriam ser barradas, mas identificar a presença da mesma presunção equivocada, já analisada por Vencato (2002) de que travestis são necessariamente prostitutas, ignorando todas as outras experiências possíveis.

Apesar disso, não podemos tão somente anunciar as múltiplas possibilidades sem notar os processos que servem de base para tais afirmações, A ANTRA e o IBTE (2021), por exemplo, estimam em 90% a taxa de mulheres trans e travestis que tem a prostituição como fonte principal ou complementar de renda. Caio Pedra (2018), ao investigar as exclusões econômica, laboral, formativa, sócio-sanitária, urbano-territorial, relacional e política que atingem as travestis e pessoas transexuais, considerou esse “um exemplo claro de grupo privado do acesso a cidadania e do exercício de direitos com que ela se relaciona” (p. 216); como discutimos anteriormente, Berenice Bento (2011) afirma que, nas escolas, tal grupo é alvo de um “processo de exclusão, e não de evasão” (p. 555), definido por Luma Andrade (2012) como “evasão involuntária” (p. 247) .

É importante destacar ainda que é preciso cuidado ao tratar a prostituição como uma experiência necessariamente negativa. Indianare Siqueira, no prefácio do “E se eu fosse puta” de Amara Moira (2016)<sup>61</sup>, afirma

Eu sempre falava: ser travesti tudo bem, puta jamais. E quando saí de casa, justamente com todas as minhas qualificações profissionais como chef de cozinha, cozinheira, pizzaiola, etc., ninguém me dava trabalho. Eu teria que sobreviver de alguma maneira, né? Sim, e eu dormi na rua, tudo, tudo, até ir enfim pra prostituição. Encontrei nas prostitutas justamente uma acolhida, nas travestis prostitutas uma grande acolhida. (SIQUEIRA, 2016, s.p.)

---

<sup>61</sup> A própria posição da autora durante a produção do livro, prostituta e doutoranda em teoria literária pela UNICAMP, é útil para desestabilizar as imagens que se produzem sobre as travestis.

De modo semelhante, Larissa Pelúcio (2005) assinala as múltiplas possibilidades de compreensão sobre a prostituição das travestis que passam pela sua caracterização como uma “atividade desprestigiada”, como “forma de ascender socialmente” e como “um trabalho”, como aponta a autora, “Essas posições não são estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam” (p. 223). O desafio, portanto, é compreender a diversidade de experiências na prostituição, bem como pautar projetos que defendam as múltiplas possibilidades para pessoas trans e travestis. Essa posição pode ser resumida pela proposta de Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Bruna Benevides

Prostituição não é crime no Brasil, poderia ser uma opção para muitas de nós, mas numa sociedade justa não podemos suportar que qualquer pessoa esteja nessa profissão enquanto destino compulsório, inicial e final de sua existência. (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p. 9)

Se hoje há manchetes que celebram as conquistas pioneiras de nomes como o de Luma Nogueira de Andrade<sup>62</sup>, Megg Rayara Gomes de Oliveira<sup>63</sup>, Bruno Silva de Santana<sup>64</sup> e Luc Kuruta<sup>65</sup>, a comemoração por essas pioneiras/pioneiros/pioneiras são também um permanente lembrete da longa trajetória, ainda não encerrada, de exclusões, especialmente quando observamos o quão recente elas aconteceram. Apesar disso, tais narrativas também evitam o fatalismo dos lugares possíveis para as pessoas trans e travestis, sem recorrer a um discurso abstrato de igualdade formal que oculte a transfobia. Como reflete Raul Capistrano, há uma distância entre a situação legal, posto que não há previsão jurídica que impeça o acesso das pessoas trans às instituições escolares, e a “situação concreta”.

Então, assim, o principal desafio... o acesso é realmente a resistência, principalmente nesse contexto nosso da ofensiva antigênero, sabe? O discurso está aberto no sentido da não aceitação, né? O desafio de várias pessoas ao longo do tempo, a partir de várias experiências, de vários discursos, a partir de como emergiu essa questão das transexualidades na atualidade, fazer com que a pessoa se empodere no sentido de

<sup>62</sup> “Primeira travesti a fazer doutorado no Brasil defende tese sobre discriminação” (GELEDES, 2012)

<sup>63</sup> “Após vida marcada por preconceito, travesti negra conquista título de doutora na UFPR” (G1, 2017).

<sup>64</sup> “Primeiro homem trans a graduar em universidade pública da BA, professor de educação física relata rotina de luta: ‘Percurso solitário’” (G1, 2018).

<sup>65</sup> “‘Bem do Rio’: conheça o 1º aluno não-binário a ter nome social reconhecido na UFRJ: ‘Posso ser quem eu sou’” (G1, 2019).

existir e de estar na sala de aula, mas, ao mesmo tempo, lidar com o cotidiano atrasado, conservador e violento que insiste em dizer pra ela de várias formas que ali não é o espaço dela, e que não existe espaço pra ela e que ela não deveria existir. Então é o conflito da consciência com a resistência, né? Eu acho isso problemático, é um sofrimento, sabe? Eu tendo a falar que é importante que a pessoa se empodere, que a pessoa consiga ter uma consciência de si, uma consciência de si no mundo, mas, ao mesmo tempo, essa consciência traz um sofrimento quando você entende que você tem direito, mas, ao mesmo tempo, a sociedade continua te dizendo que você não tem. Na prática, não te dá, mas você tem a consciência que tem. Então, se você não atua, é como se você tivesse cedendo, mesmo sabendo que tem. Então você ceder é muito sofrimento. Você não reagir é como se você estivesse desistindo. Mas, ao mesmo tempo, você reagir é ter que enfrentar essas situações tão violentas e que ferem. Então você fica assim, nesse embate. [...] Esse lugar intermediário é muito complicado. Então eu acho assim, pra mim os desafios que eu considero piores é o lugar de pensar o acesso, de entender o direito do acesso, mas, não ser obrigado a ter força pra lidar com aquelas violências que você sabe que você vai ter que enfrentar. (Raul Capistrano)

De maneira semelhante, Jacson Caldas enxerga os cursinhos pré-vestibulares como uma resposta ao que considera uma omissão do Estado em seu papel de garantir a efetividade do direito à educação para todas/todos/todes.

Eu acho que um pré-vestibular voltado especificamente para essas categorias é uma maneira de dizer “olha, existem possibilidades de ingresso na universidade, vocês podem ser o que vocês quiserem, vocês têm direito a educação. Mesmo que o Estado não esteja garantindo essa educação, existem pessoas que se solidarizam com a situação de vocês e estão tentando, através da difusão do conhecimento, ajudar vocês na realização de determinados sonhos”, que é o sonho da carreira acadêmica, o sonho de estar inserido nos espaços de educação e de produção de conhecimento. (Jacson Caldas)

Nestes pré-vestibulares o diagnóstico sobre as trajetórias precarizadas das pessoas trans e travestis não é lido como uma consequência necessária ou como um destino incontornável – assim fosse, não haveria sentido em construir tais projetos -, mas como uma situação. Esse deslocamento pode ser visto à luz do que fala Paulo Freire (2019a) ao apontar a possibilidade de compreender as “situações-limite” como “dimensões concretas e histórias de uma dada realidade” (p.125), o que torna possível a realização de “atos-limites” para superá-las.

Esta é a razão pela qual não são as “situações-limite”, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das “situações-limite” (FREIRE, 2019a, p.126)

A partir da posição crítica sobre as desigualdades e as violências transfóbicas que atinge as pessoas trans, surge a necessidade de sonhar coletivamente com a sua superação. Além disso, as pessoas cis e trans envolvidas nos projetos que aqui analisamos buscam tornar os cursinhos

como lugares de esperança, assumindo o discurso dos vários destinos possíveis para desenvolver a crença dos/das estudantes nessas possibilidades.

Jeff, eu acho que, principalmente, apresentar, sabe? Porque muitas vezes essa comunidade, esse grupo, não entende... não teve acesso, não é que não entende, não teve acesso ao que é a universidade, sabe? Primeiro a gente precisa mostrar o que é a universidade, pra saber direcionar muitas vezes o que é que essas pessoas querem, sabe? Qual são as possibilidades que a universidade traz... por exemplo, como eu te falei que eu já trabalhei em pré-vestibulares privados, era outra realidade, era bem diferente, os problemas dos meninos eram outros, mas eu vi que era uma pressão muito psicológica, sabe? Então eu já botei gente no meu colo chorando porque não sabia o que queria da vida, não sabia e não sabia... era um problema daquele grupo, mas ali no pré-vestibular direcionado a pessoas trans tem uma semelhança, claro, mas tem profundidades muito mais abissais, assim, sabe? Eram questões de apresentação mesmo, de compreensão daquele universo.  
(Bela Berenguer)

O transviando, ele entrou muito como um apoiador assim, sabe? Um grupo de colaboração, uma rede de – principalmente, a gente sempre dizia isso – que lá funcionava como uma rede de afeto porque, como eu disse, foi o primeiro contato de muita gente com a universidade pela primeira vez. Então a gente se preocupou muito com isso de fazer uma boa recepção, mostrar que o ambiente poderia e deve ser ocupado por essas pessoas, então a gente falava o tempo todo sobre isso nas aulas, falava em reuniões que a gente fazia, ou até mesmo em algumas poucas comemorações que nós fizemos por conta de alguns ciclos que foram encerrados, então o pré-vestibular tem essa possibilidade de permitir o acesso a pessoas que não tem condições de pagar porque a gente sabe que cursinho pré-vestibular é algo muito caro e, além de ser algo muito caro, não só por ser algo caro, possa ser que existam pessoas trans e travestis que tenham condições de pagar, mas não serão bem vistas nesses lugares, não serão bem recepcionadas. Então muita gente falava sobre isso. Então um cursinho pré-vestibular direcionado nesse sentido ele vai fazer com que essas pessoas entendam que o papel delas também é ali na sala de aula, estudando e vendo uma possibilidade de atingir o mercado de trabalho sem serstituindo o próprio corpo ou trabalhando em empregos de nicho como telemarketing ou como cabelereira, cabelereiro, enfim, entre esses universos aí.  
(Josivan Vieira)

Nesse sentido, algumas das estratégias assumidas pelos pré-vestibulares, ao buscar apresentar pessoas trans e travestis em diferentes profissões e ocupações, guarda profunda semelhança com o que foi analisado por Mario Carvalho (2015) como “regimes de visibilidades alternativos de experiências trans”<sup>66</sup>. Um exemplo disso é o desejo de ter pessoas trans

---

<sup>66</sup> Em sua tese de doutorado em saúde coletiva pela UERJ, Mario Carvalho (2015) discutiu sobre visibilidade no ativismo de pessoas trans no Brasil. Ao investigar, por exemplo, a programação do “I Seminário de Cidadania Trans” realizado no Rio de Janeiro, o autor vai identificar a existência de regimes de visibilidade alternativos “criando novos padrões para as experiências trans que buscam diminuir, suprimir ou inverter a discrepância entre a identidade social virtual”. (p.35)

compondo o corpo docente dos cursinhos como forma de desenvolver a crença dos/das/des estudantes em suas próprias possibilidades.

Inclusive a gente queria no transviando que alguns professores e professoras trans também pudessem dar aula, porque essas pessoas também se veriam naquela posição. Então assim, enquanto você não se vê naquela posição fica difícil pra você imaginar que você é capaz de chegar naquele espaço ali, de você ocupar aquela cadeira, de você estar naquele lugar. Então a gente trazia isso inclusive nos materiais, essa vivência de outras pessoas de sucesso, pessoas trans de sucesso, então a importância está justamente aí, de você ocupar, o fato de você estar ocupando faz com que outras pessoas se vejam naquele espaço e essa rede só vá aumentando. Isso se dá em qualquer outra instância. O recorte sempre vai existir, né? O recorte de raça, por exemplo, é um debate que a gente faz muito em relação a raça, “quantos professores negros você tem?”, “quantos alunos negros existem na sua sala de aula?”, então, assim, dentro dessa questão hoje a gente pode trazer “quantos professores ou professoras trans você tem?”, “quantos colegas você tem dentro da sua sala de aula?” e isso se você for puxar vai ser ainda menor principalmente se forem pessoas transexuais negras que já tem esse recorte racial em cima de gênero que vai acabar com absolutamente tudo e qualquer possibilidade. Então essa necessidade de estar presente, de ocupar, é justamente pra gente ter uma representatividade e mostrar para essas pessoas que elas também são capazes de ocupar esses espaços. (Josivan Vieira)

Outro relato interessante foi feito por Raul Capistrano. Ele, que fez questão de registrar uma foto ao lado da placa do Centro de Atividades em Ciências Humanas da UFMG no período em que foi aluno de uma disciplina ministrada por uma professora trans, contou que, como estratégia para garantir a qualidade das aulas do Transenem, os/as interessados/interessadas em atuar como professores/professoras. Quando surgiu a possibilidade de uma das disciplinas ser ministrada por uma mulher trans que ainda estava na graduação, o critério foi revisto. A equação entre os ganhos potenciais em exigir o diploma para todas as pessoas interessadas e em ter uma pessoa trans exercendo a docência teve como resultado a introdução de um novo critério, a partir daquele momento definiu-se que pessoas trans poderiam concorrer aos cargos de docência mesmo que ainda estivessem cursando a graduação.

Estes dados são ainda mais interessantes quando confrontados com pesquisas que investigam as experiências de docentes trans e travestis na educação formal. Torres e Prado (2014), por exemplo, recorrem às categorias sociológicas “*outsiders*” e “estabelecidos” para

analisar os processos de subalternização de professoras transexuais e travestis nas dinâmicas de interação social no contexto escolar, categorias que, no contexto específico dos cursinhos em sua descentralização da cisnormatividade, perdem a sua validade.

Para Maria Rita de Assis César, Dayana Santos e Amanda da Silva, (2019), as normas de gênero fundadas no dimorfismo sexual “acabam por traçar um território de abjeção na escola” (p.587), que torna a própria ideia de corpos trans em cargos de docência ou gestão como algo impensável, o que, nas entrevistas que realizei, não só foi deslocada para o território do “pensável” como constituiu-se desejo por parte das pessoas cis e trans. Além disso, a investigação de Marina Reidel (2013) sobre professoras travestis e transexuais identificou um forte sentimento de insegurança em relação à possibilidade de demissão e um constante escrutínio moral, o que motiva uma busca intensa para provar suas capacidades e competências profissionais. Já o exemplo de Raul Capistrano, ao informar da flexibilização de um critério, inicialmente pensado como atestado prévio da qualidade do trabalho, aponta para uma situação onde os possíveis ganhos com a presença de um/uma professor/professora/professore trans são parte do projeto de educação dos cursinhos. Nesse sentido, as/os/es docentes trans ecoam a afirmação de que “muitos corpos escapam [aos mecanismos de controle] e a formação acadêmica se revela em uma estratégia de enfrentamento bastante poderosa” (OLIVEIRA, 2020a, p.176), tornando tais presenças uma espécie de utopia encarnada, de sonho concreto, de primeiros sinais do futuro que os cursinhos buscam ativamente construir.

Recorro ao exercício de comparação entre aquilo que encontrei em minhas entrevistas e as análises feitas no contexto da educação formal não para defender que essa continue com suas estruturas cisheterossexistas intocadas ou para sugerir a criação de microespaços de valorização das trajetórias trans, mas para, seguindo o trabalho de tradução que complementa a proposta das sociologias da ausências e das emergências (SANTOS, 2009), identificar possibilidades de emancipação social em experiências já existentes.

A esperança na possibilidade de superar os processos de exclusão e as violências que atingem as pessoas trans e travestis, uma espécie de motor dos pré-vestibulares que aqui estudamos, e as ações que os/as/es voluntários/as/es assumem nesse sentido podem ser vistos a partir das discussões propostas por Paulo Freire (2021a; 2021b) em que defende o ato de sonhar como “arquitutar, significa conjecturar sobre o amanhã” (2021b, p.354). Ao refletir sobre as considerações de Paulo Freire sobre os sonhos possíveis, Ana Freitas destaca

Vale dizer que o *sonho possível* não se trata de uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade como mutável, a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos. Desse modo, incluir-se na luta por *sonhos possíveis* implica assumir um duplo compromisso: o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades de sua democratização, bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades. (FREITAS, 2021, P.40-41)

Como já discutimos anteriormente, podemos entender as percepções dos/das/des voluntários/voluntárias/voluntárias sobre a transfobia desde a concepção freireana de “situação-limite”. Para Freire, nas situações-limite “se encontram razões de ser para ambas as posições: a esperançosa e a desesperançosa” (2020, p.16). Ao participarem das comunidades constituídas pelos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis, os/as/es interlocutores/as demonstraram a esperança como fundamento de suas práticas. É o que demonstra, por exemplo, Isabella Silva, que acredita na possibilidade do trabalho na/da educação “ecoar para outros setores da sociedade”. Apesar de indicar que não acredita que a mudança está próxima, nossa interlocutora demonstra crer em sua chegada - “*vai acontecer um dia, assim espero. Não vou estar mais aqui, mas assim espero*” (Isabella Silva).

Novamente Freire nos ajuda a entender o que nossos interlocutores/interlocutoras esperam construindo e constroem esperando. Para o autor (2019a), ao transcender a imagem das situações limites como situações-limite como “determinantes históricas esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se” (p. 130) é possível vislumbrar “além delas e em relação com elas, o ‘inédito-viável’” (*ibid.*). Apesar de não ser possível afirmar que estamos nesse “novo momento”, posto ainda há muito a ser superado, alguns exemplos são vistos como sinais do sucesso do trabalho nos cursinhos, como podemos ver no relato de Raul Capistrano

Muitas pessoas acabaram que estavam lá porque queriam, porque, querendo ou não, o cursinho já tinha uma rede atuando nele, então quem entrava no cursinho já passava a ter acesso a várias pessoas, vários lugares e várias coisas, né? Então, assim, muitas pessoas saíram do transenem porque não queriam fazer o ENEM, mas viram que elas podiam e tinham o direito de atuar em certa área ou de trabalhar em certo lugar. Então, assim, muitas pessoas saíram pra trabalhar, coisas que até então elas não tinham

vontade de sair de casa, porque o mundo que elas conheciam era aquele mundo de “eu sou trans e o mundo não tem espaço pra mim, o mundo é violento”, então, ao socializar no cursinho, não só com as pessoas trans, mas com pessoas cis, foi importante pra poder abrir uma possibilidade de lidar com o mundo lá fora. Assim, *“tem pessoas, dá pra conviver com algumas pessoas. Não são todas, mas dá”, né?* O que, é lógico, esse foi um dos motivos que eu entendo que o cursinho passasse a caminhar pra não existir mais, porque, assim, eu sempre tive comigo que o objetivo do transenem, pra mim, era acabar um dia, porque enquanto existir transenem quer dizer que a nossa educação não tá atendendo. Então, assim, quanto mais rápido ele acabar positivamente quer dizer que mais rápido nossa educação tá atendendo essas pessoas, então o meu objetivo era esse. Então, assim, algumas pessoas saindo de lá pra poder viverem suas vidas ou verem que é possível... então muitas saíram de lá, assim, porque queriam continuar estudando, mas não lá, *“eu não quero mais estudar em um cursinho específico para pessoas trans, porque agora, se eu aprendi a partir dali que eu posso ocupar a cidade, eu posso ir ao shopping, eu posso ir ao cinema, eu posso ir a praça da estação, eu posso fazer um monte de coisa, por que eu não posso frequentar a escola? Agora eu quero que as escolas me aceitem”,* entendeu? Então assim, este movimento partiu dos alunos, de alguns, né? Porque a gente não poderia chegar pra esses alunos em nenhum momento do transenem, nem no começo e nem no fim, e dizer *“olha, vocês têm direito de ocupar as escolas. Vão lá e exijam”, não, entende? Esse movimento tem que ser da consciência, sabe? “eu tenho direito de conviver nesse espaço e eu quero esse espaço”,* então, assim, foi acontecendo e ainda continua a acontecer. Pode acontecer, por exemplo de, talvez, no ano que vem, por vários motivos, algumas pessoas chegarem e falarem *“nós queremos um cursinho específico de novo”,* por outros motivos que eu não consigo nem imaginar nem quais seriam, mas é possível que a gente haja motivos novos, totalmente diferentes dos primeiros, saca? Mas é. (Raul Capistrano)

A sua afirmação de que o objetivo do cursinho era “acabar um dia” revela essa expectativa de construção de um futuro onde ele não mais precisará existir – o que pressupõe uma avaliação da existência dos cursinhos como **necessidade**. Além disso, ao deixar aberta a possibilidade de que o cursinho seja recriado por “motivos novos, totalmente diferentes dos primeiros” nosso interlocutor aponta para o caráter incerto do “inédito-viável”, como avalia Ana Maria Freire

O inédito-viável nos diz, claramente, que não há o reino do definitivo, do pronto e do acabado; do nirvana da certeza e da quietude perfeita dos sonhos possíveis. Ele se

nutre da inconclusão humana, não tem um fim, um termo definitivo de chegada. É sempre, pois devenir, pois alcançado o inédito-viável pelo qual sonhamos e lutamos, dele mesmo, já não mais um sonho que seria possível, mas o sonho possível realizando-se, a utopia alcançada, ele faz brotar outros tantos inéditos viáveis quantos caibam em nossos sentimentos e em nossa razão ditada pelas nossas necessidades mais autênticas. Isso diante da dinâmica que eles implicam porque sendo palavra/práxis eles estão radical e essencialmente ligados ao que há de mais ontologicamente humano em nós: a esperança **do** e **nos** movimentos de aperfeiçoamento de nós mesmos e de nosso construir social-histórico para a paz, a justiça e a democracia. (FREIRE, 2019, p.264)

Por fim, outro ponto que destaco na fala de Raul é a visão dos pré-vestibulares como pontos de partida para projetos e futuros diversos. Se o ingresso e consequente profissionalização em uma instituição de ensino superior aparece em primeiro plano, este não é um padrão de sucesso/fracasso rígido para avaliar o trabalho dos cursinhos e as trajetórias dos/das/des educandos/as/es. Processos que vão desde a opção por frequentar algum curso até a percepção do direito à cidade são apresentados por nosso interlocutor como possíveis resultados positivos. Bela Berenguer, ao comentar como as relações voluntários/as/es-alunos/as/es e alunos/as/es-alunos/as/es, afirma que a experiência no cursinho “abre caminhos” e faz com que os/as/es educandos/as/es se perguntem “por que não?”

Eu tenho certeza, vai levar a uma outra relação fora do pré-vestibular... a possibilidade de novamente estar dentro de uma escola, sabe? Enfim, de ter acesso, mesmo que ocorra de você não passar no vestibular ou passar na prova do supletivo, que foi o caso da gente, vai abrir caminhos. Eu acho que a partir do momento que ele ou ela fala “Não, eu tô aqui e eu posso, por que não?” eu acho que isso traz, que é isso que a gente tentava passar pra eles e elas: “Por que não? Por que não tentar?” (Bela Berenguer)

Dessa forma, a utopia possível que os cursinhos desejam não se reduz, ao ingresso nas universidades e no acesso aos postos formais de emprego por pessoas trans e travestis, ainda que esse ponto seja fundamental e, de certa forma, pontapé inicial para as suas construções. Acima disso, os pré-vestibulares que aqui tratamos sonham com alcançar um “novo” em que as exclusões e violências deem lugar ao mundo como possibilidade.

## 7. Colonialidade do saber, ecologia de saberes

Apesar de figurar no plano principal, as possíveis mudanças que podem ocorrer nas trajetórias individuais dos/das/des educandos/as/es trans que entrarem na universidade – como o acesso a profissões especializadas e a possível ascensão social – não é a única consequência esperada pelas pessoas voluntárias dos cursinhos. De modo mais tímido, aparecem também expectativas relacionadas a transformações nas instituições de ensino superior e na produção do conhecimento por elas realizada.

A discussão sobre a exclusão de determinados grupos sociais e a participação privilegiada de outros no que se reconhece como conhecimento socialmente sancionado é feita por uma ampla gama de autores/autoras de diferentes vertentes. Um exemplo disso se dá na defesa de Nancy Hartsock (1987) da adoção do “*feminist standpoint*” (ponto de vista feminista), argumentando que, assim como o pensamento marxista defende que o ponto de vista proletário permite ir além da ideologia burguesa, “um ponto de vista feminista nos permite entender instituições e ideologias patriarcais como inversões perversas de relações sociais mais humanas” (p. 284)<sup>67</sup>. Sandra Harding (2019), também discutindo a partir do feminismo, afirma que

O esforço inicial da teoria feminista foi o de estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar visíveis as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente no âmbito das diferentes tradições intelectuais. Se a natureza e as atividades das mulheres são tão sociais quanto a dos homens, nossos discursos teóricos deveriam ser capazes de revelar nossas vidas com tanta clareza e detalhe quanto supomos que as abordagens tradicionais revelem a vida dos homens. Acreditávamos, então, que nos seria possível tornar objetivas ou exatas as categorias e os conceitos das abordagens tradicionais onde elas ainda não o fossem. (HARDING, 2019, p.95)

---

<sup>67</sup> Tradução nossa. No original “... *a feminist standpoint can allow us to understand patriarchal institutions and ideologies as perverse inversions of more humane social relations*”.

Para a autora, tal iniciativa foi frustrada ao perceber que “nem as atividades das mulheres nem as relações de gênero (dentro dos gêneros e entre os gêneros) podem ser simplesmente acrescentadas aos discursos sem distorcê-los e sem deturpar nossos próprios temas” (p.95). Decorre disso o argumento de que a simples “extensão” das teorias às preocupações feministas é insuficientes para uma compreensão das experiências das mulheres. Aliás, para a autora, a própria queda da ideia da “mulher universal”, assumida inicialmente pelo próprio feminismo, decorreu do encontro dessa teoria com a diversidade de experiências das mulheres. Dessa forma, para a autora, a posição feminista incorre em algumas consequências epistemológicas, como, por exemplo, “aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática.” (p.99). Cabe alertar que tanto nas proposições de Nancy Hartsock quanto nas de Sandra Harding o sexo permanece como um fundamento último, como um dado natural, da distinção entre homens e mulheres, ainda que as propostas de ambas discutam principalmente em termos de relações sociais e, especialmente no caso de Harding, seja apontada a dificuldade em falar de mulheres em termos universalizantes.

Ainda sobre a discussão entre posicionamentos sociais e produção de conhecimento, Patricia Hill Collins (2016) desenvolve a ideia de *outsider within*<sup>68</sup> para pensar a experiência das mulheres negras nos Estados Unidos, especialmente as que trabalham como empregadas domésticas de famílias brancas, defendendo que tal *status* fornece um ponto de vista que deve ser considerada pela sociologia. Além disso, Collins (2019) afirma que

Como teoria social crítica, o pensamento feminista negro estadunidense reflete os interesses e o ponto de vista daquelas que o elaboraram. Rastrear a origem e a difusão do pensamento feminista negro, ou de qualquer conjunto comparável de conhecimentos especializados, revela afinidades com o poder do grupo que o criou. Como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses. Consequentemente, as experiências das mulheres negras estadunidenses, e de todas as afrodescendentes, foram

---

<sup>68</sup> Reproduzo aqui a nota da tradução do artigo: “O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optamos por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser ‘forasteiras de dentro’, ‘estrangeiras de dentro’” (n. da t., 2016, p.99)

sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento. (COLLINS, 2019 p. 401)

É notável a produção de Gloria Anzaldúa (1987) ao reivindicar a fronteira, a encruzilhada, a consciência *mestiza* e um complexo posicionamento social, em lugar da objetividade e da neutralidade, como o local de onde fala.

Outro elemento dessas discussões é o “lugar de fala”. Como afirma Djamila Ribeiro

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços. É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até em relação a quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem nada a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO, 2019, p.64)

Como fica evidente nesse trecho, a ideia de “lugar de fala” não busca estabelecer um regime estrito de autorização/desautorização discursiva sobre determinados temas, mas assumir um posicionamento crítico frente à uma imbricação formada por elementos como *locus* social, recepção do discurso e acesso à espaços de poder. Apesar de, muitas vezes, ser acionada como recurso de autorização/desautorização discursiva, a ideia de alguém “não ter lugar de fala” não encontra lastro na formulação do conceito.

Podemos verificar a centralidade dessas preocupações também nas produções da teoria decolonial, especialmente nas formulações sobre “colonialidade do saber”. Como afirmam Eduardo Restrepo e Axel Rojas

Como vimos com a colonialidade do poder e com a raça, se tratam de categorias centrais da inflexão decolonial que têm sido objeto de amplas conceitualizações por parte dos membros da coletividade. Outra noção central na inflexão decolonial tem sido a da colonialidade do saber; não obstante esta tem sido objeto de uma elaboração menos cuidadosa e ampla que as anteriores. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p.130)<sup>69</sup>

Em diálogo com esse tema, Maldonado-Torres discute sobre a relação entre “colonialidade do ser” e “colonialidade do saber” (2007) e Mignolo (2008) defende uma “desobediência epistêmica”. Em relação a população trans, Viviane Vergueiro (2015) discute a ideia de “cistemas<sup>70</sup> acadêmicos” para pensar a colonialidade do saber como um dos eixos de dominação que é exercido sobre esse grupo.

Ainda pensando a partir das produções decoloniais, são particularmente interessantes para nós algumas das formulações feitas por Ramón Grosfoguel. Ao refletir sobre conhecimento, o autor defende que

O essencial aqui é o lócus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “ego-política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geo-político e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (GROSFOGUEL, 2008, p. 46)

---

<sup>69</sup> Tradução nossa. No original: *“Como vimos con colonialidad del poder y con raza, se trata de categorías centrales de la inflexión decolonial que han sido objeto de amplias conceptualizaciones por parte de los miembros de la colectividad. Otra noción central en la inflexión decolonial ha sido la de colonialidad del saber; no obstante ésta ha sido objeto de una elaboración menos cuidadosa y amplia que las anteriores.”*

<sup>70</sup> Com “C”, para fazer referência às noções de “cisgeneridade” e “cisnormatividade”

Ele alerta, entretanto, contra “um populismo epistêmico em que o conhecimento produzido a partir de baixo seja automaticamente um conhecimento epistêmico subalterno” (*ibid.*), o que leva à distinção entre “lugar epistêmico” e “lugar social”, defendendo que a produção de alguém posicionado/a/e em um lugar social subalterno pode, ainda assim, estar no lado dominante das relações de poder. Além disso, em sua análise sobre as estruturas das universidades ocidentalizadas, Grosfoguel (2016) relaciona quatro processos históricos - o genocídio físico e cultural de judeus e muçulmanos na conquista de Al-Andalus no século XV; a dominação sobre os povos indígenas do continente americano; a escravização e dominação dos povos africanos e a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria, iniciada na baixa idade média e intensificada nos séculos XVI e XVII – com o processo de inferiorização epistêmica

Os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI aqui discutidos trouxeram à tona a criação do poder racial e patriarcal e as estruturas epistêmicas em escala mundial emaranhadas com o processo da acumulação global capitalista. Quando, no século XVII, Descartes escreveu “penso, logo existo”, em Amsterdã, no “senso comum” de seu tempo, o “Eu” não poderia ser um africano, um indígena, um muçulmano, um judeu ou uma mulher (ocidental ou não ocidental). Todos estes sujeitos eram considerados “inferiores” ao longo da estrutura de poder global, racial e patriarcal e seu conhecimento considerado inferior, resultando nos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. O único ser dotado de uma episteme superior era o homem ocidental. Os quatro genocídios/epistemicídios são constitutivos das estruturas epistêmicas racistas/sexistas que produziram um privilégio e uma autoridade para a produção de conhecimento do homem ocidental, com a inferiorização dos demais. (GROSFUGUEL, 2016, p.42-43)

Todas essas considerações nos ajudam a compreender as reivindicações de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995) relacionados à população trans e travesti, feitas, sobretudo, pelo transfeminismo. Ao comentar em entrevista sobre o surgimento do transfeminismo, Jaqueline Gomes de Jesus afirma

O transfeminismo é uma linha novíssima de “pensamentação”. Uma linha que não surge na academia, que nos Estados Unidos vai ter uma trajetória própria e vai ser assimilada no Brasil, principalmente o que a Emi Koyama e a Julia Serano produziram lá nos Estados Unidos. Eu vou citar um homem trans em particular, mas vou falar

mais para frente. Existe uma particularidade. Quando eu penso o transfeminismo, eu faço sempre conexões com outros feminismos, principalmente com o feminismo negro. A minha leitura transfeminista vem muito de um olhar que eu tenho sobre o feminismo negro, que é óbvio, por eu ser uma mulher negra, mas eu vejo que há algo além dessa dimensão pessoal. Eu acredito firmemente no que o feminismo negro construiu, o que a Patricia Hill Collins escreveu, o que a Kimberlé Crenshaw pensou, ambas sobre particularidades do feminismo negro, a questão da interseccionalidade, a desessencialização da mulher, o reconhecimento do discurso universalizante sobre mulher como um discurso que invisibilizava mulheres negras — e também todas as outras mulheres. Eu vejo nisso uma fonte poderosa para o transfeminismo, vejo que o transfeminismo encontrou suas raízes aí no que foi pensado por essas feministas negras. (JESUS, 2018b, p.372)

Helena Vieira e Bia Paglarini Bagagli (2018) traçam um breve panorama sobre a construção do transfeminismo no Brasil, apontando a sua emergência via redes sociais e *blogs* e as disputas das quais participam em torno de temas como a artificialidade da cisgenderidade e a despatologização das transgeneridades. Ao comentar sobre o transfeminismo, Leticia Nascimento (2021) defende que este não é somente um desenvolvimento do feminismo, mas nasce também como forma de criticar e combater práticas e concepções transfóbicas no interior do movimento feminista. Além disso “os movimentos transfeministas passaram a reconhecer e valorizar a produção de conhecimentos e mobilização política de travestis e mulheres trans como tática de resistência, a exemplo do que o feminismo também historicamente se propôs” (p.73).

Outra importante contribuição para essa discussão decorre da pesquisa de Thiago Coacci (2018), onde o autor identifica conflitos entre o movimento de pessoas trans, a universidade e o Estado, marcadas pelo que ele chama de “conhecimento precário” – ou seja, a ausência ou fragilidade de dados sobre a população trans que poderiam sustentar reivindicações por políticas públicas; a insatisfação com o tipo de conhecimento produzido na universidade, frequentemente caracterizados como pouco úteis para e/ou ofensivos e baseados em má representações; e o “conhecimento contra-público”, com a produção, por exemplo, de dados sobre as mortes de pessoas trans por parte de coletivos e grupos de militância e ativismo como o Rede Trans Brasil e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Ao pensar os pré-vestibulares como um caminho para a entrada das pessoas trans no ensino superior, há uma expectativa de incidir na própria estrutura da universidade. Como

afirma Isabella Silva, “o corpo não está só progredindo, né, intelectualmente na formação, mas ele também está formando o espaço”, demonstrando que a busca por expandir as possibilidades sobre a presença das pessoas trans e travestis nas universidades traz também a expectativa de gerar um processo de formação dessas próprias instituições, o que dialoga profundamente com Sara York (2020) que, em sua análise sobre as implementações das cotas para pessoas trans e travestis nos programas de graduação e pós-graduação, afirma que

“A ausência da população travesti e transexuais no meio acadêmico nos leva à impossibilidade de termos uma academia mais plural e inclusiva, o que seria de direito em uma representação democrática, mas não de fato. A garantia da presença de pessoas travestis e transexuais no meio acadêmico promoveria a contribuição plural que as narrativas trans/travestis trazem às discussões científicas” (YORK, 2020, p.23-24)

Dessa forma, há um encontro entre os objetivos dos pré-vestibulares e das cotas para pessoas trans não só ao possibilitar outros destinos possíveis, mas também na expectativa de gerar transformações no ambiente acadêmico. Para compreendermos esse objetivo é importante, ainda, as contribuições de Guacira Lopes Louro ao afirmar que

Este tipo de luta requer “armas” peculiares. Supõe estratégias mais sutis e engenhosas. Talvez por isso a alguns escapes a força dos embates culturais. Mas os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e o das “minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, **os currículos das escolas e universidades** [grifo nosso], eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construía representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. Passamos, assim, a tomar como verdade que mulheres se constituíam no “segundo sexo” ou que *gays*, lésbicas, bissexuais eram sujeitos de sexualidades “desviantes”. Por tudo isso, colocava-se, como meta urgente para os grupos submetidos, apropriar-se dessas instâncias culturais e aí inscrever sua própria representação e sua história, pôr em evidência as questões de seu interesse. A luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados – significados produzidos em meio a relações de poder. (LOURO, 2008, p.20-21)

Ao refletir sobre o Transeducação, Bela Berenguer revela o incômodo com a ausência das pessoas trans e travestis na produção do conhecimento realizado na academia como uma das razões para a criação do projeto.

Porque a gente fala tanto em mudança de estrutura, a gente critica tanto a universidade, como é o modo que funciona, a gente fala tanto em local de fala, a gente fala tanto em ocupar espaços e, no final das contas, a gente vê que é mais do mesmo, né? Faz uma mesa falando sobre travestilidades, sobre teoria queer, sobre conceitos ligados de raça, sexualidade, gênero, indígenas, transfeminismo e a grande maioria lá são homens brancos, são mulheres brancas, cis... 98%, então eu acho que possibilitar que pessoas trans entrem na universidade vai trazer uma coerência muito maior pros discursos que a gente se uniu. (Bela Berenguer)

Já Raul Capistrano, que se declarou como um “apaixonado pelo conhecimento” e “fascinado pela universidade”, utilizou a “Feira do Artesanato do Vale do Jequitinhonha” que acontece na UFMG como um exemplo de valorização de outros saberes pela universidade. Além disso, sobre a importância da entrada das pessoas trans e travestis na universidade, ele afirma

A primeira importância é básica, é porque elas têm direito de estudar lá, independente se elas são pessoas trans, a importância é entender o direito delas de estudar lá, mas a importância pra universidade... tem a ver com a universidade passar a entender e aceitar que esses saberes plurais e diversos e que não são de base científica são importantes para as criações, pra manutenção, pra criação, pra produção do conhecimento com base científica, entende? É necessário, então, assim, acolher a comunidade, acolher as diversidades é ampliar o conhecimento, é aquilo ali que a gente quer, a gente quer ampliar o conhecimento de modo a converter a sociedade em um lugar melhor, então, assim, como a gente faz isso? A gente não pode abrir mão de nada! Então ali... quando eu faço defesa da existência de pessoas trans na universidade eu não faço defesa de “nossa, coitada dessas pessoas”, não, não tem nada de coitada, elas têm o direito de estar lá, ponto, a outra parte é que nós não estamos ali porque nós somos... nós gostamos, nós queremos lidar, nós queremos conviver com o conhecimento e quem gosta de conhecimento de modo a sempre querer mais. Então... por que a gente vai selecionar? “esse a gente não quer, esse a gente quer”, não, eu

quero tudo, eu tenho fome e quero todo o conhecimento possível, e ali tem vários, saca? Então não tem a ver com um certo romantismo ou “olha, vamos atender...”, não, não tem a ver caridade não, tem a ver com sermos espertos, sermos inteligentes, a gente quer produzir, a gente quer conhecimento, a gente quer ter arcabouço, a gente quer ter estrutura pra poder mudar e a gente não pode abrir mão de nada. Então aqueles conhecimentos ali são importantes, são outras perspectivas, são outras visões de mundo e que a gente quer abraçar todos. (Raul Capistrano)

Essa crítica à ausência das possíveis contribuições das pessoas trans para a produção do conhecimento pode ser traduzida como um desejo de superar o “pensamento abissal” que, para Santos (2007), “consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis” (p.1). A exclusão das pessoas trans e travestis da produção do conhecimento é vista pelas pessoas que entrevistamos como resultado de um longo e contínuo processo de expulsão desse grupo do sistema de educação formal. Além disso, para Raul Capistrano, a experiência no projeto foi um desafio intelectual.

Assim, faz com que eu seja esse sujeito que você vê aí, que tem toda essa esperança e alegria pra falar em educação e ser professor, porque assim, é, a potência que eu vi... eu comecei dando aula em uma potência, eu comecei a dar aula pra doze, treze pessoas trans e travestis, sabe? Eu comecei a falar de filosofia com essas pessoas, então, assim, é como se eu tivesse começado a estudar na faculdade, saca? Porque desafio pra mim é aquilo dali, sabe? Era mais desafiador intelectualmente estar naquela sala de aula ali do que estar na sala de aula da universidade, saca? Então, assim, foi um presente, pra mim foi um presente eu poder ter estado em um lugar com tanto conhecimento, com tanta coisa pra ser refletida e envolvida, sabe? É muita potência. [...] Então poder presenciar isso... a minha experiência tem a ver com tudo aquilo que eu observava, mais do que eu observava, do que só na prática de dar aula, sabe? Era todo mundo que eu observava, e tentei guardar, garantir, salvar, refletir tudo aquilo que estava ali e carregar tudo isso pro meu cotidiano... por isso que eu não consigo, até hoje eu tô no Transenem de alguma forma, eu não consigo sair de lá, sabe? (Raul Capistrano)

Já para Josivan Vieira, os aprendizados construídos a partir do contato com as histórias dos/das/des educandos/educandas/educandes o fez perceber que “*caralho! O mundo é muito além daquilo que eu vejo a dois palmos dos meus olhos, sabe? É muito mais extenso, muito mais complexo*” (Josivan Vieira). De modo semelhante, Bela Berenguer identifica que a sua

formação como “pesquisadora”, “professora” e “pessoa” foi impactada pela experiência no Transeducação.

O Transviver e o Transeducação, assim, de maneira geral, me possibilitou uma nova visão de mim enquanto pesquisadora, enquanto professora, enquanto pessoa, sabe? Possibilitou, assim, abrir muito a minha mente pra realidade do outro, a entender esse outro como parte de nós também e, a partir disso, o que é que a gente faz? Esse outro tá tão distante assim? E as vezes está... é uma realidade que, puta que pariu, velho, muito diferente da minha, de vários privilégios que eu tenho, assim, e eu acabei, querendo ou não, conseguindo enxergar melhor a partir disso assim, “poxa, eu tô tendo que ensinar conta de subtrair pra mulheres de cinquenta anos”, sabe? Como foi isso? Como isso aconteceu? Como esse acesso foi tão negado? Então aí a gente consegue ver na prática o que a gente tanto teoriza, a prática da teoria. (Bela Berenguer)

Portanto, há nos pré-vestibulares um processo de valorização de saberes, histórias e trajetórias de pessoas trans e travestis, tanto na posição de docentes quanto na posição de alunos/as/es. Como afirma Santos (2007), “A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global” (p.8). Dessa forma podemos enxergar o esforço cotidiano para a entrada das pessoas trans e travestis nas universidades como um processo constituído, também, no interior de uma disputa epistêmica e epistemológica, correspondente à expectativa de uma produção de conhecimento pautada a “ecologia de saberes”, que, como afirma o autor, “baseia-se na ideia de que conhecimento é interconhecimento (p.24).

## 8. “Que fazer” e aplicação edificante do conhecimento

Chana ou Shana, segundo ela própria, diz que seu grande sonho é tornar-se veterinária. Mas não pode. Argumento que isso não tem sentido. Que ela poderia terminar o segundo grau e entrar numa faculdade. Retruca: “Com essa roupa, com essa cara?” Digo que na faculdade já existe uma disposição menos preconceituosa e que, embora não negligenciasse as dificuldades que ela iria enfrentar, achava que terminaria por se impor e ser aceita.

Implacável, como bicho atento que salta a cada movimento da presa, ela dissolve rápida o argumento: “E o segundo grau, e as turmas do segundo grau?”. (SILVA, 1993, p.39)

O trecho acima, retirado da etnografia pioneira de Hélio Silva sobre as travestis da Lapa, serve como ponto de partida para pensarmos os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis como uma estratégia contra as múltiplas políticas de exclusão que estreitaram as perspectivas de pessoas como Chana/Shana.

Como vimos, o trabalho dos/das/des voluntários/as/es representa um esforço coletivo que busca ampliar as possibilidades para as trajetórias individuais – não vista exclusivamente em relação ao acesso ao ensino superior - e incidir coletivamente nas estruturas das universidades e da produção de conhecimento. Tais objetivos nos ajudam a compreender as representações que elus/elas/eles fazem dos próprios cursinhos, das universidades e do sistema de seleção. Em relação ao último, alerta, foi possível encontrar diferentes opiniões como, por exemplo, a de Josivan Vieira que, pensando em sua experiência como estudante do interior que precisaria viajar até a capital só para fazer o vestibular da UFBA, considera a adoção do ENEM como um avanço tanto em relação às possibilidades de concorrer para diversas universidades com a nota de uma prova feita em sua cidade quanto em relação ao conteúdo; já Jacson Caldas, ao considerar as universidades públicas como um bem financiado por toda a população, se posiciona contra qualquer tipo de seleção para o ingresso nelas, defendendo a entrada irrestrita nas áreas amplas seguida de mecanismos posteriores de acesso aos cursos específicos.

Independente das opiniões quanto aos métodos de seleção, todes/as/os encontraram nos pré-vestibulares um caminho possível para a entrada das pessoas trans e travestis nas universidades. Apesar de uma série de mudanças entre o contexto pesquisado por Helio Silva e o atual, o relato de Josivan aponta para algumas insistentes permanências

Como a gente sempre ouvia, né, “a sala de aula não é lugar pra gente, lugar pra gente é nas esquinas prostituindo o nosso corpo ou em trabalhos subalternizados”. Então muita gente que queria estar naqueles espaços, mas que eram obrigadas a sair daqueles espaços porque viviam rotinas constantes de preconceitos, de chacota dentro da sala de aula. (Josivan Vieira)

Já Jacson Caldas, ao pensar o espaço universitário e as suas exclusões, afirma que

A universidade é um lugar de segregação racial, onde a maior parte da população que circula no campus é branca, mesmo com as cotas estabelecidas há anos, e a gente percebe também que essa demanda que circula mesmo que seja negra, indígena, branca, atende muito mais uma norma da heteronormatividade. A gente ainda encontra pessoas gays na universidade, pessoas lésbicas, mas quando se fala de transexuais, travestis, transgêneros a gente percebe muito um número diminuto, se chegar a 1% ou 2% é muito, né? (Jacson Caldas)

Como sabemos, as exclusões de pessoas negras e pobres fundamentou a criação de uma série de pré-vestibulares sociais desde a década de 1980. Pensando a partir da análise de Maria da Gloria Gohn (2011), ao considerar a dupla função dos movimentos sociais como produtores de diagnósticos sobre a realidade social e ações coletivas de resistência à exclusão, podemos afirmar que os pré-vestibulares sociais que aqui estudamos são atores que participam do trabalho histórico feito pelo movimento de pessoas trans e travestis que, a partir de diversas estratégias e frentes de luta, denunciam os processos de expulsão e defendem a efetividade do direito à educação.

Tendo a própria estrutura das universidades, especialmente em relação as provas de seleção, como marco regulatório das práticas possíveis dos pré-vestibulares para alcançar os objetivos desejados, recorro a algumas considerações teóricas para pensar na adoção dos cursinhos como estratégia e no trabalho por eles realizado.

Frente à uma situação que tanto busca excluir quanto criar a crença na impossibilidade de superar as exclusões, a noção do “que fazer” na perspectiva Freireana nos ajuda a entender o trabalho feito nos pré-vestibulares sociais dentro das possibilidades do hoje enquanto anseiam e constroem um amanhã outro. Como nos trazem os versos de Paulo Freire

Quem espera na pura espera  
vive um tempo de esperança vã.  
Por isto, enquanto te espero  
trabalharei os campos e  
conversarei com os homens  
suarei meu corpo, que o sol queimará;

minhas mãos ficarão calejadas;  
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;  
meus ouvidos ouvirão mais;  
meus olhos verão o que antes não viam,  
enquanto esperarei por ti.  
Não te esperarei na pura espera  
porque o meu tempo de espera é um  
tempo de quefazer. (FREIRE, 2000, p.5)

Ao comentar sobre a presença dessa noção na concepção pedagógica desenvolvida por Paulo Freire, Zitkoski e Streck afirmam que

O *Que Fazer* da posição cômoda do discurso fatalista neoliberal, que quer nos convencer de que não há outra saída, deve ser rechaçado com o *Que fazer* da práxis transformadora, fundado na postura ética humanizadora, que nos remete para a necessária intervenção no mundo no âmbito da nossa ação enquanto educadores ou cidadãos inseridos em um contexto social concreto. Portanto, é na necessária recusa ao “não há o que fazer” e na afirmação do *Que Fazer* ético e politicamente comprometido que afirmamos nossa marca no mundo e nos construímos na esperança de alcançarmos um sentido mais autêntico para a *nossa presença no mundo*. (ZITROSKI, STRECK, 2019, p. 390)

Essas considerações nos permitem entender a ação dos/das/des voluntários/as/es que entrevistamos como a assunção da possibilidade de um “que fazer” no contexto concreto em que temos, uma posição que, como podemos aprender com Freire (2019a; 2019b) corresponde uma recusa em aceitar a transfobia como uma fatalidade, como algo que lamentam com mera resignação. Além disso, é preciso destacar que, ainda que a educação seja o principal terreno onde os cursinhos realizam sua ação, há um posicionamento crítico em relação a todos os âmbitos da vida social.

É possível perceber nos pré-vestibulares sociais para pessoas trans e travestis a existência de três eixos de educação/conhecimento: (I) os conhecimentos que devem ser

“cobrados” nas provas do vestibular, eixo que serve de base e de estrutura dos pré-vestibulares, organizando parte do “currículo principal” e a divisão em disciplinas e horários; (II) os conhecimentos e procedimentos educativos que habitam nas brechas, formados pelos esforços de aproximação feitas pela equipe de docentes entre aquilo que vai ser ensinado e as desigualdades e violências que atingem as pessoas trans e travestis, bem como os processos de interação dialógica no processo das aulas que podem levar o conteúdo discutido para pontos não previamente definidos e (III) os conhecimentos gestados na experiência do trabalho cotidiano, nas relações entre as pessoas participantes e em todas as atividades que e interações desenvolvidas no contexto dos cursinhos.

Há uma tentativa de análise do Eixo II no capítulo “O imperativo do conteúdo e suas brechas”, onde investiguei os relatos sobre três experiências educativas insurgentes que trouxeram as discussões sobre pessoas trans para o centro do processo educativo, já o Eixo III acompanha todo o trabalho, posto que o esforço feito nessa dissertação tem como objetivo pensar o trabalho docente nos cursinhos para pessoas trans e travestis, considerando que tal experiência se traduz em processos de formação. Neste momento, nos debruçamos sobre o Eixo I para pensar a relação entre o ensino e o horizonte emancipatório dos pré-vestibulares.

Como vimos, a construção dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis constitui um “que fazer”, uma estratégia de luta contra os processos de subalternização e exclusão que atingem esse grupo. Posto que as universidades apareçam como alvo principal do trabalho realizado, são elas – ou, mais precisamente, todo o sistema de educação oficial – que oferecem alguns dos limites daquilo que é possível ser feito. Portanto, se o desejo que motiva a criação dos pré-vestibulares é o da entrada das pessoas trans e travestis nas instituições universitárias – o que, vale lembrar, não é o único objetivo ou parâmetro de sucesso para os/as/es voluntários/as/es – não é possível ignorar a principal maneira pela qual isso é possível hoje – o que, como vimos, não é o mesmo que concordar com os meios de ingresso ou de não defender o seu câmbio por outras formas de seleção, ou mesmo pelo livre acesso.

Durante os meus anos de graduação havia um provocativo questionamento em uma parede do *campus* de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA: “para que(m) serve o teu conhecimento?”, pergunta que encontrei em outros espaços, *on-line e off-line*, questionando os usos que fazemos daquilo que aprendemos. Para Boaventura de Sousa Santos (1996), um dos conflitos presentes no projeto educativo se dá entre a “aplicação técnica” e a “aplicação edificante” da ciência. O autor defende que o primeiro modelo, junto com a valorização única do conhecimento científico como conhecimento válido, molda os sistemas educativos da

modernidade ocidental. Entre as diversas características da aplicação técnica da ciência, as mais relevantes para a nossa discussão são a primeira e a segunda.

1. Quem aplica o conhecimento está fora da situação existencial em que incide a aplicação e não é afetado por ela.
2. Existe uma separação total entre fins e meios. Pressupõem-se definidos os fins e a aplicação incide sobre os meios. (SANTOS, 1996, p.20)

Em contrapartida, no modelo de aplicação edificante da ciência

1. A aplicação tem sempre lugar numa situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação.
2. Os meios e os fins não estão separados e a aplicação incide sobre ambos. Os fins só se concretizam na medida em que se discutem os meios adequados à situação concreta. (*ibid*, p. 21)

Dessa forma, tais considerações nos ajudam a compreender a dimensão ética da primazia dada por voluntários/as/ies nos conhecimentos formais como base dos projetos não por uma concordância acrítica ou por um processo de mera adaptação. Há, para dialogar com Nilma Lino Gomes (2017) um esforço para “reavaliar o conhecimento-emancipação e conceder-lhe a primazia sobre o conhecimento-regulação” (p.60). Além disso

De modo mais geral, quando desenvolve sua discussão sobre o binômio regulação/emancipação, em cujo equilíbrio repousava o projeto da modernidade, Boaventura nos permite refletir sobre a existência de práticas regulatórias e gera ideias importantes sobre as diferentes concepções de conhecimento, que ou nos permitem pensar de modo emancipatório, ou nos mantêm aprisionados em pensamentos e ações de caráter regulatório. Assim, o que ele defende anuncia a ideia de que, em que pesem as normas de regulação previstas e impostas no e pelo modelo social, para além dela as práticas sociais desenvolvidas nos diferentes espaços interativos incluem dimensões emancipatórias exatamente porque escolhas são possíveis, mesmo que inscritas nos limites dados pelas raízes (no que se refere aos limites internos dos

sujeitos) ou pelas normas de interação social (no que tange aos limites impostos pela estrutura social). (OLIVEIRA, 2006, p.13)

Portanto, ainda que pareça um mero processo de conformidade com a os conhecimentos socialmente valorizados, considero que apontar os fins que buscam alcançar a partir do uso destes destaca o caráter emancipatório que acompanha os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis. Além disso, como argumento em outros momentos desse trabalho, a valorização dos conhecimentos e saberes dos/das/des educandos/as/es e o objetivo de garantir a participação das pessoas trans e travestis e das experiências sociais deste grupo no processo de produção de conhecimento, especialmente daquele que é realizado no ambiente acadêmico, revela a valorização e a defesa da pluralidade de saberes e conhecimentos. A presença dos “conhecimentos formais” como eixo que estrutura boa parte do trabalho realizado nos cursinhos não deve ser vista como mera aceitação passiva, mas como um recurso estratégico do que é possível e necessário agora para possibilitar as transformações desejadas.

## 9. Espaço seguro pra ela é outra coisa, né?

Em minhas experiências com pré-vestibulares sociais não voltados especificamente para pessoas trans era comum ouvir, por parte de discentes e docentes, que o principal motivo para estarem ali era a percepção de que o ensino oferecido pelos Sistemas Públicos de Educação era insuficiente frente ao conteúdo cobrado nos exames de seleção. Tal compreensão frequentemente aponta o sucateamento e a condição precária de parte significativa das escolas públicas como barreira para o progresso educacional de indivíduos pobres e já testemunhei variações da afirmação “*nós estamos fazendo o papel que deveria ser do governo!*” por parte de vários/várias colegas.

Ainda que as críticas às condições da Educação Pública, supostamente compartilhada por todos/as/es que dela fazem acesso<sup>71</sup>, também apareça entre as pessoas que entrevistei, soma-

---

<sup>71</sup> É preciso destacar aqui que há “escolas e escolas” mesmo dentro de uma mesma rede. Em um pré-vestibular onde atuei, por exemplo, indivíduos que estudaram no Colégio da Polícia Militar são excluídos do processo de seleção, ainda que este faça parte da rede estadual da Bahia, pois uma parte das pessoas organizadoras, marcadamente egressa deste mesmo colégio, argumentou que tais instituições têm melhores condições que a maior parte das escolas públicas. Não devemos tampouco acreditar que todos/as estudantes da educação pública estão na mesma condição socioeconômica, característica que, como sabemos, pode oferecer vantagens no processo de escolarização.

se a elas a percepção de que as normas de gênero hegemônicas também se constituem como um obstáculo para indivíduos que performam identidades diferentes das pressupostas pela cisgeneridade. Recorrendo novamente às reflexões de Jacson Caldas sobre a criação do projeto *transcender* no contexto da pandemia de Covid-19, sua afirmação “*quando se trata de pessoas travestis e transexuais isso [a dificuldade para estudar durante a pandemia] se acentua ainda mais, [...] porque nem no presencial esse grupo, essa categoria é abarcada*” pode ser vista à luz do conceito de interseccionalidade. Segundo Dayane de Assis (2019), a sistematização deste conceito por Kimberlé Crenshaw se dá no seio da tradição do pensamento desenvolvido por feministas negras norte-americanas como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde e ecoa também as reivindicações pioneiras presentes no discurso “Eu não sou uma mulher?” de Soujourne Truth. Para Kimberlé Crenshaw

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p. 177)

Tal noção aponta a insuficiência de estabelecer uma espécie de *check-list* das opressões pressupondo, por exemplo, que os processos de subalternização dos indivíduos podem ser apreendidos a partir de uma soma dos eixos de subordinação que ele carrega, ignorando a maneira como tais eixos interagem, pois, como afirma Grada Kilomba, “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (2019, p.98.).

Durante a entrevista ficou evidente que as pessoas voluntárias não pensam o papel dos cursinhos como apenas o oferecimento de um ensino complementar para suprir eventuais insuficiências escolares. Um dos principais objetivos delas/deles é criar para/com os/as/es estudantes um “espaço seguro”. Ao refletir sobre a experiência de mulheres negras nos Estados Unidos, Patricia Hill Collins (2019) entende os espaços seguros como “condição necessária para a resistência das mulheres negras” (p.276) e “lugares primordiais para resistir à objetificação como o outro” (*ibid.*). Além disso, a autora aponta que tais espaços permitem que

a dominação, que “pode ser inevitável como fato social” (*ibid.*), não mantenha sua hegemonia no interior destes. Apesar do contexto específico sobre o qual fala Collins, a noção apresentada por ela tem animado investigações sobre diferentes sujeitos constituídos como “o outro”, a exemplo do recente artigo de Ferrari e Mazzei (2020) onde investigam os espaços seguros para as homossexualidades masculinas. A centralidade da dimensão do cuidado e da segurança revela ainda como, diferente da proposta de outros cursinhos, eles não buscam exclusivamente aquelas pessoas que “não podem pagar” para estudar em um pré-vestibular privado. Como Raul Capistrano relatou na pesquisa feita por Tamires Silva (2017), há pessoas trans que trocam cursinhos particulares para um que tenha a luta antitransfóbica como proposta central, especialmente pela expectativa de que violências transfóbicas não aconteçam nestes espaços.

Uma das evidências de que os/as/es voluntários/voluntárias/voluntárias percebem a necessidade da construção de um “espaço seguro” para as pessoas trans é trazida no relato de Raul Capistrano.

Então, assim, uma pessoa cis as vezes vai dizer que não quer fazer o cursinho naquele lugar, não quer estudar naquele lugar porque não é seguro, e seguro quer dizer: é um lugar que tem alto índice de assalto, que não tem policiamento ou que corre o risco de romper ou de ter um alagamento, qualquer coisa desse tipo. Agora o que é seguro pra uma pessoa trans é um lugar que ela sabe que pode entrar, existir e sair sem que a existência dela seja um problema, seja evidenciada e evidenciada de forma negativa, né? Entrar e os olhares não serem pra você te criticando. Entrar e as conversas paralelas não serem pra você te criticando. Entrar e não se preocupar se por acaso você vai ser identificado pelo nome que você quer ser identificado. Então, assim, todos os... o leque de medos que uma pessoa cis não passa. Não é aquilo que ela entende como ambiente seguro, ambiente seguro pra ela é outra coisa, né? Tem a ver com crime, não tem a ver com poder existir plenamente no lugar. Então o cursinho, no início dele era isso, um espaço seguro onde as pessoas trans e travestis pudessem viver, pudessem existir e estudar. Então, pra mim, o papel dele era esse, promover o espaço seguro pra que se possa estudar e, talvez, conseguir uma vaga na universidade. (Raul Capistrano)

Identificar a existência de diferentes critérios para o que é percebido como um espaço seguro para pessoas cis e para pessoas trans nos permite entender as diferentes estratégias assumidas no processo de construção dos cursinhos. A seguir, pensaremos a partir de duas delas.

*“É aquela velha história, me chame pelo meu nome”*

Durante os anos de 2013 e 2014 eu trabalhei como jovem aprendiz no “Serviço de Atendimento ao Cidadão”, unidade vinculada à Secretaria de Administração do Estado da Bahia, na unidade do Shopping Barra. Apesar de ter sido escolhido para atuar como “coringa”<sup>72</sup>, passei a maior parte dos dias como recepcionista. A emissão de Carteiras de Identidade era o serviço mais procurado. O/a cidadão/cidadã apresentava sua Certidão de Nascimento aos/as recepcionistas, nós avaliávamos a sua originalidade e integridade, encaminhávamos o documento para a sala da Secretaria de Segurança Pública e o/a cidadão/cidadã para o amplo salão de espera. Sei que pareço me distanciar da conversa em que estávamos, mas espero que fiquem claros os motivos dessa curva. De forma geral, não era comum grandes mudanças nesse processo, mas havia algumas exceções. Uma delas dizia respeito ao atendimento de pessoas trans. Se o/a cidadão/cidadã declarasse o desejo de ser chamado/a por um nome diferente do que constava na Certidão nós éramos orientados/as a anotar o nome em um pedaço de papel que ia anexo à Certidão.

Quando não havia essa manifestação, mas fosse possível perceber uma diferença entre o nome de registro e a expressão de gênero, deveríamos perguntar se havia algum outro nome pelo qual desejava ser chamado/a e proceder da mesma maneira. Tal procedimento, ainda que realizado de maneira bastante precária, buscava garantir a dignidade das pessoas trans e evitar constrangimentos, especialmente no momento em que algum/alguma funcionário/funcionária ia até o salão e chamava os nomes a plenos pulmões. Com o tempo foi possível perceber alguns “enganos” por parte das pessoas responsáveis por chamar os nomes, o que fez com que parte do contingente de recepcionistas deixasse seu posto e assumisse esse papel para assegurar que, por erro ou por maldade, as pessoas trans não seriam chamadas por um nome que as violentasse.

Na trajetória do movimento das pessoas trans a reivindicação pelo uso dos nomes com os quais se identificam é uma pauta central, um dos elementos primeiros para o reconhecimento de suas identidades de gênero. A questão do nome é tão fundamental que, como vimos anteriormente, a decisão de Raul em tentar o ENEM só acontece após ser informado sobre a possibilidade de utilizar o seu nome social no sistema de inscrição e durante a realização da

---

<sup>72</sup> Um colega e eu recebemos um treinamento para atuar em alguns dos principais serviços em dias de maior necessidade.

prova. Apesar disso, penso o relato que pode ser pensado a partir das problematizações feitas por Berenice Bento (2014) ao pensar que a maneira como o direito ao “nome social” era previsto estabelecia uma “cidadania precária” no lugar do respeito à identidade de gênero.

Cabe destacar, entretanto, que do período do meu relato, curiosamente coincidente ao da publicação do artigo de Berenice Bento, para cá as disputas em torno do direito das pessoas trans ao nome continuou ativa e assumiu diferentes formas. Talvez o exemplo maior para ilustrar essa afirmação é a “queima dos laudos” que, conforme registra Thiago Coacci (2020), foi a comemoração de Keila Simpson, Bruna Benevides, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Simmy Larrat à decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 pelo Supremo Tribunal Federal, “O julgamento autorizou a retificação de nome e gênero da *pessoa transgênero* de forma administrativa, direto no cartório e sem a necessidade de comprovação da transexualidade por qualquer meio que não seja a autodeclaração” (*ibid*, p. 1190).

Nos pré-vestibulares sociais, o respeito ao nome das pessoas trans, não importando se foi legalmente retificado ou não, é um acordo inegociável entre as pessoas participantes. Neste contexto a utilização dos nomes não decorre de uma normativa legal ou da possibilidade de punição, mas é parte constitutiva do pleno respeito ao gênero da/do/de outra/outro/outre. Enxergo esse como um dos elementos da dimensão do cuidado presentes no trabalho dos/das voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares, seguindo a proposta de Kittay (2007), “cuidado” pode denotar um trabalho, uma atitude ou uma virtude, e “como uma atitude, cuidado denota uma ligação positiva, afetiva e um investimento no bem-estar de outra pessoa” (p. 3-4, tradução minha)<sup>73</sup>.

“Cuidado”, aliás, é a noção mobilizada por Jacson Caldas para apontar as diferenças entre os pré-vestibulares para pessoas trans e as instituições de educação formal.

A principal diferença é o cuidado em lidar com as pessoas, é você fazer com que aquelas pessoas se sintam incluídas. Eu acho que o espaço mais geral, mais global, não vai ter uma política voltada para o acesso de pessoas travestis, transexuais e transgêneros, já um curso voltado para essa temática, onde a maioria das estudantes e dos estudantes são travestis, transexuais e transgêneros o cuidado vai ser muito maior para lidar, inclusive a dignidade desses sujeitos, né? Esses sujeitos são pessoas que merecem ser respeitadas e tem direito ao acesso à educação, porque isso não acontece

---

<sup>73</sup> No original: “As an attitude, care denotes a positive, affective bond and investment in another’s well being”

nos lugares mais... não vou nem dizer globais, mas nos lugares ali onde tá tudo junto e misturado. (Jacson Caldas)

Ao elaborar uma explicação do que exatamente seria esse cuidado que diferenciava os cursinhos de outros espaços, Jacson traz novamente a questão do nome para o primeiro plano.

Primeiro, a questão da utilização do nome social, você buscar entender qual é o nome com aquele sujeito se identifica, qual é o gênero com que aquele sujeito se identifica, pra você chamá-lo de acordo com essa identificação. Romper com qualquer lógica biologizante, eu acho que isso é padrão, isso não pode, dentro de um projeto como esse, chamar a pessoa que se entende como “Brenda” do seu nome de batismo, por exemplo, “Álvaro” ou “João”. Se a pessoa se identifica como Brenda ela é Brenda e pronto, e a gente tem que respeitar e chamar ela como ela gosta de ser chamada, porque ninguém gosta de ser chamado por outro nome, né? É aquela velha história, me chame pelo meu nome. E o meu nome sou eu quem dou, não é o nome que veio no meu batismo, porque a minha construção identitária é histórica, é cultura, é a forma como eu me entendo como sujeito dentro de um lugar que muitas vezes não me engloba como sujeito a partir da forma como eu me penso.

A afirmação de Maria Angélica de que no Transvest não precisaria “se preocupar com nada”, destacando o respeito ao seu nome como uma das preocupações minimizadas no interior dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis, revela que as pessoas estudantes identificam e confiam nos esforços das pessoas voluntárias, gerando uma expectativa compartilhada de que aquele ambiente seja um “espaço seguro” para as pessoas não-cisgêneras.

*“Era nossa prioridade, sabe?”*

Os “espaços seguros” pensados por Patricia Hill Collins (2019), em uma análise centrada nas mulheres negras como grupo, “se tornam menos ‘seguros’ se compartilhados com aqueles que não são negros e mulheres” (p.289). Em uma transposição relativamente grosseira, os “espaços seguros” para pessoas trans se tornam menos seguro quando compartilhados com pessoas não-trans. Isso traz algumas implicações para a análise dos pré-vestibulares para pessoas trans, pois em todos, em algum nível, há a presença de pessoas cis e pessoas trans.

Apesar disso, a afirmação de Collins (*ibid.*) de que “os es espaços seguros se apoiam em práticas de exclusão, mas seu propósito certamente tem em vista uma sociedade mais justa e exclusiva” é particularmente útil para as nossas discussões. Veremos aqui como tais “práticas de exclusão” operam nos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis.

Primeiro é necessário fazer uma distinção entre os projetos que estamos considerando aqui, os pré-vestibulares sociais para pessoas trans e travestis podem ser divididos entre aqueles que atendem esse grupo de forma exclusiva e os que atendem de forma prioritária. Nos que definem esse grupo como prioritário, a participação de pessoas cisgêneras está condicionada ao seu pertencimento a alguma categoria subalternizada, como podemos ver com Isabella Silva

eu propus um curso pré-vestibular que pudesse dar visibilidade às pessoas trans e o “+” são as demais minorias sociais, então, tanto no universo LGBTQIA+ quanto em vários outros segmentos étnico-raciais e de classe. (Isabella Silva)

O próprio nome dos pré-vestibulares já revela que, em ambos os casos, o ponto central do projeto é nas pessoas trans, presente como radical não só nos projetos aqui apresentados – **Transeducação**, **Trans+**, **Transvest**, **Transenem**, Projeto **Transcender** e **Transviando** o ENEM – mas também em grande parte daqueles que registramos no capítulo “*panorama dos pré-vestibulares sociais*”. As afirmações de Jacson Caldas, voluntário em um pré-vestibular exclusivo<sup>74</sup>, convergem para o mesmo ponto apontado por Isabella

A escolha do nome Transcender... eu pensei assim, a questão trans e o transcender que vem da ideia de ultrapassar limites, de romper barreiras, de romper paradigmas, de quebrar essa ideologia do mundo patriarcal, desse mundo pautado na heteronormatividade. Eu falei assim, “ah, as pessoas que são trans, as pessoas que são do guarda-chuva LGBTQIAP+, são pessoas que a todo momento precisam estar transcendendo, né, os espaços de poder que estão instituídos, então eu vou botar o nome do projeto esse pra dar uma margem ao nome “trans” onde incluí a todes e também uma perspectiva mais literal, né, que é a do ultrapassar os limites e as barreiras.” (Jacson Caldas)

---

<sup>74</sup> Como vimos, durante a realização do Projeto Transcender houve a participação de um aluno gay cisgênero cuja entrada foi acordada com os/as estudantes trans. Apesar dessa exceção, o projeto continuou a ser caracterizado como exclusivo para as pessoas trans.

Já o relato de Josivan Vieira nos permite conhecer um pouco da lógica utilizada para definir a exclusividade do Transviando o ENEM para pessoas trans.

Algumas alunas comentaram que tinham amigos gays que tinham interesse em participar, só que os colaboradores que já eram trans... que eram trans, no caso, eles sempre diziam “gente, já existem espaços para pessoas LGBTs de todas as sigas participarem” e eu... na época tinha um cursinho da prefeitura, se eu não me engano, não me recordo muito, e que abarcava pessoas LGBTs, na sua grande maioria da sigla G, então as meninas comentavam sempre que eram difícil demais encontrar cursinhos voltados para pessoas transexuais e travestis, então a necessidade do curso ser voltado somente para essas pessoas é que elas se sentissem de fato seguras naquele espaço, porque a gente sabe que existem diversas pessoas da comunidade que discriminam pessoas da sigla T, então a gente preferiu evitar que isso acontecesse fechando nessa bolha extremamente necessária pra evitar evasões e desconfortos futuros, porque a gente sabe que muita gente leva as coisas na brincadeira, mas brincadeira machuca, né? Então a gente ficou receoso em colocar pessoas gays ou pessoas cis ... pessoas gays dentro da sala sendo cis porque geraria, poderia gerar esse atrito, e a gente preferiu evitar esse tipo de situação. (Josivan Vieira)

Cabe destacar ainda que as aulas do Transviando o ENEM ocorreram em um período de greve na UFBA – “*a gente tava com a universidade pra gente*” (Josivan Vieira) -, mas havia uma espécie de receio sempre presente de que, quando a greve acabasse, a presença “dos outros” fizesse mal aos/às estudantes – “*eu sempre falava isso, ‘gente, vocês não tem noção, aqui a noite tem **muitos evangélicos, muitos policiais**, então isso poderia gerar algum certo desconforto*” (Josivan Vieira).

Em contraponto à escolha feita pelo Transviando o ENEM em permitir somente a entrada de pessoas trans, as escolhas feitas no Transeducação relatadas por Bela Berenguer revelam outro caminho possível.

A priori, desde 2019 a gente tinha pensado exclusivamente para pessoas trans. Só que aí a gente viu que o quórum ia ser muito baixo, e talvez até a aprovação do projeto seria dificultoso, sabe? E aí a gente abriu pra sigla LGBTQI+ de maneira geral, assim, porque a gente tinha muito medo também da segurança dos nossos alunos, sabe? De

como você vai se sentir confortável... enfim, era nossa prioridade, sabe? Mas a gente abriu pra LGBTQI+, mas foi isso... nos dois anos, nos dois anos. (Bela Berenguer)

Submetidos a um molde institucional por seu caráter de projeto de extensão, o alcance do Transeducação era um ponto a ser considerado em seu desenho. Como estratégia, mantiveram o foco nas pessoas trans e abriram as possibilidades para as outras siglas da “sopa de letrinhas<sup>75</sup>”.

A mesma lógica parece presidir a composição do corpo docente dos cursinhos. Aliás, conforme aponta Raul, a sensação de estar em um “espaço seguro”, ainda que seja um objetivo estabelecido para garantir o acolhimento dos/das estudantes, atinge também os/as voluntários/voluntárias.

Eu sei que foi diferente pros meus colegas, eu tive colegas LGBTs que eles... uma das coisas que eles valorizavam muito era poder ser LGBT na sala de aula, era poder dar um exemplo da vida prática em alguma disciplina que ele pode falar assim, “ah, sabe, eu viajei com meu companheiro”, ou uma professora lésbica falar, “no dia eu tava com minha companheira na cozinha...”, então você poder compartilhar seu cotidiano LGBT em um lugar seguro. (Raul Capistrano)

A constituição dos cursinhos como “espaços seguros” envolve uma rede complexa de negociações. Tal construção não se restringe às pessoas trans que dele participam – como relata Josivan Vieira ao comentar a busca por possíveis estudantes em pontos de prostituição de Salvador, apesar da frustração da equipe ao perceber que não havia interesse “*a gente acabou disponibilizando o contato e a possibilidade de diálogo caso tivesse a necessidade por parte da pessoa que a gente tava comunicando a existência do curso*” (Josivan Vieira). Além disso, também não está limitado ao espaço físico onde acontece o cursinho, mas da comunidade que dele resulta, como podemos ver com o relato de Maria Angélica

Teve uma confraternização que todo mundo foi pra um sítio, sabe? E eu não precisava me preocupar, era uma piscina e a gente tava lá, tipo assim, de alguém estar julgando

---

<sup>75</sup> Para uma análise sobre o movimento LGBT+ pós década de 1990 e a ampliação da sigla via incorporação e reconhecimento de maior amplitude de identidades políticas dentro deste, ver Regina Facchini (2005).

o seu corpo, alguma coisa nesse sentido. Isso aí muito pra gente que fica a vida toda estigmatizada. Tipo assim, “ah, você é mulher trans, mas você tem que necessariamente ser feminina, ser delicada, tudo” pra se encaixar no padrão, sabe? Essas loucuras que o povo inventa e acha que todo mundo tem que seguir. E lá não. Nesse dia tava tão... a vontade com meu corpo, todo mundo de maiô, não tava me importando se tava alguém me olhando. Foram coisas do transvest. (Maria Angélica)

### *Falhas na segurança*

Como vimos, os cursinhos são construídos em oposição ao “mundo lá fora”. Apesar disso, as medidas tomadas para torná-lo um “espaço seguro” são sempre eficazes. Trago aqui dois relatos de quando essa segurança falhou.

*“Você vai ter que se virar e olhar”*

Raul Capistrano afirma que assumiu uma espécie de mediação entre a turma e os/as/es voluntários/voluntárias/voluntárias. Conforme relata, nesse ano houve uma série de negociações em torno do uso dos pronomes

E, assim, o primeiro ano foi único, porque do primeiro ano que os professores erravam algum pronome a gente falava “não, não é ele, é ela; não é ela, é ele”, e os professores ficavam super tristes porque erraram e a gente... os professores... a gente tinha alguns alunos, algumas pessoas trans tinham essa sensibilidade de falar com os professores ‘olha, a gente entende que você erra, que você não está acostumado a lidar, mas tenta se policiar pra não errar mais, porque isso traz sofrimento pra gente’, a gente tentava, alguns alunos tentavam também conversar com outros alunos dizendo assim, ‘olha, tá certo, ele não deveria errar, mas erra... mas vamos tentar ser um pouco mais compreensivo com o professor, porque ele tá se esforçando, ele não tá aqui pra zoar, ela não tá aqui pra zoar com a cara da gente, então vamos tentar ser um pouquinho mais compreensivos. Eu sei que é duro pedir pra pessoa... pedir compreensão pra você que não está tendo seu pronome respeitado, seu nome respeitado, eu sei que, assim, é um pedido..., mas vamos tentar entender que é incomum de uma forma que... vamos tentar ser um pouquinho mais, só um pouquinho mais compreensivo’ entende, assim? Porque é um pedido meio doloroso, não se deveria pedir isso, mas a pessoa, ela não errou porque ela quis, e não é por falta de esforço... (Raul Capistrano)

Um exemplo ainda mais ilustrativo é apresentado por Raul

As vezes o professor ficava de costas e ele tá acostumado em todas as aulas dele na vida a ficar de costas e escutar um aluno falando alguma coisa e, pelo timbre da voz, saber se foi um menino ou uma menina que perguntou, pelo timbre da voz... e aí, ele tá de costas escrevendo, alguém fala alguma coisa e ele responde algo e usa o pronome feminino ou masculino dependendo do timbre da voz, e aí teve um estudante lá que ele [o professor] falava “ela” toda hora, porque esse estudante era pré-T, não se hormonizava ainda, entendeu? Então a voz era fina, então eu observei isso, esse estudante ficava super chateado e tal, e aí eu falei assim “olha o que tá acontecendo, todas as vezes que você olha pra ele de frente, quando você olha de frente, você fala ele, quando você responde de costas você fala ela. Porque de frente você tá vendo, você tá vendo que essa pessoa tá performando o masculino, mas de costas você vai pela voz. Então não vá mais pela voz, você vai ter que virar e olhar. (Raul Capistrano)

O conflito, que em outros contextos poderia receber como resposta a política do escândalo e do escracho<sup>76</sup>, é resolvido nos cursinhos através de diálogos calcados na expectativa de que, apesar do erro ter ocorrido, ele não foi motivado por maldade. Há uma expectativa compartilhada de que as pessoas participantes dos projetos estejam verdadeiramente implicadas em um processo de aprendizagem e respeito aos/as/es outros/outros/outres.

*“Ele se infiltrou, se inseriu e mudou, sabe?”*

O outro caso foi apresentado por Bela Berenguer. Como vimos, o Transeducação atendia também estudantes cis LGBTQ+. Há, entretanto, um problema... como garantir que aquele/aquela/aquela candidato/candidata/candidate não é uma pessoa cisheterossexual? Foi a partir dessa “brecha” que se deu a entrada de um aluno.

Em 2019 tinha um menino que fez a inscrição, né, fez por via telefone, não foi presencial, e aí ele ia pras aulas, ele era muito novo, tinha dezoito anos, e a gente

---

<sup>76</sup> Para um aprofundamento nessas discussões, ver Kulick e Klein (2010) e Coacci (2018).

achava que ele era gay, mas depois ele foi se amostrando, se amostrando, se amostrando, se amostrando e a gente viu que não, que na real ele tinha um pensamento bem péssimo, que alguém que mandou ele ir, sabe? E aí rolou várias situações com esse menino, assim, dele falar várias besteiras, principalmente pra Laís, flertando com ela, mas, ao mesmo tempo, com coisa de menino, menino novo, e ao mesmo tempo construído em uma sociedade totalmente escrota. Mas aí, da quinta aula pra lá, a gente conseguiu dar um “se liga” nele, sabe? Dentro do ambiente escolar. Claro, com todo o respeito, com toda a relação professor e aluno e entre eles, também, e aí ele magoou muita gente, mas, com o tempo, a gente conseguiu fazer essa transformação, sabe? A gente viu que mudou pra caramba a mentalidade dele, enfim, aquele ambiente, aquele espaço, por mais que ele não tivesse sido nem convidado, porque não era um local dele ali, como a gente falou que era prioritariamente trans e restrito para pessoas LGBTQI+, mas, de alguma forma, ele se infiltrou, se inseriu e mudou-se, sabe? Deixou de ser... pelo menos eu acho, né, pelo que eu vi mudou bastante a postura dele em relação a gênero e sexualidade. (Bela Berenguer)

O relato apresentado por Bela revela que, ainda que uma das estratégias para constituir o cursinho como um espaço seguro fosse excluir sujeitos como esse aluno, a sua entrada não foi capaz de, para recorrer mais uma vez aos termos de Patricia Hill Collins, manter a “dominação” como uma “ideologia hegemônica” no interior daquele espaço social. A mudança de postura que Bela Berenguer afirma ter observado pode ser vista também como sintoma do caráter educador dos cursinhos<sup>77</sup>.

## 10. O imperativo do conteúdo e suas brechas

*Contra o mundo reversível e as ideias objetivadas. Cadaverizadas. O stop do pensamento que é dinâmico. O indivíduo vítima do sistema. Fonte das injustiças clássicas. Das injustiças românticas. E o esquecimento das conquistas interiores.*

[...]

*Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chama-se Galli Mathias. Comi-o. (Manifesto Antropófago – Oswald de Andrade)*

---

<sup>77</sup> Faça aqui uma aproximação das análises de Nilma Lino Gomes (2017) sobre o papel educador do movimento negro.

Em uma das primeiras reuniões do projeto Transcender precisávamos decidir o cronograma do curso. O corpo docente estava dividido entre aqueles que defendiam uma programação de uma semana sobre “assuntos diversos”, principalmente ligados às discussões sobre gênero e sexualidade, e os que preferiam apenas uma noite de apresentações e o imediato início das aulas. Enquanto o primeiro grupo apontava que a sua proposta era uma forma de fortalecer os vínculos entre os membros do projeto, destacando o desafio de alcançar isso no modo remoto, o segundo saiu vitorioso ao defender que essa era uma maneira de “mostrar que não estamos enrolando”. Essa “ordem imperativa do conteúdo”, que define a preparação para o ENEM como a preocupação central dos cursinhos em torno da qual as outras ações circulam, aparece de modo semelhante no relato de Josivan.

Eu não cheguei a dar aula porque não era minha, meu momento, assim, eu ainda... me sugeriram fazer algo sobre artes, que era no momento a minha formação, falaram para fazer algo sobre fotografia, só que como era muito corrida a nossa grade e a gente precisava focar em coisas mais específicas, porque a gente inclusive abriu isso pros alunos, né? Os alunos e alunas de... quais eram as dificuldades, assim? Então a gente pensou em fazer algo mais lúdico no momento em que ficasse mais tranquilo, só que esse momento não chegou, porque a gente focava sempre em aplicar o conteúdo mais específico para a prova do ENEM e as vezes não tinha tempo pra poder de fato passar outras coisas, cobrar ou expor outro tipo de material, mas foi uma coisa que me indicaram na época, eu pensei, sentei, elaborei algumas coisas, mas acabou não saindo assim do papel e indo pra sala de aula. (Josivan Vieira)

Tais notas podem frustrar algumas expectativas em encontrar nos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis processos ininterruptos de subversão em todas as suas dimensões. Certamente não encontramos lá a proposta de uma pedagogia inquestionavelmente *queer* nos termos propostos por Guacira Lopes Louro (2001) ao afirmar que nesta “faltam-lhe as proposições e os objetivos definidos, as indicações precisas do modo de agir, as sugestões sobre as formas adequadas para conduzir ‘os/as estudantes, a determinação do que ‘transmitir’” (p.552). Apesar disso, discordo parcialmente das conclusões de Tamires Barbosa Rossi Silva

(2017) sobre a impossibilidade do uso do *queer* ou da ideia de “educação menor”<sup>78</sup> na análise dos cursinhos.

Penso que, em torno das possibilidades da “educação menor” para o seu uso no caso dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis, uma das chaves repousa na distinção que o autor faz, inspirado nas discussões de Antonio Negri, entre o “professor-profeta” que “anuncia as possibilidades” (p.171) e “do alto da sua sabedoria, diz aos outros o que deve ser feito” (p.170) e do “professor-militante” que “de seu próprio deserto, de seu próprio terceiro mundo, opera ações de transformação, por mínimas que sejam” (p.170) e que “seria não necessariamente aquele que anuncia a possibilidade do novo, mas sim aquele que procura viver as situações e dentro dessas situações vividas *produzir a possibilidade do novo*” (p.170), características que se aplicam aos/as/es docentes dos cursinhos.

Os objetivos dos cursinhos, como vimos, têm como parte fundamental a “educação maior” como alvo, não é uma educação que a ignora completamente, mas que, em uma construção da “*possibilidade do novo*”, mira às próprias estratégias da “educação maior” – o sistema de seleção universitária, por exemplo, é visto como parte constituinte de uma complexa rede que podemos chamar de “sistema de educação oficial” que produz as exclusões de pessoas trans e travestis –. O objetivo dos cursinhos que aqui tratamos não está encerrado em si – nem, como vimos, está reduzido à possíveis processos de escolarização –, então aponto que o seu recurso a alguns modos de ensinar e a alguns conteúdos deve ser caracterizado como um uso estratégico, não como adaptação conformada.

Perceber o potencial “subversivo” e “insurgente” dos cursinhos, quanto aos conteúdos, pode representar um enorme desafio – admito, perguntei para mim mesmo se seria possível construir algo a partir de um formato que parecia exaustivamente conhecido (e criticado), aulas divididas em 50 minutos/uma hora seguindo um quadro rígido das áreas do saber em uma semelhança extrema com o modelo escolar. Será que a única diferença entre os cursinhos que aqui tratamos e um pré-vestibular popular não exclusivo ou prioritário para pessoas trans é o

---

<sup>78</sup> Em diálogo com a ideia de “literatura menor” de Deleuze e Guattari, Silvio Gallo (2002) reflete sobre a existência de uma “educação menor” caracterizada como “um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional.” (p.173), diferente da “educação maior” como “aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e diretrizes, aquela da constituição e da LDB, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder” (p.173).

grupo de estudantes que ele atende? O que, cabe alertar, já é “muita coisa”, considerando o nível de exclusão escolar que atinge as pessoas trans.

Neste capítulo tentarei responder essa pergunta a partir de três componentes dos pré-vestibulares: um recurso pedagógico trazido por Josivan Vieira, uma estratégia didática utilizada por Bela Berenguer e o discurso de uma educanda trazido por Raul Capistrano.

Antes de avançarmos, entretanto, preciso fazer uma consideração. Não creio que as ideias como “subversão” respondem a medições abstratas. Acredito, antes, que o potencial subversivo dos atos é sempre situacional, responde sempre a uma rede complexa de interdições e permissões. Talvez o terceiro dos exemplos, que chamarei provisoriamente de “breve tratado de uma travesti sobre a lógica aristotélica” soe mais rebelde, é possível também verificar o caráter inconforme dos dois primeiros. Para isso, antes de discutirmos sobre eles, trago alguns exemplos-ilustrações que ajudam a compreender um pouco do terreno em que estamos, especialmente nas disputas em torno da educação.

***Ilustração de número 1 - “Esta prova do Enem<sup>79</sup> – vão falar que eu estou implicando, pelo amor de Deus -, este tema da linguagem particular daquelas pessoas, o que temos a ver***

---

<sup>79</sup> Publicada no perfil de Bolsonaro a partir de uma imagem retirada da internet. Optei por reproduzir apenas o texto da questão aqui, para fins de melhor acessibilidade para fins de leitura:

***“Acuenda o Pajubá”: conheça o “dialeto secreto” utilizado por gays e travestis.***

*Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade*

*“Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acuê, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!” Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o “dialeto secreto” dos gays e travestis.*

*Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: “É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de ‘acuê’ o tempo inteiro”, brinca. “A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...”, comenta.*

*O dicionário a que ele se refere é o Aurélia, a dicionária da Ungua afiada, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.*

*Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial. (Disponível em: [www.midiamax.com.br](http://www.midiamax.com.br). Acesso em: 4 abr. 2017).*

*Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha status de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por*

- a) ter mais de mil palavras conhecidas.
- b) ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- c) ser consolidado por objetos formais de registro.
- d) ser utilizado por advogados em situações formais.
- e) ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

(Questão 37, ENEM, 2018. Disponível em <https://descomplica.com.br/gabarito-enem/questoes/2018/primeiro-dia-da-perspectiva-usuario-o-pajuba-ganha-status-de-dialeto-caracterizando-se-como-elemento-de-patr/>. Acesso em 25 de jul. 2021)

*com isso, meu Deus do céu? Quando a gente vai ver a tradução daquelas palavras, um absurdo, um absurdo! Vai obrigar a molecada a se interessar por isso agora para o Enem do ano que vem?"; "Podem ter certeza e ficar tranquilos. Não vai ter questão dessa forma ano que vem, porque nós vamos tomar conhecimento da prova antes. Não vai ter isso daí"; "Queremos que na escola a molecada aprenda algo que no futuro lhe dê liberdade, que ele possa ganhar o pão com trabalho, não fique com essas questões menores que a gente vê por aí de ideologia de gênero. Qual a importância disso? Vai ser feliz, cara! Se você quer ser feliz com outro homem, vai ser feliz! Se você é mulher e quer ser feliz com outra mulher, vai ser feliz!"; "Mas não fiquem perturbando isso nas escolas, obrigando a criançada a estudar besteira que não vai levar a lugar nenhum. Quem ensina sexo é papai e mamãe, pronto e acabou". | "Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai 'tomar conhecimento da prova antes' (G1, 2019).*

**Ilustração de número 2** – Em junho de 2021, no grupo de *whatsapp* da turma de sexto ano da Escola Estadual Aníbal de Freitas, em Campinas-SP, às 18:38 um aluno de onze anos enviou uma mensagem, *"Oi gente então que tal a gente fazer um trabalho sobre o mês do lgbt etc... Eu acho uma ideia boa"*; após uma hora e vinte e dois minutos a primeira resposta, *"Boa noite sou mãe de aluno e essa mensagem acima é um absurdo,"*, seguida por *"Quem é vc por favor? Retire seu comentário, por favor. Muito obrigada. Diretora."*; *"Os pais serão avisados."*; *"Tira essa pessoa do grupo cada coisa que temos que ver"*. *"Às vezes e algum aluno. Concordo que foi totalmente inapropriado, mas é questão de se orientar"*. (G1, 2021).

**Ilustração de número 3** – "A tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, no Congresso Nacional foi marcada por uma calorosa disputa em torno da presença da temática de gênero e sexualidade do documento. Na deliberação final do documento, a Câmara dos Deputados votou favorável à retirada de todas as palavras gênero e orientação sexual do documento – foram suprimidas inclusive expressões como 'gênero alimentício' e 'gênero literário'." (FERREIRA; ÁGUIAR, 2018).

Trago tais ilustrações para demonstrar como, se a uma primeira vista – especialmente para os nossos olhos desejosos e necessitados do vislumbre de uma radicalidade fervilhante – as estratégias apresentadas podem parecer excessivamente inócuas, elas poderiam ser mote de fervorosas reações em um contexto em que o pânico moral frequentemente interdita a inclusão das discussões sobre gênero nas escolas (MAIO; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2020). Certamente, no âmbito dos conteúdos, talvez nem sempre seja possível encontrar propostas mais subversivas, mas, acompanhando as propostas de Walsh (2013), podemos olhar mais atentamente e encontrar nos cursinhos

“Pedagogias que se esforçam para abrir rachaduras e provocar aprendizagens, desaprendizagens e reaprendizagens, desprendimentos e novos enganchamentos; pedagogias que pretendem plantar sementes, não dogmas ou doutrinas, clarear e enredar caminhos, e fazer andar horizontes de teorizar, pensar, fazer, ser, estar, sentir, olhar e escutar – de modo individual e coletivo – em direção ao decolonial”. (WALSH, 2013, p.66-67)<sup>80</sup>

O que há, portanto, é uma negociação entre o desejo de ruptura e as possibilidades atuais, especialmente considerando a entrada das pessoas trans e travestis no ensino superior como alvo principal dos cursinhos e as provas de seleção como principal meio para alcançá-lo. Considero que nessas fissuras possíveis encontramos o esforço de realizar uma “pedagogia das ausências e das emergências” (GOMES, 2017) ao buscar uma prática educativa não-alienada e assumir estratégias de síntese entre o que se ensina e o processo de humanização de pessoas trans e travestis.

### *Transbiografias*

O primeiro sinal de que seria uma atitude ingênua não investigar as estratégias de ensino adotadas nos cursinhos surgiu por meio de Josivan Vieira. Ainda em 2018, em nosso encontro de entrevista exploratória relatado anteriormente, ele me entregou uma lista de exercícios que guardava consigo desde 2015. Segundo meu interlocutor, muitos papéis foram perdidos entre o ano de funcionamento do transviando e a nossa primeira conversa, mas considerou importante me entregar os únicos que conseguiu encontrar. O material da disciplina de atualidades/redação era composto de três páginas. A primeira trazia a capa de uma edição de julho de 2015 da *Vanity Fair*, importante revista estadunidense de cultura pop e moda, estampada com a foto de Caitlyn Jenner – famosa por sua carreira como atleta e pelo relacionamento com Kris Jenner, matriarca do clã Kardashian cuja vida familiar é o centro do *reality show* “*Keeping up with the Kardashians*” - acompanhada de um pequeno texto sobre a sua transição de gênero aos sessenta

---

<sup>80</sup> Tradução nossa. No original: “*Pedagogías que se esfuerzan por abrir grietas y provocar aprendizajes, desaprendizajes y reaprendizajes desprendimientos y nuevos enganchamientos; pedagogías que pretenden plantar semillas no dogmas o doctrinas, aclarar y en-redar caminos, y hacer andar horizontes de teorizar, pensar, hacer, ser, estar, sentir, mirar y escuchar —de modo individual y colectivo— hacia lo decolonial.*”

e cinco anos. A segunda página era ilustrada pela foto de João W. Nery, importante nome do ativismo trans, segurando o seu livro “Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois”, havia ainda uma pequena biografia que o definia como “escritor, psicólogo e ativista dos direitos da comunidade transexual” e um excerto de uma entrevista feita com ele para o *blog* “Eros Dita” do portal UOL. Por fim, a última página trazia dez linhas em branco e a indicação “discorra sobre o papel e a inserção dos e das transexuais na sociedade atual. Nos últimos anos, houve conquistas sociais para essas pessoas? Defenda seu ponto de vista. (Obs: utilize entre 7 e 10 linhas)”. Tal material, junto com os dados produzidos nas entrevistas, foi como uma confirmação de que seria insuficiente declarar que os cursos usualmente estão divididos em disciplinas semelhantes às dos currículos escolares, como “história”, “português” e “matemática”, sem analisar os movimentos realizados por discentes e docentes para estabelecer conexões entre as experiências trans e os temas das aulas.

### *A banalidade da transfobia*

Ao refletir sobre a sua experiência como professora de literatura no Transeducação, Bela Berenguer explicitou a sua busca por trazer durante as aulas “um exemplo muito mais próximo pra realidade deles”, como no relato sobre uma aula onde foi discutido o conceito de banalidade do mal<sup>81</sup>.

Quando eu falava, por exemplo, sobre a banalidade do mal... aí falava com eles, por exemplo, tentava puxar Foucault, fazia uma coisa como se fosse... e era um diálogo muito próximo. Sentava na cadeira, a gente fazia uma rodinha e falava, né? Aí quando eu falava sobre banalidade do mal eu tentava dizer a eles ‘*olha, a banalidade do mal é, por exemplo, quando o cara lá nazista...*’, que é a realidade, trazia o contexto histórico bem rápido de Hannah Arendt e falava ‘*ó, o nazista, ele tava lá, ele tinha*

---

<sup>81</sup> A filósofa judia Hannah Arendt foi enviada pela revista *The New Yorker* em 1961 para Jerusalém para fazer a cobertura do julgamento de Otto Adolf Eichmann por sua atuação como oficial nazista. Seus relatos deram origem, em 1963, ao livro “Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal”. Se a espetacularização do processo tendia a descrever o acusado como um monstro, a análise de Arendt abria um novo caminho ao argumentar que “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.” (ARENDR, p. 299, 2013).

*mãe, ele tinha pai, ele tinha esposa, ele tinha família... tinha tudo isso que a gente entende enquanto coisas que supostamente são do ser humano, né? Porque a gente imagina o nazista como um monstro. Aí esse mesmo cara acordava, dava um beijinho na esposa, dava um beijinho na filha e ia matar gente, sabe? A banalidade do mal naquela época era isso. Hoje em dia a gente vê de outra forma...' e eu ia desenvolvendo a partir da realidade, né? Por exemplo 'quando alguém olha torto pra você no ônibus e não senta do seu lado no ônibus, porque você sabe que ali tem um preconceito relacionado a sua identidade de gênero, né? Ali também é uma forma de banalidade do mal dentro da contemporaneidade', e aí eles vinham e discutiam, era uma coisa muito, muito, muito massa. (Bela Berenguer)*

### *Breve tratado travesti sobre o silogismo aristotélico*

Não é apenas como pontos de partida planejados pelos/pelas docentes que são estabelecidas as relações entre as experiências das pessoas trans e os temas das aulas, em uma atitude antropofágica os/as discentes devoram e vomitam o conteúdo de maneiras inesperadas, criativas e muitas vezes não previstas por seus/suas professores/professoras. Em seu trabalho de conclusão de curso, por exemplo, Fabiano Tatsch (2018) relatou a sua experiência de levar a turma do Transenem POA a um laboratório para a realização de alguns experimentos onde “embora houvessem 12 corantes diferentes, a predominância [das escolhas dos/das estudantes] se deu nas cores da bandeira trans: azul e rosa” (p. 37). Já Raul Capistrano narrou o confronto entre a experiência de uma estudante travesti e os princípios do silogismo na lógica aristotélica<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Segundo Bertrand Russell, “O que Aristóteles fez de mais importante na lógica encontra-se em sua doutrina do silogismo. Silogismo é o raciocínio que consiste em três partes: uma premissa maior, uma premissa menor e uma conclusão. Há silogismos de vários tipos, e cada qual possui um nome atribuído pelos escolásticos. O mais popular é chamado “Bárbara”:

Todos os homens são mortais (premissa maior).  
Sócrates é um homem (premissa menor).  
Portanto: Sócrates é mortal (conclusão).

Ou:

Todos os homens são mortais.  
Todos os gregos são homens.  
Portanto: todos os gregos são mortais.” (2015, p. 268).

[...] os desafios que eu tive foram desafios interessantes, foram desafios que tinham a ver como as pessoas trans afrontavam as teorias filosóficas que eu levava pra sala. Então isso foi uma coisa maravilhosa. Então eu fui fazer uma aula de Aristóteles, fui falar sobre a identidade em Aristóteles, fui falar sobre... eram os silogismos que eu tava falando, eram os silogismos, o problema da identidade, algo assim. E aí, por exemplo, teve uma aula que eu falei ‘*olha, A não pode ser B*’, sabe? Ou eu falava ‘*É A ou B*’, e aí chegou uma estudante e disse assim ‘*mas ué, uns dizem que eu sou homem, outros dizem que eu sou mulher, então eu posso ser os dois. Pra essa exigência que você tá colocando, Aristóteles não atende*’, e eu falei ‘*é mesmo, não atende, não*’, sabe? (risos). Então, assim, eu gostava que as experiências ali afrontavam as teorias que eu trazia, sabe? Muitas delas afrontavam assim... e isso era muito gratificante. (Raul Capistrano)

### *Transgredindo a educação*

Tanto a lista fornecida por Josivan quanto as estratégias relatadas por Bela são lidas por mim como respostas a pergunta “Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida?” (2019, p. 32) posta por Paulo Freire, o que, como vimos com Raul, também é respondido por parte dos/das/des discentes. Tais exemplos guardam semelhanças com a experiência do próprio Paulo Freire e sua equipe no famoso processo de alfabetização em Angicos (Lyra, 1996) onde a condução do ensino partia dos próprios elementos que compunham a vida daqueles homens e mulheres do campo.

Nos cursinhos os voluntários e voluntárias recorrem a uma série de estratégias para não deixar de lado o compromisso com a função propedêutica prometida e nem resvalar em um modo de ensinar distante e alienado, recorrendo para isso a maneiras de, para usar as palavras de Tiffany Odara (2020), travestilizar a educação. Como afirma bell hooks, “a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades” (2017, p. 273).

## **11. O caminho se faz entre o alvo e a seta – morte e luto nos cursinhos**

*Eu não sei se a noite me leva*

*Eu não ouço o meu grito na treva*

*O fim quer me buscar*  
*Sambei na avenida*  
*No escuro fui porta-estandarte*  
*Apagaram-se as luzes, é o futuro que parte*  
 [...]
 *A distância até o fundo é tão pequena*  
*No fundo, é tão pequena*  
*A queda*  
*E o amor é tão longe.*  
 (Balada de Gisberta – Pedro Abrunhosa)

No dia 31 de janeiro de 2021 eu fiz uma pausa durante o processo de transcrição de uma das entrevistas da pesquisa. Enquanto preparava um café e lia as mensagens do *whatsapp* vi no grupo de um dos pré-vestibulares a confirmação da morte de Michele Almeida, uma travesti de 45 anos que estudou no Transvest e estava desaparecida há alguns dias. Esfaqueada. Abandonada em um viaduto de Belo Horizonte.

A epígrafe que abre esse capítulo é um trecho da “Balada de Gisberta”, canção escrita por Pedro Abrunhosa em homenagem à memória da transexual paulista que morava em Portugal e, após ser torturada por três dias por um grupo de jovens portugueses com idades entre 12 e 14 anos, foi jogada no fosso do prédio em obras que utilizava como abrigo e morreu afogada. No campo de comentários do vídeo no *youtube* com a poderosa interpretação de Maria Bethânia há um feito há dois anos, “*ser trans e escutar essa música destrói meu coração, uma vida com medo*”, entre as frases de apoio e solidariedade há uma que se destaca, “*Tmj[estamos juntas] abençoada... Eu sou uma Gisberta que sobrevivi. Nossa força é infinita. Deus abençoe todos seus sonhos e projetos.*”. No teaser do documentário “Perifericu” Vita Pereira afirma “*Dizem que sonhar é a certeza de que você está viva, e essa anda sendo a minha maior preocupação*”.

A sombra da morte foi uma indesejada companheira durante a elaboração desse trabalho. Ela aparecia nas biografias de pessoas *trans*, na história do movimento organizado, em reportagens, em documentários, em filmes de ficção... em tudo.

Dois conceitos têm sido frequentemente utilizados em produções que discutem as mortes das pessoas *trans*. O primeiro deles é o conceito de “biopoder”, um dos pontos centrais da obra de Michel Foucault. No curso “Em Defesa da Sociedade” (2005), ministrado em 1975-

1976 no Collège de France, o filósofo localiza o nascimento do biopoder na passagem do século XVIII para o século XIX e delinea alguma das suas características contrastando-o com a noção de poder disciplinar – que lida com o corpo/indivíduo, ao passo que o biopoder se dirige ao governo da “população” – e com o poder soberano, entendido como o que “deixa viver ou faz morrer”, enquanto essa nova forma “faz viver ou deixa morrer”, um tipo de poder caracterizado sobretudo pela função de administrar a vida. No volume I do História da Sexualidade (2017) o biopoder é acionado em conjunto com a disciplina para analisar a questão do sexo, pois, para Foucault o sexo assume uma posição estratégica para o exercício dos dois tipos de poder.

O segundo dos conceitos anunciados foi proposto por Achilles Mbembe (2016) que, ao analisar que “a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (p.146), desenvolve os conceitos de necropolítica e necropoder para pensar como o “direito de matar” é exercido de forma contínua sobre determinados grupos nos regimes políticos atuais. Tal noção constitui parte fundamental em obras como *“Terrorist Assemblages: homonationalism in queer times”* (2007) de Jasbir K. Puar e na coletânea *“Queer Necropolitics”* (2014), trabalhos que analisam redes complexas que envolvem temas como dissidências sexuais e de gênero, raça, islamofobia, guerra, migração e, obviamente, morte.

Em uma pesquisa sobre a assassinatos de travestis na cidade do Rio de Janeiro, Carrara e Vianna (2006) não apenas identificam algumas de suas principais características, como, por exemplo, o predomínio da rua como principal local desses crimes e as armas de fogo como o principal instrumento utilizado, mas também apontam que o trabalho de apuração dos policiais é marcado pela indiferença.

Em sua análise sobre os assassinatos de pessoas transgênero, Jaqueline Gomes de Jesus (2013b) aponta que essa população é vitimizada por uma violência estrutural e define dois níveis de análise, “crimes de ódio” e genocídio

Essa caracterização dos assassinatos de travestis e de mulheres e homens transexuais no Brasil, no nível micro, como crimes de ódio, e no nível macro como parte de uma tentativa de genocídio dessa população, visa elucidar as consequências da violência estrutural contra as pessoas trans, para que se deixe de invisibilizar o que sofrem como se fosse apenas uma série de assassinatos isolados, e revelar seu mecanismo de intolerância generalizada, que encerra a ideia da impossibilidade de conviver com

“esse” outro, porque sua vivência de gênero é diferente da “nossa”. (JESUS, 2013b, p.119).

Letícia Nascimento (2021) ao discutir sobre os transfeminicídios reflete sobre as disputas para que a lei do feminicídio<sup>83</sup> não fosse exclusiva para mulheres cisgêneras, o que confrontava posições que fundamentavam a lei em torno da diferença anatômica.

A ênfase dada ao processo de abjeção das identidades femininas objetiva dessencializar o gênero na análise da Lei do Feminicídio. Uma crítica a partir da cisgeneridade permite compreender que, aparentemente, mulheres cisgêneras são mortas por “naturalmente” serem mulheres, enquanto mulheres transexuais e travestis são assassinadas por performarem uma identidade feminina. A contestação que faço é que nem as cisgêneras, nem as transgêneras são identidades naturais, por isso é importante romper com a categoria “mulher” no singular, para pensarmos mulheridades e/ou feminilidades não apenas na aplicabilidade da lei, mas, sobretudo, em uma compreensão analítica da categoria gênero. (NASCIMENTO, 2021, p. 172)

Podemos observar uma posição semelhante a defendida por Letícia Nascimento em uma afirmação feita por Isabella Silva durante a nossa entrevista

O país que na América Latina não tem o reconhecimento efetivo, humanizado, dessas mulheres. Ainda tem muitas carnificinas. O país em que essas mulheres não são nem... olha, a gente tem que lutar pelo direito, inclusive, de quando morrer entrar para o grupo de feminicídio. Até pra poder a gente ser reconhecida depois da morte. Então, assim, a dívida social histórica é imensa.

---

<sup>83</sup> A lei nº 13.104 de 9 de março de 2015 alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940 acrescentando o feminicídio como crime hediondo. “Feminicídio VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2º -A Considera-se que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Aumento de pena § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)” (BRASIL, 2015).

Outro importante destaque trazido pela autora é a importância de considerar a dimensão racial nas análises das mortes de pessoas trans.

Por exemplo, a raça é componente estrutural forte entre os assassinatos trans\*, visto que 78% das vítimas em 2020 eram negras (pretas e pardas), percentual muito parecido com o dos anos anteriores. [...] A análise decolonial e interseccional demanda a compreensão de que raça e gênero são inseparáveis. (Ibid., p. 176-177)

Em uma investigação sobre a veiculação de notícias sobre assassinatos de travestis e transexuais, Ziller e Barretos (2019) apontam que a atuação jornalística sobre tais casos produz o medo desse grupo pensado como o “outro”, apagam as suas identidades quando, por exemplo, ignoram o nome social e frequentemente recorrem à polícia como única fonte de informação, para as autoras tais dinâmicas são produtoras de significação “retirando o direito à posição de vítima e tornando essas pessoas seus próprios algozes, merecedoras da violência que sofrem” (p. 87).

Se a morte nunca esteve ausente durante todo o trabalho de produção dessa dissertação, em três momentos ela foi trazida a superfície. O primeiro dos momentos diz respeito à afirmação de Isabella Silva ao apontar o porquê considera importante a entrada de pessoas trans nas universidades.

Porque somos mortas a todo momento. Porque eu penso em morrer todos os dias. [...] É porque eu estou revisitando, assim, memórias e coisas que eu vivo até hoje. Então quando eu falo não é brincando, não, entendeu? Foi muito direta, né? Mas eu posso acrescentar, na verdade... Gente, eu falei de forma tão direta, né? Mas foi o que eu senti na hora. Pode constar aquilo que eu falei, porque é real. [...] Eu tentei o suicídio duas vezes. E aí quando eu digo pra você hoje, que eu sou uma mulher que, respondendo novamente sua pergunta, complementando o que eu já disse aqui, uma mulher que sabe que as outras mulheres trans estão morrendo, estão vivendo na miséria, a grande maioria.

O projeto do pré-vestibular é percebido por Isabella como um caminho para uma “vida vivível”, para recorrer as palavras de Butler (2015). A precariedade, experienciada na própria

pele e identificada como constituinte do grupo social do qual a interlocutora faz parte, é colocada como ponto de partida para a construção do cursinho. Os horizontes que a Isabella demonstra crer anunciados pelos pré-vestibulares – os de entrada e progressão no mercado de trabalho formal e da convivência “que vai quebrando todas as regras de segregação, de opressão, de exclusão” – parecem apontar para além da sobrevivência do corpo. Trazer a morte das pessoas trans como pedra angular da fundação do cursinho trans+ aponta para um desejo de criar possibilidades, de criar diferentes destinos, de lutar pela vida.

O segundo momento em que a morte apareceu está mais relacionado ao processo de luto. Não é exatamente sobre a eliminação física, mas sobre o que se segue a ela, sobre a reação dos outros a ela. Desenvolvendo as reflexões já iniciadas em *Vida Precária* (2011), Butler discute em *Quadros de Guerra* (2015) sobre como “uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva” (p.13). O luto como estratégia política é parte central do movimento LGBT+, são relativamente comuns que os assassinatos ou suicídios sejam seguidos de passeatas, manifestações nas redes sociais, construção de cruzes simbólicas e uma série de outros expedientes, o que faz eco à afirmação de Butler (2019) de que os não passíveis de luto podem se enlutar uns pelos outros e que “essas formas de persistência e resistência ainda acontecem na vida à sombra do público, ocasionalmente escapando e contestando os esquemas pelos quais são desvalorizados ao afirmar seu valor coletivo” (p. 133). Nesse sentido, é bastante significativo que uma das datas do calendário do movimento trans, o dia 20 de novembro, marque o Dia Internacional da Memória Transgênero, uma forma de rememorar coletivamente as vítimas letais das violências transfóbicas e desafiar os enquadramentos sociais que tornam a população trans como não passível de luto. Os cursinhos para pessoas trans são um desses locais “à sombra” onde as pessoas trans são dignas de luto, o que pode ser apreendido do relato feito pela Isabella sobre o primeiro dia de aula do Trans+.

Uma estudante trans... eu não posso dizer o nome porque eu não sei se ela deixaria, mas que a irmã dela foi assassinada e no primeiro dia de aula da inauguração ela me pediu permissão para passar o vídeo que ela fez simulando o assassinato dela mesma. Ela simulou o assassinado dela mesmo no vídeo, mas ela estava representando a irmã que foi assassinada a tiros. Era trans [a irmã dela], era uma mulher trans. Então... eu nunca vou esquecer isso.

O último dos três momentos destacados aqui traz relação com os outros dois, posto que tanto revela a experiência concreta do risco sempre eminente de morte quanto revela a possibilidade de luto por parte das pessoas que compartilharam as experiências promovidas nos cursinhos. Ao apontar os momentos que considerou mais marcantes no Transviando o ENEM, Josivan Vieira destacou as perdas da Marina Garlen, uma travesti famosa tanto por seu ativismo político quanto por seu trabalho artístico, que participou de reuniões para contribuir com a construção do projeto e morreu após passar mal em 2016, e a de Felipe Doss, homem cis gay que fez parte do corpo de pessoas colaboradoras do projeto e morreu após ser baleado em um assalto em 2017.

E a terceira foi a de Teu, assim, Teu foi um cara que foi assassinado na casa dele e, tipo assim, eu sempre me emociono, porque ele dizia, ele compartilhava comigo, e uma semana antes dele ser assassinado ele me encontrou no metrô, eu estava indo para o trabalho, e ele estava muito feliz porque ele tinha conseguido material para ser cabelereiro, ele estava querendo começar a cortar cabelo e tal, já tinha feito alguns cursos, e eu lembro que eu incentivei muito ele, eu falei “cara, que bom que isso vai acontecer, se joga mesmo, faça o que você acha ideal e tente se encontrar, porque você já comentou disso algumas vezes”, e aí uma semana depois veio aquele baque de que ele tinha sido assassinado, e a gente conversou entre a gente, porque uma coisa muito positiva do transviando foi a rede que ele criou após o transviando, [...] então isso foi muito importante.

Cabe destacar ainda que a militância LGBT+ soteropolitana homenageou a memória de Teu Nascimento ao batizar com o seu nome o projeto de lei 292/2017 que resultou na Lei Municipal 9.498/2019 que define que “caracteriza infração administrativa a prática de ato discriminatório contra pessoas em razão de sua orientação sexual e/ou identidade e expressão de gênero, praticada por pessoas jurídicas de direito público e privado estabelecidas no Município de Salvador.” (SALVADOR, 2019).

## **12. Dois relatos estranhos**

Durante a realização desse trabalho foi possível encontrar também pré-vestibulares, privados ou sociais, que faziam reserva de vagas para pessoas trans e travestis. Em que pese a

inegável importância dessas iniciativas, a escolha por analisar as experiências de cursinhos que atendem a população trans de forma exclusiva ou, para brincar um pouco, com “políticas de inclusão de sujeitos cisgêneros” é justificada pelas possibilidades guardadas pelo deslocamento que estes espaços promovem, quando uma multidão frequentemente empurrada para as margens passa a ser base e centro dos projetos.

Creio não exagerar ao pensar os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis a partir da noção de heterotopia proposta por Foucault (2013), como “contraespaços” que, para ele, “são a contestação de todos os outros espaços [...]” (p.28). Os cursinhos dos quais tratamos não apenas buscam “preparar” ou “treinar” um grupo específico para atingir determinada nota em processos de seleção para o ensino superior, mas apresentam forte carga de contestação das dinâmicas de gênero hegemônicas, marcadamente a cisnormatividade, especialmente em suas manifestações nos espaços de educação formal.

Neste capítulo busco apresentar dois relatos de **estranhamento**, pensados em uma perspectiva queer/cuir. O primeiro é baseado em uma observação feita por Josivan Vieira sobre o uso dos banheiros por parte dos/das/des educandos/as/es do Transviando o ENEM; o segundo parte do vislumbre de um momento, relatado por Raul Capistrano, em que o corpo cisgênero foi submetido ao escrutínio de quatro estudantes trans.

### *Cuirizando a ida ao banheiro – tão corriqueira que causou estranhamento*

Parte quase sempre presente na arquitetura dos locais públicos, os banheiros são um terreno fértil para as teorizações e reflexões sobre os gêneros, especialmente quando as pessoas trans estão no centro do assunto.

Creio que nós – e aqui me dirijo especialmente aos meus pares cis – dificilmente hesitamos em relação ao banheiro que deveríamos utilizar e dificilmente esperamos por algum tipo de questionamento. Pensando na escola, por exemplo, eu sempre soube em qual banheiro o meu acesso era permitido e em qual era interdito. Aquilo parecia fazer parte do cenário normal, durante a maior parte da minha vida não foi fonte de estranhamento. Já para as pessoas trans, mesmo aquelas para quem não resta dúvidas sobre o banheiro que frequentam, há sempre a possibilidade de algum agente da polícia do gênero decidir fazer uma abordagem.

Essas regras que organizam esse breve e costumeiro movimento podem ser lidas à luz do que a Teresa de Lauretis, em diálogo com Louis Althusser, pensa como o processo de interpelação e de engendramento. O que é feito quando vamos aos banheiros segue a mesma lógica do processo de assinar um formulário como “homens” ou “mulheres”, fonte de reflexão para a autora

A maioria de nós – mulheres, aos homens isto não se aplica – provavelmente assinala o F e não o M ao preencher um formulário. Nunca nos ocorreria assinalar o M. Seria como enganarmos a nós mesmas, ou pior, como não existir, como nos apagar do mundo. (Se homens assinalassem o F, caso fossem tentados a fazê-lo, as implicações seriam bem diferentes.) Isso porque, a partir do momento que assinalamos o F em um formulário, ingressamos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero, em que fomos “engendradas” como mulheres, isto é, não são apenas os outros que nos consideram do sexo feminino, mas, a partir daquele momento, nós passamos a nos representar como mulheres. Agora, pergunto, isso não é o mesmo que dizer que a letra F assinalada no formulário grudou em nós como vestido de seda molhado? Ou que, embora pensássemos estar marcando o F, na verdade era o F que estava se marcando em nós? (LAURETIS, 2019b, p. 134)

O que tomamos como um ato corriqueiro – lembrando que esse “nós” neste momento ainda corresponde aos meus pares cis – pode ser visto como parte fundamental do nosso longo processo de “fazer” o gênero, no sentido apontado por Butler.

As reflexões de Lauretis, entretanto, não são suficientes para a compreensão do que é possível observar quando a discussão versa sobre a ida de pessoas trans ao banheiro. E, cá entre nós, muitas vezes essa discussão parece infundável. São constantes as denúncias sobre agressões ou expulsões de banheiro sofridas por pessoas trans em ambientes como shoppings, universidades, festas e outros. Um exemplo da aparente eterna vitalidade do tema foi a viralização em abril de 2021 de uma fala de Victoria Monforte, conhecida como Mc Trans, direcionada para Julia Kreischer, apresentada como “feminista radical”, no quadro “preconceito” do canal Spotniks no youtube. Dos quase vinte e sete minutos do vídeo original, o corte que se espalhou pelas redes sociais foi justamente sobre... o uso do banheiro. O “jogo” proposto pelo quadro consiste em dois formulários entregue às duas participantes com algumas perguntas, uma deveria tentar adivinhar a resposta da outra para, em seguida, descobrir se acertou ou não. Ao descobrir que, diferente do que havia apostado, a Julia Kreischer não

concordava com o uso dos banheiros públicos femininos por mulheres trans, a Victoria Monforte deu a resposta que aqui reproduzo

Julia Kreischer – Pra mim, uma mulher trans não deve ter o direito de frequentar banheiros públicos femininos, porque, pode ser um medo meu, mas eu tenho muito medo pelas mulheres, porque eu já vi alguns casos que aconteceu isso. Eu não digo que são mulheres trans, muitas pessoas dizem que essas pessoas não são trans de verdade, mas eu não sei qual é o critério de vocês pra considerar alguém trans e que já atacaram mulheres.

Victoria Monforte (rindo e se abanando com a prancheta) – Eu não posso te mandar tomar no cu agora, né?

Julia Kreischer (rindo e balançando a cabeça) – Não.

Victoria Monforte – Desculpa, eu ia adorar.

Julia Kreischer – Não pode

Victoria Monforte – Mas deixa eu te explicar uma coisa, gata. Puta merda. Nossa, você super me decepcionou agora, você tava muito linda aqui na minha frente. Vamo lá. Qual é a diferença... você como feminista, você luta pelo direito da mulher, né? Imagina você sendo uma mulher trans, tá? O que é que faz uma mulher trans ser uma mulher trans? Gente, nenhum homem hétero vai se vestir de trans. Não se veste de trans, se nasce trans. Então imagina você no meu lugar, eu tô dentro de um shopping, se ponha no meu lugar. Eu tenho peito, eu tenho bunda... eu poderia nem ter peito! Eu sou uma mulher trans, mas tudo bem. Eu tô aqui, você tá me vendo. Imagina eu entrando no banheiro onde tem um mictório masculino, onde todos os homens estão em pé com o pênis pra fora, mijando um na frente do outro.

Julia Kreischer – Eu entendo perfeitamente.

Victoria Monforte – Isso é muito diferente do banheiro feminino. Por que que eu acho que o banheiro feminino não deveria ter tanto esse problema? Já começa por um único motivo: o banheiro feminino não tem mictório. Então se a mulher trans tem ou não pênis, você nem vai ver, porque ela vai passar por você no banheiro, ela vai no espelho se maquiar, mas ela vai entrar pra uma cabine pra fazer xixi ou não. Então eu não vejo nem qual é o incômodo da mulher dividir esse espelho e essa torneira com uma trans. Supondo que aconteceu de um tarado, um maníaco do parque se transvestir de drag ou de transformista...

Julia Kreischer – Sabe que já aconteceu? Tem alguns criminosos que se vestiam de mulher...

Victoria Monforte – Pronto, aconteceu isso. Esse criminoso, ele é um caso isolado, e ele vai estuprar uma mulher, porque ele já é um estuprador, no banheiro, na rua, na esquina, em qualquer lugar. Então, independente dele estar cometendo essa atitude pra chegar no banheiro feminino e estuprar ou violentar uma mulher, ele faria isso em qualquer lugar. O problema está nesse maníaco. Eu acho que as trans, que são mulheres que lutam diariamente no país que mais mata travestis e transexuais, a nossa estatística de vida, no máximo, é 35, 33 anos, entendeu? Eu acho – até quebrei a caneta! – eu acho um absurdo nós pagarmos mais um preço e relevar uma bagagem mais uma vez que não é nossa, por conta de um maníaco, por conta de um outro estuprador, entende? Principalmente num banheiro que, meu, tem cabine! A gente não vai dividir nada. (SPOTNIKS, 2021)

No texto “Basura y Genero. Mear/Cagar. Masculino/Femenino” Preciado (2006) discute a articulação entre arquitetura e o controle social exercido pelos “outros” nos banheiros públicos.

No século XX, os banheiros se tornam autênticas células públicas de inspeção em que se avaliam a adequação de cada corpo com os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade. Na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu feminino, bigode ou florzinha, como se tivéssemos que ir ao banheiro mais para refazermos o gênero do que para nos desfazermos da urina e da merda

Não nos é perguntado se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, ninguém se interessa nem pela cor e nem pelo tamanho da merda. A única coisa que importa é o GÊNERO. (PRECIADO, 2006, p.1)<sup>84</sup>

Mas o curto texto – cinco páginas, somente – de Preciado não discute apenas sobre permissões e interdições no acesso aos banheiros públicos, o autor também encontra nas

---

<sup>84</sup> No original: “En el siglo XX, los retretes se vuelven auténticas células públicas de inspección en las que se evalúa la adecuación de cada cuerpo con los códigos vigentes de la masculinidad y la feminidad. En la puerta de cada retrete, como único signo, una interpelación de género: masculino o femenino, damas o caballeros, sombrero o pamelita, bigote o florecilla, como si hubiera que entrar al baño a rehacerse el género más que a deshacerse de la orina y de la mierda.

No se nos pregunta si vamos a cagar o a mear, si tenemos o no diarreia, nadie se interesa ni por el color ni por la talla de la mierda. Lo único que importa es el GÉNERO.”

diferenças entre os dois espaços – o banheiro dos homens e o das mulheres – a reprodução de padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade.

Duas lógicas opostas dominam os banheiros de senhoras e de cavalheiros. Enquanto o banheiro das senhoras é a reprodução de um espaço doméstico no meio do espaço público, os banheiros dos cavalheiros são uma dobra no espaço público em que se intensificam as leis de visibilidade e posição ereta que definiam o espaço público como espaço de masculinidade. Enquanto o banheiro das senhoras opera como um mini panóptico em que as mulheres vigiam coletivamente seu grau de feminilidade heterossexual em que todo avanço sexual resulta em uma agressão masculina, o banheiro dos cavalheiros aparece como um terreno propício para a experimentação sexual. Na nossa paisagem urbana, o banheiro dos cavalheiros, resto quase arqueológico de uma época de masculinismo mítico em que o espaço público era privilégio dos homens, é, junto com os clubes automobilísticos, esportivos ou de caça, e alguns bordéis, um dos redutos públicos em que os homens podem liberar-se em jogos de cumplicidade sexual sob a aparência de rituais de masculinidade.

Mas, justamente pelos banheiros serem cenários de produção da masculinidade, podem funcionar também como um teatro de ansiedade heterossexual. Neste contexto, a divisão espacial das funções genitais e anais protege contra uma possível tentação homossexual, ou melhor, a condena ao âmbito da privacidade. Diferente do mictório, no banho dos cavalheiros, o vaso sanitário, símbolo da feminilidade abjeta/sentada, preserva o momento de defecação de sólidos (momentos de abertura anal) da visão pública. Como sugere Lee Eldman, o ânus masculino, orifício potencialmente aberto para a penetração, deve abrir-se somente em espaços fechados e protegidos do olhar de outros homens, porque, de outro modo, pode sugerir um convite homossexual. (Ibid. p.3-4)<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> No original: *“Dos lógicas opuestas dominan los baños de señoras y caballeros. Mientras el baño de señoras es la reproducción de un espacio doméstico en medio del espacio público, los baños de caballeros son un pliegue del espacio público en el que se intensifican las leyes de visibilidad y posición erecta que tradicionalmente definían el espacio público como espacio de masculinidad. Mientras el baño de señoras opera como un mini panóptico en el que las mujeres vigilan colectivamente su grado de feminidad heterossexual en el que todo avance sexual resulta una agresión masculina, el baño de caballeros aparece como un terreno propicio para la experimentación sexual. En nuestro paisaje urbano, el baño de caballeros, resto cuasi-arqueológico de una época de masculinismo mítico en el que el espacio público era privilegio de los hombres, resulta ser, junto con los clubes automovilísticos, deportivos o de caza, y ciertos burdeles, uno de los reductos públicos en el que los hombres pueden librarse a juegos de complicidad sexual bajo la apariencia de rituales de masculinidad.*

*Pero precisamente porque los baños son escenarios normativos de producción de la masculinidad, pueden funcionar también como un teatro de ansiedad heterossexual. En este contexto, la división espacial de funciones genitales y anales protege contra una posible tentación homosexual, o más bien la condena al ámbito de la privacidad. A diferencia del urinario, en los baños de caballeros, el inodoro, símbolo de feminidad abyecta/sentada, preserva los momentos de defecación de sólidos (momentos de apertura anal) de la*

A “questão do banheiro” também aparece com centralidade em pesquisas no campo da educação, especialmente as que investigam as experiências de pessoas trans nas instituições de educação formal. André Oliveira (2018), por exemplo, entende as barreiras nos acessos aos banheiros como parte daquilo que nomeia como “micropolíticas de exclusão”. Já Neil Franco e Graça Cicillini (2014) discutiram os conflitos quanto ao uso do banheiro na experiência de docentes trans em suas trajetórias profissionais e de escolarização, apontando que tais situações se apresentam de maneira mais recorrente entre as que conheciam pouco sobre os seus direitos e não estavam vinculadas ao movimento de pessoas trans.

Creio que tais considerações são suficientes para entender como uma simples ida ao banheiro que não resulte em confusão é algo a ser “estranhado” quando estamos falando sobre pessoas trans. É no interior desse quadro que a Josivan Viera registra algo que dificilmente seria motivo de “estranhamento” se as alunas em questão fossem mulheres cis.

Era até engraçado que sempre antes das aulas as meninas ficavam horas e mais horas no banheiro lá, se maquiando, conversando, e a gente comentava justamente sobre isso, esse era um dos nossos maiores medos, assim, de voltar pra um período que de fato tivesse aula e tivesse o curso junto com a universidade porque a gente sabe, né, que, com toda certeza, os olhares de represália e de necessidade de distanciamento iriam acontecer a todo momento. (Josivan Vieira)

Como podemos observar, Josivan não apenas identifica a tranquilidade no uso do banheiro feminino por parte das estudantes trans como algo “estranho” – no sentido mais “cuír” da palavra, posto que denuncia a artificialidade da nossa normalidade -, mas também percebe a situação precária na qual ela se funda. É um relato breve, tão breve que talvez, em contraste, revele ridículos, ainda hoje, todos os gritos que tentam interditar o acesso das pessoas trans aos banheiros.

Apesar disso, é preciso destacar que as aulas do Transviando o ENEM ocorreram durante a greve das federais em 2015. Como consequência, o espaço estava sob o uso quase

---

*mirada pública. Como sugiere Lee Edelman, el ano masculino, orificio potencialmente abierto a la penetración, debe abrirse solamente en espacios cerrados y protegidos de la mirada de otros hombres, porque de otro modo podría suscitar una invitación homosexual.”*

exclusivo de voluntários/voluntárias e estudantes do curso, o que, dentro de uma ética do cuidado, garantia que o respeito e a defesa da integridade e da autodeterminação de gênero fossem princípios inegociáveis. Como relatou Josivan Vieira, havia um temor relacionado ao retorno dos “outros”. A presença daquelas e daqueles que não fazem parte da comunidade do Transviando e estariam em maioria numérica, trazia a sombra da “polícia de gênero” e ameaçava uma vez mais – para usar as palavras de Preciado – tornar os atos de cagar e mijar momentos de possíveis conflitos.

### *Cuirizando o corpo cis – experiências de inversão*

Em 2012, ao sair com os peitos desnudos pelas ruas no calor carioca, Indianare Siqueira deu início a uma ação político-performática que desestabilizou algumas concepções de gênero que funcionam como base para o sistema de justiça e policiamento. Como descrevem Carlos Altmayer e Denise Portinari

Ela [Indianare] relata que, durante a marcha [marcha das vadias em 2012 no Rio de Janeiro], algumas meninas se mostravam apreensivas com a possibilidade de serem presas por atentado ao pudor ao expor seus seios. Indianara resolve, então, convocar uma comissão de pessoas trans, liderada por ela, para que colocassem os peitos para fora. Por serem oficialmente homens, a polícia não poderia fazer nada contra elas. (ALTMAYER; PORTINARI, 2017)

Essa foi a primeira de muitas experiências em que Indianare Siqueira saiu às ruas com os peitos à mostra, frequentemente entrando em confronto com policiais. Em uma dessas ocasiões ela foi detida. Como resposta às acusações de atentado ao pudor, recorria aos seus documentos – mais uma das muitas tecnologias de gênero – e questionava se “todos os homens” sem camisa teriam o mesmo destino. O seu ataque-defesa colocava os agentes em suspensão: Documento? Corpo? Homem? Mulher? Algo além? O julgamento foi iniciado, mas não saberemos o resultado dessa passagem kafkiana contemporânea.

O julgamento de Indianara Siqueira nunca ocorreu. O processo foi arquivado após a realização da audiência inicial, já que o policial que autouou Indianara não compareceu

perante o Juízo. Diante da situação paradoxal manifesta no suposto crime cometido por Indianara, que colocou em xeque instituições, leis, estratégias de governo, a resposta do Estado foi o silêncio. (LUCKMANN; NARDI, 2017, p.1240)

Ao teorizar sobre a própria experiência, Indianare Siqueira reivindica a monstrosidade como resposta à negação da humanidade

Ao transicionar os humanos me privaram de minha humanidade e me relegaram ao lugar de monstro.

Foi o melhor que poderia ter me acontecido.

De pequeno" príncipe que eu deveria ser e teria sido,não me transformei na raposa fofa que precisava ser cativada e aprisionada de novo,tampouco fui a rosa solitária que esperava a volta do pequeno.

Fui a hiena,monstro.Esperei que os leões matassem o príncipe e depois das rosas subjugadas e as raposas cativadas ri altoooooo e me alimentei das carniças desses seres.

Por isso luto todos os dias pra me livrar dos resquícios de humanidade que ainda restam em mim e reinvento meu direito a ser monstro. (SIQUEIRA, via: facebook, 2015)

A monstrosidade foi também recentemente mobilizada por Paul Preciado (2019) em um discurso preparado para um congresso de psicanalistas na École de la Cause Freudienne em Paris. Apesar do autor informar que no congresso só conseguiu realizar a leitura de ¼ do que havia preparado, sua versão completa foi disponibilizada posteriormente.

Eu, um corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como “transexual”, caracterizado na maioria de seus diagnósticos psicanalíticos como sujeito de uma “metamorfose impossível”, situando-me, segundo a maioria de suas teorias, além da neurose, à beira ou mesmo na psicose, incapaz, segundo vocês, de resolver corretamente um complexo edipiano ou tendo sucumbido à inveja do pênis. Bem, é a partir dessa posição de doente mental da qual vocês me classificam, embora eu me dirija a vocês como o símio-humano de uma nova era. **Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que vocês construíram com seus discursos e suas práticas clínicas**

[grifo nosso]. Eu sou o monstro que se levanta do divã e fala, não como paciente, mas como cidadão, como seu monstruoso igual. (PRECIADO, s/n, 2020)

Esse processo de marcar os corpos e experiências trans como anormais, monstruosas e patológicas está imerso em um longo processo histórico. Como sabemos, a partir de Thomas Laqueur (2001), o século XVIII marca, na trajetória ocidental, o momento em que o modelo do isomorfismo sexual, que compreendia homens e mulheres como um único corpo em diferentes graus de desenvolvimento, perde espaço para o modelo de dois sexos, onde as possibilidades de ser homem ou mulher estão encerradas em corpos opostos e incomensuráveis. De modo consonante com esse câmbio de paradigma, Jorge Leite Júnior (2008) identifica os processos pelos quais as ideias de “travesti” e “transexual” foram desenvolvidas pela ciência moderna. Como sabemos, isso não significa que o processo de trânsito entre os gêneros fora naquele momento iniciado ou que somente então passaram a ser regulados e combatidos – No território brasileiro, por exemplo, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020b) nos conta as histórias de Vitória, Joane e Xica Manicongo no século XVI e Rosalina e Yaya Mariquinhas no século XIX, mas demonstra a sua captura nas redes de saber-poder médicos. Ao investigar os processos para acessar a cirurgia de redesignação sexual, Berenice Bento (2006) revela o comportamento desses saberes estabelecidos como verdade, identificando ainda a existência de um “dispositivo da transexualidade”, que serve de parâmetro para definir os sujeitos como “transexuais verdadeiros/as” ou não, bem como demonstra os processos de negociação entre aqueles/aquelas que desejam realizar a cirurgia e as expectativas que devem cumprir para receber esse direito. É elemento desse histórico, ainda, a luta pela despatologização das identidades trans (CAVALCANTI, 2016; BENTO, 2017).

Como sabemos, há uma longa trajetória que põe os corpos trans em questão, buscam corrigi-los, investigam-se causas para as suas existências, interditam, permitem, concedem, criminalizam, estranham-se. Já na inversão promovidas nos cursinhos os sujeitos cisgêneros experimentam a posição de “o outro”. Como relatam os/as interlocutores/interlocutoras, são formadas nestes pré-vestibulares redes horizontais entre as pessoas trans participantes para trocar informações e compartilhar experiências sobre, por exemplo, a relação com o próprio corpo e o uso de hormônios – aliás, as pessoas cis também relataram processos de aprendizagem sobre esses temas no contexto dos cursinhos. Chama a atenção também um breve relato feito por Raul Capistrano.

O que eu presenciei é que a coisa mais importante que a gente tinha lá era a socialização. Era as pessoas conviverem com seus pares e o ambiente seguro promover essa performance a conviver de uma forma tão saudável que elas, mesmo defendendo isso no discurso, foi passando a ser na prática a possibilidade de naturalizar essas existências. De repete era tão natural conviver pessoas trans com pessoas cis e falar sobre si, sabe? Teve até uma situação interessante que tava quatro meninas trans conversando e elas tavam conversando assim, muito fervorosamente sobre as suas intervenções e os seus silicones e “o meu peito, o meu batom, e não sei o quê, não sei o quê” e tinha uma moça cis no meio e a moça cis ficou assim “nossa, não tem conversa pra mim... eu não tenho silicone, eu não fiz isso”, então, assim, e aí elas falaram “nossa, mana, que triste, né? Você nem faz parte, você nem pôs silicone”, então, assim, e aí uma começou a brincar com a outra “nó, que estranho, né? A pessoa nunca pôs silicone”, “nossa, que estranho, uma pessoa que nunca fez uma cirurgia”, “nó, que estranho, uma pessoa que nunca pôs hormônio... que estranho”, sabe? Muito assim, as quatro tavam ali brincando com um mundo e a outra não fazia parte daquele mundo porque ela era uma pessoa cis, e assim, ficou assim, a pessoa cis ficou sem graça porque ela não tinha feito nada, saca? Então o importante era assim, não só a socialização, mas, olha que interessante, não é só fazer parte de um todo, fazer parte de uma comunidade, fazer parte de uma sociedade, sabe? Mas é, depois de se sentir pertencente, poder reivindicar a sua individualidade, sabe? (Raul Capistrano)

Por muito tempo, os corpos que não reivindicavam um gênero diferente do que lhes foi atribuído permaneceu, exceto raros casos, inquestionado. Mesmo entre pessoas aliadas – aliás, até mesmo entre pessoas trans e travestis -, era corrente ouvir termos como “homem biológico”, “mulher natural”, “homem verdadeiro” e similares. Permanecia então a lógica das experiências trans como artificiais e cis como verdadeiras. A possibilidade aberta pelo desenvolvimento das ideias de “cisgeneridade” e “cisnormatividade” significam um câmbio no esforço de mostrar que as pessoas trans são tão normais/naturais quanto as outras, muitas vezes utilizando estrategicamente o discurso médico, pelo desvelamento da artificialidade da própria cisgeneridade, ora deslocada da sua posição neutra/biológica/verdadeira/natural/normal ao apontar os processos políticos, históricos e sociais pelos quais ela foi estabelecida como padrão social. Como aponta Leticia Nascimento

O conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modelo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos

generificados. A cisgeneridade retira o foco da produção discursiva sobre nós, corpos trans\*, e passa a questionar: como os corpos cis construíram o privilégio discursivo de que são naturalmente generificados? (NASCIMENTO, 2021, p.99)

Além disso, Viviane Vergueiro entende a cisgeneridade “enquanto normatividade colonialista” (p.52) e defende a sua adoção crítica como elemento importante para o próprio processo de despatologização das identidades trans.

Como vimos, as condições específicas decorrentes das escolhas políticas dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis geraram o *flash*, o vislumbre, a imprevisibilidade histórica do corpo cisgênero sendo visto como “um corpo estranho”, ou, mais precisamente, como corpos que se pretendem naturais/verdadeiros/reais, em uma norma social que tenta perseguir/subalternizar/eliminar todas as outras possibilidades, não passa de ficção politicamente produzida.

## Considerações finais

*Ela sonhava em ter uma vida tão promissora*

*Desobedeceu seu pai, sua mãe, o Estado, a professora*

*(A Lenda – Linn da Quebrada)*

Em um momento próximo da entrega dessa dissertação para a avaliação da banca, quando a sombra dos prazos já era motivo de madrugadas insones, li “A arte queer do fracasso” de Jack Halberstam (2020). As formulações do autor em sua crítica aos padrões estáticos de sucesso e fracasso criaram um enorme desejo de escrever mais um capítulo pensando a potência em recorrer às suas ideias para discutir o fracasso escolar, tema intensamente discutido no campo das pesquisas em educação, desde uma perspectiva *queer*. Precisei convencer a mim mesmo sobre a falta de tempo para recorrer à toda uma bibliografia de última hora e produzir reflexões a partir dessa pesquisa. Apesar disso, faço referência ao “fracasso” de Halberstam bem como a “desobediência” de Linn da Quebrada, dois termos que aprendemos a enxergar sob um prisma negativo, para fazer as considerações finais dessa pesquisa – ou melhor, do momento da pesquisa capturado em forma de dissertação.

De muitos modos, a educação produz fracassados/as/es. O que vemos a partir da aproximação dos pré-vestibulares para pessoas trans e travestis é a denúncia da ação da cisnormatividade nesse processo. Essa não é, entretanto, sua única dimensão. Com os pré-vestibulares onde a população trans é alçada ao centro, encontramos relatos que dificilmente encontraríamos em outros espaços de educação não-formal ou formal – talvez encontrássemos em espaços de educação informal, como os coletivos e redes de pessoas trans e travestis. Em um primeiro momento, aparece em destaque os cursinhos como estratégias para o acesso da população trans a profissões especializadas a partir de uma preparação em torno dos conhecimentos exigidos nas provas de seleção para as universidades. Durante a pesquisa, entretanto, conseguimos perceber outros objetivos e outras características. Trago algumas:

I – Os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis buscam desenvolver um projeto pautado em sonhos possíveis, revelando que a precariedade das pessoas trans é uma situação e que pode, e deve, ser superada.

II – A universidade, alvo dos cursinhos, é percebida de diferentes modos, tanto como um espaço que participa de uma rede de exclusões quanto como um espaço de possibilidades.

III – A entrada das pessoas trans e travestis na universidade não tem como objetivo apenas o acesso dessa população a um determinado tipo de conhecimento, defende-se também a maneira como a sua entrada pode incidir sobre o processo de produção de conhecimento e enriquecê-lo.

IV – O uso do formato dos pré-vestibulares corresponde mais à adoção de um modelo que parece responder às possibilidades dadas pela estrutura regulatória hoje, um processo de negociação, do que a uma pura adoção acrítica.

V – Pautados em uma ética do cuidado, os cursinhos recorrem a uma série de estratégias para tornarem-se “espaços seguros”, que vão desde o compromisso com o reconhecimento da autodeterminação de gênero até o processo de cautelosa análise sobre a entrada de pessoas cisgêneras nesse espaço.

VI – Apesar do grande peso daqueles saberes que esperam que sejam “cobrados” no ENEM, há brechas que tanto permitem recursos para tornar o processo não deslocado da realidade dos/das/des educandos/educandas/educandes quanto eventos insurgentes e inesperados nas formas de apropriação do conteúdo.

VII – Ao promover uma rede de solidariedade, união e afeto, os cursinhos são, também, um espaço de luto pela violência letal que atinge a população trans.

VIII – Mesmo em pré-vestibulares que atendem pessoas cis, há uma opção política de definir as pessoas trans e travestis como a base fundante e o centro da ação dos cursos. Ao promover esse deslocamento, os cursinhos tornam-se espaços onde é possível estranhar aquilo que é hegemonicamente tomado como normal/natural, como, por exemplo, o corpo cis.

IX – Os cursinhos operam um padrão de sucesso dinâmico. A entrada dos/das/des educandos/as/es nas universidades é valorizada, mas conquistas como a reivindicação dos seus direitos, a ocupação plena dos espaços, o estabelecimento de redes de apoio e a construção de outros projetos também são comemorados. Mais do que trabalhar em direção a um destino único, os cursinhos defendem destinos, possibilidades e escolhas múltiplas.

X – A experiência docente nos cursinhos é apontada como formadora em múltiplas dimensões.

Algumas perguntas permanecem após essa pesquisa. Quais são, por exemplo, os motivos pelos quais as pessoas trans retornarão ao sistema que as expulsou? A trajetória de

Maria Angélica revela uma das possíveis respostas, o desejo de atuar como professora. Com Raul Capistrano aprendemos ainda outra, o uso do espaço acadêmico mirando a emancipação social e um desejo de mudar a própria universidade e a produção do conhecimento. Outros tantos revelam que a participação das pessoas estudantes nos cursinhos não necessariamente levará ao ingresso na universidade – em alguns casos, como vimos, esse não era sequer um objetivo estabelecido por essas pessoas. Como vimos, a construção cotidiana dos/nos cursinhos oferta um espaço que ultrapassa o horizonte da entrada no ensino superior – como sabemos, há estudantes que escolhem continuar nesses espaços mesmo sem planejar fazer as provas de seleção para o ensino superior.

Um dos possíveis limites dessa pesquisa está na ausência de dados que nos permitam traçar um panorama do perfil das pessoas que frequentam/frequentaram tais cursinhos. Essa questão estava inicialmente prevista no projeto, mas as entrevistas revelaram a ausência de dados do tipo em quase todos os casos. Com a observação impossibilitada pelo contexto da pandemia, não foi possível trazer tais dados de forma consistente.

Eu escolhi – ou, mais precisamente, eu precisei – trabalhar de um modo que privilegiasse mais as respostas às violências do que as violências. Como falei na introdução, esses polos são necessariamente indissociáveis, mas eu precisava olhar para o lado e ver que estávamos em posições de aliança. Os cursinhos não são perfeitos, as dificuldades são imensas e as estruturas muitas vezes são frágeis. Em tom de desabafo, era recorrente que as pessoas cis e trans que entrevistei comentassem como era frustrante sentir que o que os/as/es educandos/as/es necessitavam fugia de suas mãos; apesar disso, como vimos, frequentemente encontravam saídas criativas para os desafios diários.

Ao denunciar a estreita associação entre a não correspondência à norma cisgênera e o fracasso escolar, construindo um projeto para aqueles que a educação formal constantemente produz como fracassados/fracassadas/fracassades, os cursinhos apontam uma rota de fuga, um modo de “não aceitar sossegado que qualquer sacanagem seja coisa normal”, para usar as palavras de Milton Nascimento e Fernando Brant. Talvez os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis não sejam capazes de produzir transformações de enorme impacto em todo o sistema educacional, mas acredito que aquilo que podemos aprender com eles é fundamental para pensarmos os nossos projetos de educação e os nossos projetos de mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Pólen, 2019.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n.1 jan-abril 2016.
- ALENCAR, Itana. Primeiro homem trans a graduar em universidade pública da BA, professor de educação física relata rotina de luta: ‘Percurso solitário’. **G1**. 28 de de set. De 2018. Disponível em < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/28/primeiro-trans-a-graduar-em-uma-universidade-na-ba-educador-fisico-fala-sobre-dificuldades-enfrentadas-percurso-solitario.ghtml>>. Acesso em 03 de mar. de 2021.
- ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace; PORTINARI, Denise Berruezo. As ações estético-políticas de enfrentamento direto de Indianara Siqueira, pessoa normal de peito e pau. **Periódicus.**, n.7, v.1, 2017.
- ANDRADE, Luma. Nogueira. de. **Travestis na escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Fortaleza, 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2012.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago - Edição crítica e comentada. Revista Periferia, v. 3, n. 1, jan./jun. [1928] 2011. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3407/27763>
- ANTRA; IBTE. Dossiê dos assassinatos e das violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim [orgs], São Paulo, Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- ANZALDÚA, Gloria. **Boderlands: the new mestiza = La Frontera**. San Francisco, Aunt Lute Books, 1987.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- ARIOVALDO, Thainara Cristina de Castro; NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o sistema de seleção unificada SISU. **Revista Internacional de Educação Superior**. V.4, n.1, 2018.
- ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.21, p. 28-49, jan-jun 2003.
- ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. **Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016.
- ASSIS, Dayane de. **Interseccionalidades**. Salvador, UFBA, 2019.
- BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. 2003. 160 p. [Dissertação de Mestrado] - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, SP, 2003.

- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “**Cisgênero**” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas/SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2015. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105471>
- BAGAGLI, Beatriz; VIEIRA, Helena. Transfeminismo. In: **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e diversidade. HOLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs]. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- BRAGHINI, Katya. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**. n.51, 2014.
- BELTRÃO, Kaizô Ieakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, 125-156, jan-abr, 2009.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, 19(2), p. 548-559, mai-ago, 2011
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**. v.4, n.1, 2014.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador, EDUFBA, 2017.
- BOHM, Alessandra. **Os ‘monstros’ e a escola**: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. Porto Alegre, 2009. [Dissertação de Mestrado] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013. Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112799.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112799.htm)>. Acesso em 15 de jul. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em 06 de jun. de 2021.
- BUTLER, Judith. **Corpos que Pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, 1, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

CANTELLI, Andreia L.; PEREIRA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Julia J. de.; TOZO, Nicholas L.; NOGUEIRA, Sayonara N.B.; **As fronteiras da educação: A realidade dxs estudantes trans no Brasil.** IBTE, 2019.

CARRARA, Sérgio.; RAMOS, S.; MÁRCIO, C. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 8ª parada do orgulho GLBT,** Rio 2003. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CARRARA, Sérgio.; RAMOS, S. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 9ª parada do orgulho GLBT,** Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, Sérgio.; FACCHINI, R.; SIMÕES, Júlio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 9ª parada do orgulho GLBT,** São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista Saúde Coletiva,** 16(2), 2006.

CARRARA, Sérgio. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 5ª parada da diversidade,** Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana,** n. 14, 2013.

CARVALHO, Mário. “Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 261 f. [Tese de Doutorado] – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2015.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Cursinhos Alternativos e Populares.** Movimentos Territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior gratuito no Brasil. [Dissertação de Mestrado] Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

CASTRO, Janaina. Como funciona o Facebook? Nova Escola, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1486/como-funciona-o-facebook>. Acesso em 17 de maio de 2021.

CAVALCANTI, Céu Silva. **Sobre nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans na UFPE.** [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2016.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar em Revista.** n. 35, 2009

CÉSAR, Maria Rita de Assis; SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; SILVA, Amanda da. Narrativas trans\*: docência e prostituição. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica,** v.4, n.11, maio/ago, 2019.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil.** [Tese de Doutorado], Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018.

COACCI, Thiago. A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na ADI 4275. **Revista Direito e Práxis.** v.11, n.2, 2020.

- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99- 127, jan-abr, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo, UNESP, 2007a.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior, na república populista**. São Paulo, UNESP, 2007b
- DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Periódicus**. n.5, v.1, 2016
- DUQUE, Tiago. **Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher**. Salvador, Editora Devires, 2019.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERRARI, Anderson.; MAZZEI, Luiz Ddavi. Quais são os “espaços seguros” para as homossexualidades? **Revista Debates Insubmissos**. Caruaru - PE, n. 11, v. 3. (30- 52), set/dez 2020.
- FERREIRA, Camila Camargo; AGUIAR, Márcio Mucedula. “Ideologia de gênero”: Pânicos morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. **Ñanduty**, v.6, n.8, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições n-1, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
- FRANCO, Neil.; CICILLINI, Graça. **Pessoas trans e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos**. In: XII Encontro de Pesquisa em Educação/ Centro Oeste, 2014, Goiânia. XII Encontro de Pesquisa em Educação/ Centro Oeste. Goiânia: PUC Goiás, 2014.
- FREIRE, Ana Maria [orgs]. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo, Paz e Terra, 2021a.
- FREIRE, Ana Maria [orgs]. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo, Paz e Terra, 2021b.
- FREIRE, Ana Maria. Inédito viável. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José [orgs]. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo, UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, São Paulo, Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Pedagogia dos sonhos possíveis: a arte de tornar possível o impossível. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo, Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Frigotto, G. (Org.). **Escola “sem” Partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, p. 17-34, 2017.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Educação e Realidade** V.27. p.169-178. jul-dez. 2002

GELEDÉS. Primeira travesti a fazer doutorado no Brasil defende tese sobre discriminação. **Portal Geledés**. 26 de mar. de 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/primeira-travesti-a-fazer-doutorado-no-brasil-defende-tese-sobre-discriminacao/>>. Acesso em 03 de mar. de 2021.

GELEDÉS. Existe racismo no Brasil? Faça o Teste do Pescoço e descubra. **Portal Geledés**. 08 de jul. de 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/>>. Acesso em 19 de abr. de 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, RJ. v. 16, n. 4, maio/ago. 2011

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v.31, n.1, 2016.

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Recife: Cepe Editora, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. v.5. p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs], Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

HARITAWORN, Jin; KUNTSMAN, Adi; POSOCCO, Silvia [orgs]. **Queer Necropolitics**. Routledge, 2014.

HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: toward a specifically feminist historical materialism. In: **Feminist theory Reader. Local and global perspectives**. MCCANN, Carole R.; KIM, Seung-Kyung [orgs]. New York/London, Routledge, 1987.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF;Martins Fontes, 2013.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à educação superior**: A experiência do TransEnem Porto Alegre. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a construção de teoria transfeminista. In: **Fazendo Gênero 10**: Desafios atuais do Feminismo, 2013a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **Historia Agora**. v.16, 2013b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: **História do movimento LGBT no Brasil**. GREEN, James et. al. [orgs]. São Paulo, Alameda, 2018a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. A intelectual-ativista e o ativismo intelectual. In: **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e diversidade. HOLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs]. São Paulo, Companhia das Letras, 2018b.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária - ou: a promoção dos Direitos Humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: Ribeiro, Paula Regina Costa, Magalhães, Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário, a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**. v.7, n.13, jul/dez 2013.

JUSTI, Adriana. Após vida marcada por preconceito, travesti negra conquista título de doutora na UFPR. **G1**. 18 de abr. de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/apos-vida-marcada-por-preconceito-travesti-negra-conquista-titulo-de-doutora-na-ufpr.ghtml>>. Acesso em 03 de mar. de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogá, 2019.

KITTAY, Eva. Feder. A Feminist Care Ethics, Dependendancy, and Disability. **APA Newsletter on Feminism and Philosophy**, 2007 6(2): 3-7

KULICK, Don; KLEIN, Charles. Escândalo: a política da vergonha em meio às travestis brasileiras. **Anales Nueva Epoca**, v. 13, 2010.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs], Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs], Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**. Sexo, gênero, e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo: 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v.9 n.2. p.541-553. 2001
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, v.19, n.2, 2008.
- LUCKMANN, Felipe; NARDI, Henrique Caetano. Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. **Revista Estudos Feministas**, 25(3), set.-dez., 2017.
- LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, 2007
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá. n. 9, p. 73-101, 2008a.
- Lyra, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: Uma experiência pioneira de educação. São Paulo, Cortez, 1996,
- MACEDO, Jorge. Conjunto JK é uma cidade de vidro com mais de 5 mil moradores. **Estado de Minas Gerais**. 09 de fev. de 2014. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/09/interna\\_gerais,496531/conjunto-jk-e-uma-cidade-de-vidro-com-mais-de-5-mil-moradores.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/09/interna_gerais,496531/conjunto-jk-e-uma-cidade-de-vidro-com-mais-de-5-mil-moradores.shtml)> acesso em 15 de mar. de 2021.
- MACÊDO, Larissa. **Poéticas do efêmero**: novas temporalidades em rede a partir do Instagram Stories. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2019.
- MAIO, Eliane; OLIVEIRA, Márcio de.; PEIXOTO, Reginaldo. Discussão sobre gênero nas escolas: ações e resistências. **Retratos da Escola**. v.14, n.28, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, p.240-270, 2007
- MARTINI, Andressa Ferreira de. **As cotas nas universidades públicas brasileiras**. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MATOSO, Filipe. Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai 'tomar conhecimento da prova antes'. 09 de nov. de 2018. **G1**. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/09/bolsonaro-critica-questao-do-enem-2018-e-diz-que-em-2019-vai-tomar-conhecimento-da-prova-antes.ghtml>> Acesso em 30 de jun. de 2021.
- MBEMBE, Achilles. Necropolítica\*. **Arte & Ensaios**, n.32, 2016

- MENIUCCI, Arthur. Escola de aluno que sofreu críticas ao propor tema LGBT terá projeto para discutir diversidade no contexto educacional. 26 de jun. de 2021. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/23/escola-de-aluno-que-sofreu-criticas-ao-propor-tema-lgbt-tera-projeto-para-discutir-diversidade-no-contexto-educacional.ghtml>>. Acesso em 30 de jun. de 2021.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Caderno de Letras da UFF**. n.34, 2008.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012
- MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia. Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. **Cad. Pesqui**. São Paulo, SP. v. 36, n. 128, 2006
- MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo, Hoo Editora, 2016.
- MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora: carta às que vivem e vibram apesar do brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares**. 1999. 108 p. [Dissertação de Mestrado] – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro-RJ, 1999.
- NASCIMENTO, Leticia, **Transfeminismo**. São Paulo, Ed. Jandaira, 2021.
- NUNES, Priscila. **Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo**. [Dissertação de Mestrado], Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2020.
- ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação**. Salvador, Editora Devires, 2020.
- OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. **Sociologias Plurais**, v.4, n.3, 2018.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Boaventura & a educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- OLIVEIRA, Megg Rarara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador, Editora Devires, 2020a.
- OLIVEIRA, Megg Rarara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador, Editora Devires, 2020b.
- OYĚWÙMÍ, OYÈRÓNKÉ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.
- PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões**. [Dissertação de Mestrado], Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018.
- PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre prostituição travesti. **Revista Pagu**. Universidade Estadual de Campinas, p.217-248, jul -dez, 2005.

- PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v.1, n.1, 2014.
- PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Periódicus**. v.1, n.2, 2014.
- PRECIADO, Paul. “Basura y género. Cagar/mear. Masculino/feminino”. **Parole de Queer**, p. 14-17, jun./out. 2009.
- PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**. 19(1), 2011.
- Preciado, Paul **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas (Sara Wagner York, Trad.). A Palavra Solta. <https://bit.ly/2QueFb1>, 2020.
- PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Duke University Press, 2007.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAAEBA**, v.25, n.45, 2016.
- REA, Catarina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul\*. **Cadernos Pagu** (53), 2018.
- REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto**: Histórias de professoras Transexuais e travestis na Educação Brasileira. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo, Ed. Pólen, 2019.
- RIOS, Flavia; PEREZ, Olívia Cristina. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudança da última década. In: **Direitos em Disputa: LGBTI+. Poder e Diferença no Brasil Contemporâneo**. FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins [orgs]. Campinas, Editora da Unicamp, 2020.
- RODRIGUES, Matheus; SOARES, Jorge. ‘Bem do Rio’: conheça o 1º aluno não-binário a ter nome social reconhecido na UFRJ: ‘Posso ser quem eu sou’. 26 de jun. De 2019 **G1**. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bem-do-rio/noticia/2019/06/26/bem-do-rio-conheca-o-1o-aluno-nao-binario-a-ter-nome-social-reconhecido-na-ufjr-posso-ser-quem-eu-sou.html>>. Acesso em 03 de mar. de 2021.
- RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. UFSC, 2012.
- RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental – Livro 1: A filosofia antiga**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2015.
- SAKALOUSKAS, Silvia Renata; TREVISAN, André Luis. ENEM: Rompendo paradigmas para a conclusão do ensino médio. **Debates em Educação**, v.9, n.19, 2017.

- SALES, Adriana Barbosa. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis.** [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.
- SANTOS, Adriana. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe:** Enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2018
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: **Reestruturação curricular:** novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. SILVA, Luiz Eron da. [orgs]; Porto Alegre, Sulina, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** 2002
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos.** 79, 2007
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del Sur:** la reinención del conocimiento y la emancipación social. México, Siglo XXI, CLACSO, 2009.
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. **Cartografias da Transexualidade:** A experiência escolar e outras tramas. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, 2017.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para análise histórica. In: **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs], Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- SILVA, Hélio. **Travesti,** a invenção do feminino. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- SILVA, Isabella. **Cursinho Preparatório para o Ensino Superior:** Garantia de práticas no ensino básico de condições de acesso às universidades para pessoas LGBTI e demais minorias sociais. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, 2019.
- SILVA, Jaqueline Barbosa Pinto. **Ocupações/invasões estudantis de 2016:** disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018.
- SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **Revista Crítica Cultural,** v. 14, n. 2, 2019
- SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Experiências multissituadas:** entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa. [Dissertação de Mestrado], Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.
- SIQUEIRA, Indianare. Post via *Facebook.*, 2015.
- SIQUEIRA, Indianare. Prefácio. In: **E se eu fosse puta.** MOIRA, Amaira. São Paulo, Hoo Editora, 2016.

SOUZA, Laila Queiroz de. **Pré-vestibular PreparaNem**: A construção de uma história voltada para o acesso das pessoas travestis e transexuais à Universidade. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2019.

TATSCH, Fabiano Rosa. **(Trans)química**: Ensino, abordagens, desafios e possibilidades. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Química], Instituto de Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

TORRES, Marco Antonio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e *outsiders*. **Educação e Realidade**, v.39, n.1, p.201-220, jan-mar, 2014.

UNILAB. Unilab dá posse à primeira professora travesti do Brasil. 09 de dez. de 2013. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/2013/12/09/unilab-da-posse-a-primeira-professora-travesti-do-brasil/>>. Acesso em 05 de abr. De 2021

VENCATO, Anna Paula. **Fervendo com as drags**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ilha de Santa Catarina, 2002

VENCATO, Anna Paula. Diferenças na Escola. In: Miskolci Richard] Leite Jr Jorge [orgs]. **Diferenças na educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda da; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável<sup>1</sup>: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 587-598, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 jun. 2021.

VERGUEIRO, Viviane, **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoenográfica da cisgeneridade como normatividade. [Dissertação de Mestrado] Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society**: The regulation of sexuality since 1800. New York, Routledge, 2012.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da “invenção do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. v. 11, n. 2, p. 289-297, jul/dez. 2010.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem?!** **Trans da/na educação**: Desafiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação. [Dissertação de Mestrado], Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**. v. 28, n. 3, 2020.

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, SC, v. 26, n. 1, jan/jun. 2008.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo. O medo do outro em produções sobre assassinatos de travestis e transexuais. **Sobre Jornalismo**. v.8, n.2, 2019.

ZITKOSKI, Jaime José; STRECK, Danilo. Que Fazer. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José [orgs]. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.

## ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

É com imensa satisfação que convidamos você a participar da construção de nossa pesquisa “Trans-formando: pré-vestibulares populares para pessoas *trans*”.

Esta pesquisa pretende investigar as práticas docentes de professores e professoras que atuam em pré-vestibulares para pessoas *trans* (agrupando neste termo, a partir da autoidentificação, pessoas transexuais, transgêneros e travestis) e tem como objetivo contribuir nas discussões sobre gênero e educação e, em especial, na construção de práticas pedagógicas de enfrentamento aos processos que resultam na interrupção da trajetória educacional das pessoas *trans*.

A sua participação é muito importante para a realização da pesquisa, mas este termo é um convite e a sua decisão será totalmente respeitada. Na hipótese de desistência ao longo da pesquisa, a decisão será igualmente respeitada sem prejuízos ou punições. Por seu caráter acadêmico, a pesquisa é realizada sem recebimento de vantagens ou cobranças. Não há nenhum tipo de pagamento a ser realizado e a contribuição será totalmente voluntária e gratuita.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas via videochamadas ou de forma presencial em horários, dias e locais previamente combinados entre o pesquisador e os/as interlocutores e interlocutoras da pesquisa considerando a viabilidade e adequação para a realização da pesquisa. Caso seja viável, haverá também o uso de observação das aulas. Caso você aceite participar, terá total liberdade em definir se a permissão será somente para a realização de entrevistas ou para entrevistas e observações.

Não descartamos a possibilidade de riscos na pesquisa, mas faremos o possível para minimizá-los. Vale a pena ressaltar que você possui total liberdade em desistir da pesquisa a qualquer momento.

Os riscos desta pesquisa dizem respeito a possíveis desconfortos, constrangimentos ou alteração de comportamento em decorrência da evocação de memórias desagradáveis. Para evitar estes riscos e diminuir os impactos, a pesquisa será realizada em locais em que você se sinta confortável e poderá ser interrompida a qualquer momento.

Os resultados obtidos pela pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Você poderá retirar o consentimento de guarda e utilização do material produzido na entrevista, que será guardado na sala da pesquisadora responsável.

Em relação a confidencialidade da identidade, esta será escolhida sua expressa no aceite em participar da pesquisa se deseja ser identificado ou identificada nos resultados ou se devemos utilizar nomes fictícios e buscar estratégias para preservar sua identidade.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Os materiais a serem coletados no decorrer da pesquisa, serão de uso exclusivo para a pesquisa, sendo arquivados

com o pesquisador responsável Professora Anna Paula Vencato por um período de 5 (cinco) anos na sala 1624 – DECAE da Faculdade de Educação da UFMG e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identificação \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “Trans-formando: pré-vestibulares populares para pessoas *trans*”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Declaro que concordo em participar desta pesquisa

- somente por meio de entrevistas  
 por meio de entrevistas e, caso viável, observações

Em relação a confidencialidade da identificação

- desejo ser identificada/identificado  
 desejo que sejam utilizadas estratégias que mantenham a minha identidade preservada

Assinatura do/da Interlocutor/Interlocutora

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

(Cidade e Estado)

\_\_\_\_\_  
 Prof. Dra. Anna Paula Vencato

(Pesquisadora Responsável)

\_\_\_\_\_  
 Jeferson Reis Santos

(Pesquisador Mestrando)

## CONTATOS

### PROF. DRA. ANNA PAULA VENCATO

Departamento de Ciências Aplicadas à Educação/ Faculdade de Educação/  
 Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG), Setor de Educação,  
 Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1624  
 DECAE/ FaE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5326

E-mail: [apvencato@gmail.com](mailto:apvencato@gmail.com)

Link do currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0542304469914856>>

**JEFERSON REIS SANTOS**

Departamento de Ciências Aplicadas à Educação/ Faculdade de Educação/  
Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG), Setor de Educação,  
Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1624  
DECAE/ FaE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901

Telefone: (71) 99251-0484

E-mail: [jefersonufba@gmail.com](mailto:jefersonufba@gmail.com)

Link do currículo lattes: < <http://lattes.cnpq.br/2188628408495245>>

**COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG**

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br). Tel: 3409459

## ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### GUIA DE ENTREVISTA

#### **Bloco I – Informações básicas – interlocutor(a)**

Nome:

Idade:

Local de origem e local de moradia:

Escolaridade, área de formação e profissão atual:

Autoidentificação de gênero e sexualidade:

#### **Bloco II – Informações básicas – pré-vestibulares**

Pré-Vestibular onde atuou:

Período de atuação:

Quais eram os dias horários das aulas?

Qual era a média de estudantes?

Qual era a média de professores?

Disciplina pela qual foi responsável:

Assumi alguma outra função além da docência?

Estratégias de divulgação para atrair estudantes

Estratégias de divulgação para atrair pessoas candidatas

Faixa etária dos/das estudantes

Onde funcionava?

Organização do espaço

**Bloco III – Percepções sobre as trajetórias educacionais de pessoas trans e travestis**

Em sua opinião, quais são as principais razões para a evasão escolar de pessoas trans e travestis?

Por que você decidiu atuar como professor/professora em um pré-vestibular para pessoas trans e travestis?

Você atua ou já atuou em outro tipo de instituição de ensino? Se sim, quais são as principais diferenças entre essa(s) experiência(s) e os pré-vestibulares para pessoas trans e travestis?

**Bloco IV – Atuação do/da docente e do pré-vestibular**

Em sua opinião, quais são as principais medidas necessárias para garantir uma experiência educacional positiva para pessoas trans e travestis?

Você enfrentou/enfrenta desafios enquanto docente de um pré-vestibular para pessoas trans e travestis? Se sim, quais? Quais estratégias utilizou/utiliza para superá-los?

Houve/há dificuldades para garantir o funcionamento do pré-vestibular? Se sim, quais?

Quais estratégias o corpo de voluntários utilizou/utiliza para superá-los?

Você aprendeu algo enquanto professor em um pré-vestibular para pessoas trans e travestis? Se sim, o que?

Para você, o que significou/significa a experiência de atuar como professor/professora em um pré-vestibular para pessoas trans e travestis?